

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

TÂNIA MARA HACHBART DA ROCHA



A FESTA DA PENHA E AS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES:
ESTUDO DE CASO NA UNIDADE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL (UMEI)
PEDRO PANDOLFI, VILA VELHA-ES

TÂNIA MARA HACHBART DA ROCHA

A FESTA DA PENHA E AS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES:
ESTUDO DE CASO NA UNIDADE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL (UMEI)
PEDRO PANDOLFI, VILA VELHA-ES

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/02/2023

Trabalho de Conclusão de Curso na forma de Dissertação de Mestrado Profissional como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões. Faculdade Unida de Vitória. Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões. Área de Concentração: Religião e Sociedade. Linha de Atuação: Ensino Religioso Escolar.

Orientadora: Claudete Beise Ulrich

VITÓRIA-ES

2022

Rocha, Tânia Mara Hachbart da

A Festa da Penha e as Ciências das Religiões / Estudo de caso na Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI) Pedro Pandolfi, Vila Velha-ES / Tânia Mara Hachbart da Rocha. -- Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2022. ix, 80 f. ; 31 cm.

Orientador: Claudete Beise Ulrich

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2022.

Referências bibliográficas: f. 76-80

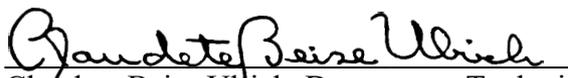
1. Ciência da religião. 2. Ensino religioso escolar. 3. Ensino religioso. 4. Festa da Penha. 5. Educação infantil. 6. Estudo de caso. - Tese. I. Tânia Mara Hachbart da Rocha. II. Faculdade Unida de Vitória, 2022. III. Título.

TÂNIA MARA HACHBART DA ROCHA

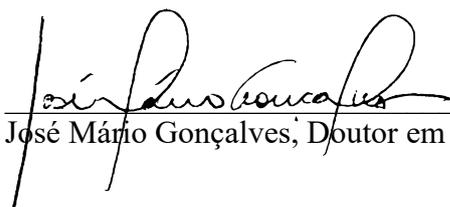
A FESTA DA PENHA E AS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES:
ESTUDO DE CASO NA UNIDADE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL (UMEI)
PEDRO PANDOLFI, VILA VELHA - ES

Trabalho de Conclusão de Curso na forma de
Dissertação de Mestrado Profissional como
requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciências das Religiões. Faculdade
Unida de Vitória. Programa de Pós-Graduação
em Ciências das Religiões. Área de
Concentração: Religião e Sociedade. Linha de
Atuação: Ensino Religioso Escolar.

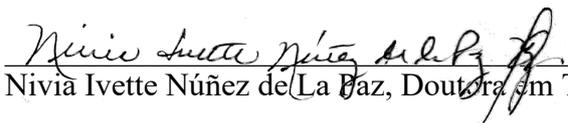
Data: 13 fev. 2023.



Claudete Beise Ulrich, Doutora em Teologia, UNIDA (presidente).



José Mário Gonçalves, Doutor em História, UNIDA.



Nivia Ivette Núñez de La Paz, Doutora em Teologia, FUNIBER.



Dedico, com todo amor maternal, este trabalho aos meus filhos, Caio e Vitor. São eles a razão que me fazem evoluir diariamente. Dedico a minha tia e madrinha, Emilda Hachbart, que foi minha referência para trilhar no caminho da educação como professora, demonstrando para toda família a importância dos estudos e de nunca desistir.

AGRADECIMENTO

No decorrer dessa jornada, a palavra que mais expressa todo meu sentimento é gratidão, pois, agradecer é o acalento para aliviar todas as adversidades vencidas nesse percurso. Não estaria aqui, finalizando essa etapa, sem a ajuda e a compreensão de muitas pessoas incentivadoras.

Minha gratidão a Deus e à Nossa Senhora da Penha, por estarem sempre me guiando e abençoando. Me levantaram muitas vezes, quando pensei em desistir, e me deram força e coragem para prosseguir.

Agradeço aos meus pais, Emildo e Lucinha, que, com toda humildade, fizeram com que eu me sentisse “GRANDE”, com suas palavras de encorajamento.

Ao meu esposo, Igor, que abraçou esse desafio, desde o primeiro momento, e que sempre me ajudou com sua praticidade e paciência.

Carinhosamente, agradeço à professora e amiga Bia, que, com sua generosidade, deu luz aos meus estudos.

Minha gratidão e admiração pela orientadora desta pesquisa, Claudete Beise Ulrich, que, generosamente, guiou-me e apoiou-me sempre com muita competência e gentileza, durante todo o processo de desenvolvimento desta dissertação.

RESUMO

A Festa da Penha e as Ciências das Religiões: estudo de caso na (UMEI) Pedro Pandolfi, Vila Velha-ES é o tema de pesquisa que propomos neste estudo, com o objetivo de compreender o que as crianças conhecem sobre os fenômenos religiosos intrínsecos a esse evento religioso. A abordagem metodológica é constituída de um estudo documental seguido de estudo de caso em que as crianças terão a oportunidade de expressar suas experiências, através dos desenhos e de seus relatos. Posto que é comum, ao retornarem para a escola, nas semanas após a Festa da Penha, que as crianças estejam na expectativa de relatar suas experiências com a referida festa e, na maioria das vezes, os/as professores/as não conseguem escutar o que elas têm a dizer sobre o que vivenciaram, seja por medo ou por preconceito religioso, e acabam negando o direito de subjetividade da criança em aprender sobre a liberdade religiosa. Dessa forma, é importante esclarecer que a abordagem da religião com as crianças será pela perspectiva das Ciências das Religiões, e que esta pesquisa apresenta um projeto sobre literatura infantil e Festa da Penha.

Palavras-chave: Ciências das Religiões. Educação Infantil. Festa da Penha.



ABSTRACT

The Festa da Penha and the Sciences of Religions: a case study at (UMEI) Pedro Pandolfi, Vila Velha-ES is the research theme that we propose in this study, with the aim of understanding what children know about religious phenomena intrinsic to this religious event. The methodological approach consists of a documentary study followed by a case study in which children will have the opportunity to express their experiences through drawings and their reports. Since it is common, when returning to school, in the weeks after the Festa da Penha, for children to be in the expectation of reporting their experiences with that festival and, most of the time, the teachers are unable to hear the that they have to say about what they experienced, whether out of fear or religious prejudice, and end up denying the child's right of subjectivity to learn about religious freedom. Thus, it is important to clarify that the approach to religion with children will be from the perspective of Sciences of Religions, and that this research presents a project on children's literature and Festa da Penha.

Keywords: Sciences of Religions. Child education. Peña Festival.



SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	9
INTRODUÇÃO.....	10
1 CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES: RELIGIÃO E O FENÔMENO RELIGIOSO	15
1.1 Ciências das Religiões e religião	15
1.2 Religiosidade e fenômenos religiosos na Educação Infantil	19
1.3 Singularidades da Educação Infantil e da religiosidade	26
2 LAICIDADE, PLURALIDADE RELIGIOSA E FESTA DA PENHA	35
2.1 Concepções de laicidade, diversidade e pluralidade religiosa.....	35
2.2 Educar para a diversidade cultural e religiosa	39
2.3 Religiosidade, calendário civil e a Festa da Penha.....	42
3 O QUE AS CRIANÇAS FALAM SOBRE A FESTA DA PENHA.....	51
3.1 Construção da pesquisa	51
3.2 O campo, o objeto e seus contextos.....	53
3.3 Observar, ouvir e registrar: a pesquisa com as crianças	59
3.4 Projeto interdisciplinar na Educação Infantil: a literatura infantil e a Festa da Penha	72
CONCLUSÃO.....	74
REFERÊNCIAS	76
APÊNDICE A: FORMULÁRIO PARA O RELATO DE EXPERIÊNCIAS DAS CRIANÇAS DO GRUPO 5.....	81
APÊNDICE B: FORMULÁRIO PARA ILUSTRAÇÃO DA FESTA DA PENHA	82
ANEXO B: RELATO DE EXPERIÊNCIAS DAS CRIANÇAS DO GRUPO 5 – VESPERTINO.....	84
ANEXO C: RELATO DE EXPERIÊNCIAS DAS CRIANÇAS DO GRUPO 5 – MATUTINO	86
ANEXO D: DESENHOS MATUTINO	88
ANEXO E: DESENHOS VESPERTINO	96

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CF	Constituição Federal de 1988
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAE	Conferência Nacional de Educação
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ECRIAD	Estatuto da Criança e do Adolescente
ER	Ensino Religioso
FNE	Fórum Nacional de Educação
FONAPER	Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso
FUNDEB	Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
ICAR	Igreja Católica Apostólica Romana
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PMVV	Prefeitura Municipal de Vila Velha
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
UMEI	Unidade Municipal de Educação Infantil

INTRODUÇÃO

A trajetória de trabalho que a autora desta pesquisa vem trilhando nas turmas de Educação Infantil, no município de Vila Velha - ES, em atua como professora concursada, possibilitou o olhar investigativo sobre as datas comemorativas referente à Festa da Penha, no calendário escolar, no sentido de perceber o olhar das crianças em relação à concepção sobre essa festa. A Festa da Penha está presente no calendário estadual. Por esse motivo, ela consta no calendário letivo das escolas públicas e privadas como um feriado municipal e estadual no Espírito Santo. Além de ser um evento de grande repercussão cultural e religiosa, a Festa da Penha pode ser explorada de forma reflexiva na educação desde a infância, desde que seja mediada a partir dos estudos dos fenômenos religiosos e sem enfatizar os elementos sagrados, essa festividade tem muito a oferecer sobre a cultura, o meio ambiente e a pluralidade religiosa.

No calendário anual, existem outras datas festivas como o Carnaval, a Páscoa e a Festa Junina, que acabam sendo inseridas nos projetos escolares a partir de diferentes alternativas metodológicas, e as crianças demonstram alegria ao participar desse tipo de atividade na escola. Porém, quando essas crianças trazem relatos de suas vivências em relação à Festa da Penha, elas não são incentivadas a refletir sobre esse fenômeno religioso e cultural de grande importância para o povo capixaba. Esse fato gerou angústia e curiosidade na pesquisadora, enquanto profissional da educação, pois, todos os anos, durante o mês de abril, o Estado do Espírito Santo e, principalmente, o município de Vila Velha-ES, envolve-se com a divulgação e com a organização da Festa da Penha.

Nesse contexto, as escolas fecham suas portas durante os dias do feriado da Festa da Penha. Nota-se que a Festa da Penha¹, enquanto uma data festiva estadual de grande relevância para a constituição e manutenção do patrimônio histórico imaterial dos capixabas, que ocorre no município canela-verde, é desconhecida por muitas crianças da Educação Infantil. Contudo, elas demonstram curiosidade sobre a temática sempre durante o mês de abril, período em que ocorrem as celebrações, as romarias e as missas que mobilizam toda a rotina da cidade, tais como: o comércio, o trânsito, o turismo e até mesmo a educação, por ocasião da suspensão das aulas nessas datas, em razão do feriado em comemoração ao evento mencionado.

¹ A grandiosidade da Festa da Penha – com suas romarias, missas e *shows* – atrai fiéis de todo o Espírito Santo e de fora do Estado, que buscam, no evento, a renovação da fé. Neste ano, a festividade completa 445 anos. Segundo Frei Valdecir Schwambach, pequenos grupos de fiéis costumavam fazer missas em homenagem à Nossa Senhora. Para mais informações, acesse: G1. *Festa da Penha comemora 445 anos de história no Espírito Santo*. [s.d.]. [online]. [n.p.].

É comum durante as aulas que ocorrem na semana posterior à Festa da Penha que as crianças pontuem sobre sua participação nas missas, demonstrando sua admiração com os animais e as plantas que cercam o Convento da Penha, bem como sobre as singularidades de suas famílias durante as rodinhas de conversas, que fazem parte da rotina da Educação Infantil.

As crianças apresentam relatos orais sobre a participação de seus familiares nas romarias e nas visitas ao Convento da Penha, assim como demonstram nos desenhos dirigidos em que surgem imagens que remetem às características da Festa da Penha ou ao Convento da Penha – como será possível observar no terceiro capítulo desta pesquisa. Não obstante, os/as professores/as acabam não desenvolvendo um diálogo com as crianças em relação a esse assunto, deixando a riqueza que as crianças trazem em suas experiências se perderem, por, muitas vezes, não saberem como explorar esses fatos de maneira pedagógica, temendo ir contra à laicidade da educação, por sua própria religiosidade ou por falta de conhecimento sobre o Ensino Religioso (ER) na escola.

Frente ao exposto, foi possível encontrar no curso de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões possíveis caminhos para a busca por conhecimentos que podem contribuir para uma prática pedagógica voltada para a ampliação do diálogo com as crianças em relação à cultura e à religião. Ou seja, o campo das Ciências das Religiões permite compreender melhor como o estudo dos fenômenos religiosos pode ser articulado e problematizado através das experiências vivenciadas pelas crianças na Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI) Pedro Pandolfi, em Vila Velha-ES.

Logo, elegeu-se o seguinte tema para este estudo: *A Festa da Penha e as Ciências das Religiões: estudo de caso na (UMEI) Pedro Pandolfi Vila Velha-ES*. A UMEI Pedro Pandolfi está situada na região cinco de Vila Velha-ES. Trata-se de um local mais afastado da localização do Convento de Penha e que, ao mesmo tempo, está próximo das avenidas em que as romarias passam durante a referida festa. Como já dito, esses fatos despertaram na autora desta pesquisa o interesse em investigar sobre a temática que envolve as crianças e o que elas conhecem sobre a Festa da Penha.

Desse modo, a presente dissertação propõe responder a seguinte questão: como as Ciências das Religiões podem contribuir com as mediações pedagógicas em relação aos relatos das crianças, ao abordarem a Festa da Penha na UMEI Pedro Pandolfi? Em outras palavras, será que todas as crianças das turmas de cinco anos conhecem a Festa da Penha ou já ouviram falar sobre o Convento da Penha, e como podemos abordar esse assunto sem ultrapassar os limites da laicidade?

Em busca de respostas para essas inquietações, apresenta-se como objetivo geral da pesquisa: investigar se as crianças conhecem a Festa da Penha e quais são as suas experiências em relação aos fenômenos religiosos, a partir das narrativas e dos desenhos das crianças da UMEI Pedro Pandolfi. Para tornar a pesquisa possível, elaboraram-se os seguintes objetivos específicos: estudar e avaliar como as Ciências das Religiões podem colaborar para o exercício de práticas pedagógicas que favoreçam a pluralidade cultural na escola, a partir da Festa da Penha; apresentar a concepção de Ciências das Religiões em que este estudo está fundamentado; identificar, nos relatos das crianças, o que elas dizem sobre a Festa da Penha; identificar o que as crianças de outras religiões pensam sobre a Festa da Penha; propor um projeto com atividades interdisciplinares para promover o diálogo entre as questões pontuadas pelas crianças em relação à Festa da Penha e o currículo da Educação Infantil.

Os objetivos traçados neste estudo levam à compreensão da necessidade do diálogo reflexivo com as crianças, principalmente, porque elas são alunas e alunos da Educação Infantil que precisam, desde o início de seu processo de aprendizagem, estar inseridas no contexto do protagonismo infantil, sendo capazes de desenvolver sua autonomia sobre o que gostariam de aprender na escola.

As questões levantadas nesta pesquisa são instigantes e dependem de caminhos metodológicos definidos para que possa garantir a execução da pesquisa. Para tanto, apresenta-se como proposta metodológica a pesquisa documental, seguida de um estudo de caso realizado através da observação e dos relatos das crianças de cinco anos, da UMEI Pedro Pandolfi, sobre a Festa da Penha. Após o período de observação e de registros dos relatos das crianças, pretende-se confrontar esses relatos com o documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pontuando a importância de possibilitar para as crianças o conhecimento sobre as manifestações culturais e religiosas que emergem de sua realidade local, abrindo um leque de possibilidades de estudo, envolvendo o pensamento e a liberdade das crianças em relação aos fenômenos religiosos.

Frente ao exposto, ressalta-se que, para Antônio Gil, a pesquisa bibliográfica se constitui como um método que favorece a inserção do/a pesquisador/a com o material a ser pesquisado. Nas palavras do autor:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já se

produziu e se registrou a respeito do tema de pesquisa. Tais vantagens revelam o compromisso da qualidade da pesquisa.²

Ao prosseguir na busca em atender aos requisitos que visam à qualidade da presente pesquisa, optou-se por dialogar com as crianças nas rodinhas de conversas, resgatando o que elas sabem sobre a Festa da Penha, no intuito de perceber em seus relatos o que elas pensam sobre essa festa ou se conhecem o Convento da Penha. Tais observações foram realizadas através dos registros e das fotografias feitas em sala de aula, bem como das análises dos desenhos das crianças sobre a Festa da Penha. As narrativas e os desenhos das crianças são transcritos e interpretados a partir da concepção das Ciências das Religiões e da BNCC, ambas discutidas no texto desta pesquisa.

Cabe mencionar que esta dissertação está organizada em três sucintos capítulos. No primeiro, aborda-se acerca das discussões sobre as Ciências das Religiões, a religião e os fenômenos religiosos. Nessa etapa da pesquisa, pretende-se abordar o papel das Ciências das Religiões como epistemologia da religião na educação, levando os/as professores/as à compreensão de que é preciso desenvolver a criticidade e a reflexão sobre o respeito e a tolerância a todas as formas de religiões reconhecidas na identidade de cada pessoa.

No segundo capítulo, apresentam-se os fenômenos religiosos presentes na Festa da Penha, e a religiosidade na Educação Infantil. Um ponto de destaque neste capítulo tem a ver com as evidências da pluralidade cultural e religiosa da Festa da Penha, percebida nos textos com depoimentos de espíritas, evangélicos e agnósticos sobre suas experiências com a Festa da Penha. Tais depoimentos serviram como apoio no momento de tratamento dos dados apresentados no terceiro e último capítulo da pesquisa.

O terceiro capítulo apresenta o estudo de caso, que foi realizado na UMEI Pedro Pandolfi. O campo da pesquisa é detalhado neste capítulo, tendo o cuidado de registrar a história do bairro Rio Marinho e da UMEI Pedro Pandolfi. Na sequência, discorre-se sobre os procedimentos de observação nas turmas e nos desenhos direcionados sobre o que as crianças sabem ou ficaram sabendo sobre a Festa da Penha. Ao final, propõe-se um projeto sobre a literatura infantil e a Festa da Penha, a partir da utilização de um livro de literatura infantil, escrito pelo autor capixaba Ilvan Filho, que fala sobre a história de Vila Velha-ES e, através do lúdico, do Convento da Penha. Esse projeto também sugere atividades interdisciplinares com as famílias das crianças, construindo um livro de tecido coletivo, retratando a festa da religião de cada criança.

² GIL, Antônio C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007. p. 45.

O corpo teórico deste estudo será construindo à luz de autores/as que versam sobre as perspectivas críticas em relação às Ciências das Religiões e das concepções extraídas do campo da educação, na concepção da criança enquanto protagonista da sua própria aprendizagem. Dessa forma, Mircea Eliade, Sérgio Junqueira, Manuel Sarmiento, entre outros, são referenciados nesta dissertação, ao longo de cada capítulo, que também recorre à dissertações e teses de mestrado e doutorado.

Deseja-se, ao finalizar esta dissertação, contribuir, de maneira crítica, criativa e alegre, para que as crianças possam ampliar os conhecimentos sobre as contribuições das Ciências das Religiões na valorização das experiências infantis sobre as características da Festa da Penha. Compreende-se que esse esforço ajudará para que os/as professores/as contextualizem o currículo com as vivências das crianças, potencializando, assim, os diferentes saberes no ambiente escolar, além de ampliar as novas possibilidades de pesquisa que envolve a temática presente neste estudo.



1 CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES: RELIGIÃO E O FENÔMENO RELIGIOSO

Neste capítulo, apresentam-se os conceitos de Ciências das Religiões, na perspectiva de reconhecer esse campo como uma disciplina autônoma, que atua como ancora no mar dos fenômenos religiosos que permeiam a religião e a religiosidade brasileiras. A fim de pôr em evidência as definições e os conceitos que a literatura acadêmica vem discutindo sobre as Ciências das Religiões, fenômenos religiosos, religião e religiosidade, busca-se realizar uma revisão bibliográfica para estruturar as ideias e as concepções pertinentes à temática: Ciências das Religiões, religião, fenômeno religioso e religiosidade. Busca-se alcançar as condições para prosseguir com os estudos, no sentido de identificar quais os fenômenos religiosos e culturais envolvem a Festa da Penha, e como esses fenômenos podem ser trabalhados com as crianças da Educação Infantil sem ferir sua identidade religiosa.

Quanto à organização estrutural deste primeiro capítulo, apresenta-se, na primeira seção, alguns conceitos referentes às Ciências das Religiões e religião, pelas lentes de Mircea Eliade, Flavio Senra e Marcelo Camurça. Na segunda seção, abordam-se os conceitos de religiosidade e de fenômenos religiosos, assumindo o pensamento de Sérgio Junqueira e Emerson Silveira. Na terceira seção, propõe-se abordar a religiosidade no contexto da Educação Infantil, considerando as orientações da BNCC, no sentido de que a criança deve ser a protagonista da sua própria história. Logo, este primeiro capítulo quer pavimentar um caminho bibliográfico para que o leitor e a leitora possam entender a importância da religião e da religiosidade nas experiências das crianças, pela via das Ciências das Religiões.

1.1 Ciências das Religiões e religião

As Ciências das Religiões surgiram no final do século XIX, na Europa, com o intuito crítico e analítico para pensar os fenômenos históricos e empíricos da religião. A recente Ciências das Religiões manifesta um interesse em estudar as origens da religião e suas manifestações, através da história, da antropologia e das demais ciências humanas que contribuem para que as pessoas percebam que não existe uma única religião ou uma única verdade sobre determinada crença. Esse interesse surgiu devido aos movimentos de cultos estrangeiros e as comparações com os diferentes fatos religiosos que estavam em evidência, em consequência do desenvolvimento da Europa.³

³ ELIADE, Mircea. *Origens: perspectivas do homem*. Lisboa: Edições 70, 1989. p. 5-6.

O campo das Ciências das Religiões sofreu avanços históricos significativos, que o consolidaram no período de 1875 a 1914, com as primeiras universidades dedicadas ao estudo das religiões na Europa. Essas universidades se dedicavam exclusivamente ao estudo da religião ou ao estudo das religiões, estudando-as como disciplina acadêmica.⁴ As disciplinas acadêmicas que dedicavam seus estudos às Ciências das Religiões tinham como pano de fundo as grandes navegações e as investigações dos fenômenos religiosos, que estavam enraizados nos processos históricos e sociais ocasionados pela expansão econômica desenhada pelo advento do capitalismo.⁵

No Brasil, as Ciências das Religiões tiveram destaque a partir de 1960, quando as graduações e pós-graduações iniciaram seus investimentos nessa área inspiradas nos modelos europeus e americanos, trabalhando na perspectiva de compreensão dos fenômenos religiosos como fruto da religião atemporal, essencial e ilimitada na vida humana. Por isso, as Ciências das Religiões não se esgotam.⁶

Segundo Marcelo Camurça, as Ciências das Religiões não se preocupam em julgar as verdades e nem mesmo decide os sentidos normativos entre um dogma religioso e outro. Ao contrário, elas estudam os diferentes sistemas religiosos a partir das constituições históricas e antropológicas e demais áreas das ciências humanas, como já esclarecido.⁷ Porém, existem debates complexos em relação à metodologia das Ciências das Religiões no campo acadêmico, na busca por estruturar seu currículo metodológico. Ao discutir sobre o crescimento e as hipóteses metodológicas acerca das Ciências das Religiões, Marcelo Camurça e Emerson Silveira esclarecem que:

Essas transposições e migrações trouxeram alguns problemas ao estudo dos fenômenos religiosos, entre os quais ambivalências semânticas das categorias investigativas e tensões com as outras ciências sociais e humanas. Contudo, isso está relacionado ao longo processo pelo qual a religião institucional deixou de ser a totalidade organizativa da cultura e das sociedades ocidentais, não sem relutância, e passou a ser vista como mais uma das dimensões, ou esferas, de valor inclusive, passível de metodologias investigativas em curso nas ciências sociais e humanas.⁸

Compreende-se que as concepções das Ciências das Religiões são complexas, porque, como foi evidenciado nos parágrafos anteriores, são conceitos recentes nas universidades

⁴ SENRA, Flavio. A pós-graduação em Ciência da Religião e Teologia no Quadriênio 2013-2016. *Revista Interações*, Belo Horizonte, v.13, n. 24, p. 526-533, 2018. p. 526-533.

⁵ SENRA, 2018, p. 526-533.

⁶ SENRA, 2018, p. 526-533.

⁷ CAMURÇA, Marcelo A. Por uma perspectiva simétrica entre o saber e o religioso e o das Ciências da Religião. In: SILVEIRA, Emerson J. S. (org.). *Como estudar as religiões: metodológicas e estratégicas*. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 7-40.

⁸CAMURÇA e SILVEIRA, 2018, p. 74.

brasileiras que demandam um leque de discussões. Com efeito, essa área do conhecimento tem sido alvo de debates exaustivos, pois, procura compreender os fenômenos religiosos presentes na sociedade brasileira. Desse modo, a religião não se impõe como uma verdade absoluta, ao contrário, mostra-se envolvida nas diferentes expressões sociais e culturais,⁹ aproximando-se do conceito de religião que se pretende abordar nesta pesquisa.

Segundo Hans Jürgen Greschat, a religião é um labirinto pelo qual muitos podem se perder, caso não tenham um fio para se orientar.¹⁰ Para o autor, as Ciências das Religiões se tornam importante para demonstrar, de modo imparcial, os conteúdos éticos e morais inseridos nas religiões, avaliando-as se são corretamente entendidas ou não, porém, não atestando a verdade ou a falsidade delas.¹¹

Dessa maneira, Klaus Hock adverte que a religião pode ser compreendida como um objeto que transita nas diferentes sociedades e culturas, a partir das diferentes manifestações culturais, nos ritos e nas atitudes religiosas das pessoas.¹² Para ele:

A religião abrange toda uma ‘família’ de componentes. Portanto, o termo religião precisa se referir a uma coleção de diferentes fatores, critérios e dimensões que, em seu conjunto, descrevem um quadro no qual a ciência da religião pode inserir seu objeto. No entanto, esse quadro não é ‘preestabelecido objetivamente’, mas ‘construído’ por meio da atuação de cientistas da religião.¹³

Para os cientistas da religião, seu objeto depende do contexto histórico, social, cultural e econômico. De acordo com Emerson Silveira, em relação às dimensões conceituais das Ciências das Religiões, é necessário pensar nas abordagens metodológicas que levou à compreensão do campo das Ciências das Religiões a partir da visão de autores/as que se debruçam no estudo dessa temática acadêmica.¹⁴ Porém, a transposição das Ciências das Religiões, inferindo suas contribuições epistemológicas para o currículo do ER na escola, permite abordar os fenômenos que ocorrem na pluralidade cultural e religiosa das crianças da Educação Infantil, em especial na UMEI Pedro Pandolfi.

Torna-se importante descobrir diferentes formas de trabalhar a herança social e cultural adquirida ao longo da história da humanidade sem provocar ou produzir o proselitismo,

⁹ HUFF JR., Arnaldo; PORTELLA, Rodrigo. Ciência da Religião: uma proposta a caminho para consensos mínimos. *Revista Numen*, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 433-456, 2012. p. 437.

¹⁰ GRESCHAT, Hans Jürgen. *O que é Ciências da Religião?* São Paulo: Paulinas, 2005. p. 10.

¹¹ GRESCHAT, 2005, p. 34.

¹² HOCK, Klaus. *Introdução à Ciência da Religião*. São Paulo: Loyola, 2010. p. 29.

¹³ HUFF JR.; PORTELLA, 2012, p. 445.

¹⁴ SILVEIRA, Emerson Sena da; MORAES, Manoel Ribeiro de. *A dimensão teórica dos Estudos da Religião: horizontes histórico, epistemológico e metodológico nas Ciências da Religião*. São Paulo: Fonte Editorial, 2017. p.158.

desconstruindo as concepções de religião e de religiosidade que não contemplam a pluralidade religiosa e cultural brasileira.

Nessa perspectiva, João Décio Passos analisa o ER como parte do currículo escolar durante toda a trajetória da educação brasileira, porém, esse ensino, segundo o autor, sempre foi visto de forma marginalizada nas escolas públicas, de modo geral. Essa marginalização ocorre pelo fato de que os modelos catequéticos e teológicos de ER dominaram a educação religiosa no Brasil ao longo dos anos, impregnando-se nas práticas de professores/as que continuam atuando com metodologias de ensino voltadas equivocadamente para o proselitismo e para o preconceito.¹⁵ Entretanto, com o crescimento das pesquisas científicas e com os estudos realizados pelo Fórum Nacional de Ensino Religioso (FONAPER), as Ciências das Religiões têm alcançado professores e professoras nas escolas brasileiras e transformado suas práticas de modo plausível.

Outro fato a ser considerado como conquista para as Ciências das Religiões foi a construção dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ER (PCNs) e a recente BNCC, cuja aprovação ocorreu em dezembro de 2017. A BNCC é um documento que orienta a base do currículo das escolas brasileiras e prioriza as Ciências das Religiões como orientação epistemológica para a elaboração e aplicação dos conteúdos do Componente Curricular de ER.

O FONAPER apresenta e discute o ER a partir da perspectiva das Ciências das Religiões, como uma autonomia epistemológica que compõe este Componente Curricular. Para Laude Brandenburg:

A epistemologia é entendida como a teoria do conhecimento sobre um determinado campo de investigação, pois trata da organização da episteme do objeto de estudo e, vale ressaltar, na área do Ensino Religioso ela encontra-se ainda em construção. Consolidar a epistemologia de uma área leva tempo e pode abranger um amplo território.¹⁶

Desse modo, estudar a religião sob as lentes científicas tem sido um desafio necessário na sociedade contemporânea, pois, a ampliação do pluralismo religioso desperta a comunidade escolar para a construção de um currículo em ação voltado para a valorização do multiculturalismo, concentrando-se nos estudos dos fenômenos culturais e religiosos que vêm crescendo desde a fundação do país. Por isso, é necessário refletir sobre a religiosidade e os fenômenos religiosos na Educação Infantil brasileira.

¹⁵ BRANDENBURG, Laude E. A epistemologia do Ensino Religioso, suas limitações e abrangências: a confluência da Educação e da Religião na escola. *Revista Interações – Cultura e Comunidade*, Belo Horizonte, v. 8, n. 14, p. 221-229, 2013. p. 222.

¹⁶ PASSOS, João D. Epistemologia do Ensino Religioso: a inconveniência política de uma área de conhecimento. *Revista Ciberteologia*, São Paulo, a. VII, n. 34, p. 118-124, 2011. p. 118.

1.2 Religiosidade e fenômenos religiosos na Educação Infantil

Por estarem num processo de formação em que as experiências são vivenciadas através da liberdade no brincar e no agir, as crianças precisam ter as questões de conceito de liberdade religiosa trabalhadas de maneira adequada. Em geral, as crianças chegam à escola com diferentes identidades religiosas construída por seus familiares, então, essas diversidades precisam ser discutidas para possibilitar uma convivência em harmonia, não somente pelo viés da formação do sujeito, mas pela partilha numa perspectiva de valores, de respeito e de troca das experiências com o outro e pelo outro, com a promoção para o conhecimento e o respeito aos valores humanos desde a infância.

Considerando que as tradições culturais institucionais locais constituem o estudo da religião, e que elas se adequam às peculiaridades de cada localidade, uma vez que a história e a cultura local são fundamentais nas pesquisas além de outros fatores que envolvem os fenômenos culturais, faz-se necessário compreender que não se pode aplicar o mesmo conteúdo de um Estado para o outro, ou de um país para o outro, pois, cada local tem sua cultura e sua realidade vivenciada e experienciada de modo distinto.¹⁷ Ainda sobre a temática das Ciências das Religiões na perspectiva do ER, João Décio Passos destaca que essa sistematização deve ter por objetivo a educação do/a cidadão/ã sobre a responsabilidade, tanto da comunidade científica quanto do Estado, priorizando as estratégias de contexto político, social e cultural de uma sociedade secularizada, como pode ser observado nos objetivos do ER, propostos pelo FONAPER, no sentido de trabalhar com os fenômenos religiosos:

Proporcionar o conhecimento dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso, a partir das experiências religiosas percebidas no contexto do educando; subsidiar o educando na formulação do questionamento existencial, e profundidade, para dar sua resposta devidamente informados; analisar o papel das tradições religiosas na estruturação e manutenção das diferentes culturas e manifestações socioculturais; facilitar a compreensão do significado das afirmações e verdades de fé das tradições religiosas; refletir o sentido da atitude moral, como consequência do fenômeno religioso e expressão da consciência e da resposta pessoal e comunitária do ser humano; possibilitar esclarecimentos sobre o direito à diferença na construção de estruturas religiosas que têm na liberdade o seu valor inalienável.¹⁸

Esses objetivos, para serem garantidos e praticados, precisam de estratégias convincentes, de forma que o conceito tradicional de religião seja substituído pelo conceito de fenômeno religioso, ancorado nos demais componentes (ciências) como a Filosofia, Sociologia,

¹⁷ GEERTZ, 1978, p. 15-16.

¹⁸ FORUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO (FONAPER). *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Religioso*. 2. ed. São Paulo: Ave Maria, 1997. p. 30-31.

História e Antropologia, entendendo, assim, que a concepção de ER, como área de conhecimento e como disciplina do currículo básico, merece o mesmo tratamento que os demais Componentes Curriculares tanto nos documentos quanto na prática.

A BNCC apresenta elementos para diminuir as tensões entre grupos religiosos e esclarece o ponto em comum entre tais grupos, através da ciência das religiões. Utilizando de um discurso filosófico, traçando uma relação entre o ser humano e o transcendente, para além da sua existência finita. Ao pautar as reflexões sobre as Ciências das Religiões presentes na BNCC ¹⁹e nas obras dos autores mencionados neste estudo, toma-se as palavras de Miguel Arroyo para demonstrar que falar sobre o olhar da crianças em relação aos fenômenos culturais e religiosos presentes na Festa da Penha não é realizar a manutenção da fé através do currículo, ao contrário, é compreender que o currículo da Educação Infantil precisa contemplar os fenômenos religiosos e culturais, na perspectiva da criança, para que elas possam compreender, desde bem pequenas, que as tradições e as diferenças ocupam um lugar importante na vida da humanidade.²⁰

A Festa da Penha é uma festa religiosa de tradição cristã da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR), que representa um universo repleto de diversos fenômenos religiosos que envolvem as pessoas em suas emoções e sua cultura. Por isso, torna-se pertinente abordá-la como fenômeno religioso e cultural na Educação Infantil, da forma como está sendo apresentada ao longo deste estudo. Além disso, a educação deve fomentar as discussões sobre todas as tradições religiosas e suas religiosidades, de modo que:

Todas as religiões, além das de cunho cristão, devem ocupar o mesmo espaço dentro dos conteúdos de Ensino Religioso, e isso é o ponto-chave da implementação e permanência desta disciplina que não pode e não deve privilegiar uma ou outra tradição religiosa, mas, ao contrário, organizar seu currículo rompendo com o silêncio ao qual muitas religiões e tradições foram submetidas ao longo do processo histórico, superando tais segmentações.²¹

Dessa forma, para romper com o silêncio preconceituoso que submeteu muitas religiões e tradições ao racismo religioso, deve-se promover a adoção de novos valores de liberdade, justiça e igualdade, desenvolvendo uma educação voltada para ações pedagógicas que envolvem a religião como ciência, progredindo na compreensão do ER a partir dos fenômenos religiosos, os quais devem ser abrangidos analiticamente,²² sem ficar restritos ao Componente

¹⁹ BRASIL, 2017, p. 40-44.

²⁰ ARROYO, Miguel G. *Indagações sobre currículo: educandos e educadores, seus direitos e o currículo*. Brasília: MEC; SEB, 2008. p. 12.

²¹ ARROYO, 2008. p. 12.

²² AQUINO, Maurício. O ensino religioso no século XXI: religiosidade, laicidade e diversidade cultural. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá, n. 17, p. 117-132, 2003. p. 121.

Curricular de ER, dado que o sagrado se expressa e está presente em suas diferentes facetas, inclusive as civis.²³ Eduardo Albuquerque argumenta o seguinte:

As simplificações explicativas sobre o fenômeno religioso e os embates que as instituições realizam no campo, tendem ao afastamento dos alunos das religiões e à perda de uma oportunidade de se construir, pela primeira vez, convicções democráticas mais sólidas apoiadas no conhecimento do outro, através de suas crenças e suas práticas rituais.²⁴

É importante afirmar que o Componente Curricular de ER faz parte do Ensino Fundamental, com a aprovação da BNCC, a partir do 1º ano dessa etapa. Destaca-se, então, que, na Educação Infantil, não se trabalha com as crianças a partir do Componente Curricular de ER. Nesta etapa da educação a BNCC orienta a trabalhar com a religiosidade. Nas palavras de Sonia Itoz e Junqueira, na Educação Infantil, o ER se concretiza nos Campos de Experiência, por meio dos objetos religiosos, das interações, das vivências e representações que estão presentes no ambiente, na convivência social e na partilha de crenças e práticas trazidas de casa pelas crianças e que, com olhar, escuta e percepção atenta, intencionalmente são evidenciadas pelo professor.²⁵ No entanto, o fenômeno religioso e cultural está presente na vida das crianças, e a BNCC orienta, através dos campos de aprendizagens, a trabalhar a religiosidade da criança no sentido de apresentar para elas as diferentes religiões e suas práticas culturais partindo de suas experiências iniciais.²⁶

Cabe esclarecer que, na Educação Infantil, trabalha-se com expressões religiosas e culturais que as crianças apresentam no espaço da UMEI. Trabalha-se, na verdade, o respeito e as diferenças, a solidariedade e a identidade cultural, quando, por exemplo, aborda-se o conceito de “eu, o outro e o nós”, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaços, tempos, quantidades e transformações, nos campos de experiência da BNCC para a Educação Infantil.²⁷

Com isso, a religiosidade emerge como o conjunto de modos e valores que representam os costumes religiosos de um determinado povo que, assim, constroem uma relação com o sagrado a partir de experiências potentes com os símbolos sobrenaturais. Tais estruturas religiosas se constituem como instrumento de alento às diversas situações do cotidiano. As

²³ ALBUQUERQUE, Eduardo B. Ensino Religioso: oficial e textualidade. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE RELIGIÓN Y ETNICIDAD (CLARE), XI, 2006, São Bernardo do Campo. *Anais...* São Bernardo do Campo: CLARE, 2006. [pdf]. p. 13.

²⁴ ALBUQUERQUE, 2006, p. 13.

²⁵ ITOZ Sonia de e JUNQUEIRA, Sérgio: *OLHARES SOBRE A EDUCAÇÃO RELIGIOSA NA EDUCAÇÃO INFANTIL*. REVISTA DE PASTORAL DA ANEC, ANO VI, No 11/202, p. 10-14.

²⁶ BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*: educação é a base. Brasília: MEC, 2018. p. 423-439.

²⁷ BRASIL, 2017, p. 42-44.

representações são naturais, mas elas possuem um significado que as liga às teofanias – aparição ou revelação de Deus – em que aparece a força da potência realizadora daquilo que o ser humano pensa não ser capaz de resolver.²⁸

Logo, os estudos de Maristela Andrade demonstram que a religiosidade brasileira ocorre a partir de dois fenômenos distintos que se interpenetram: o pluralismo religioso e o processo sincrético religioso. De acordo com a autora, a influência do campo religioso interfere diretamente nos processos identitários e na rejeição dos fluxos sincréticos,²⁹ uma vez que a religiosidade é intrínseca ao processo de sincretismo religioso que se desenvolve no pluralismo religioso e no jogo entre os diferentes agentes religiosos, pautados na caracterização da matriz religiosa brasileira e de trocas entre as diferentes ofertas religiosas.³⁰

Ao dissertar sobre a religiosidade na Educação Infantil, Susan Ruy assevera que a religiosidade para a criança é construída por meio dos fenômenos religiosos que elas vivenciam. Logo, o espaço escolar se torna um importante celeiro para que essas construções ocorram de maneira crítica e lúdica, tendo em vista que a escola é o ambiente de reprodução e formação de hábitos.³¹

Susan Ruy ainda relata que existem poucas produções sobre os fenômenos religiosos no ambiente escolar da Educação Infantil, entretanto, as contribuições de Pierre Bourdieu, ao referenciar os aspectos reprodutores da cultura simbólica, possibilita compreender o quanto a escola pode reproduzir a religião sem o senso crítico, isto é, como algo comum no âmbito social. Dessa forma, o conceito de *habitus* é um importante elemento para identificar a atuação dos/as professores/as de Educação Infantil na escola e o seu diálogo com as famílias das crianças sobre a pluralidade cultural e a importância do acesso a essa pluralidade, através das danças e das brincadeiras com as crianças.³²

Numa retrospectiva histórica sobre a educação e religião brasileira, pode-se destacar que o pluralismo religioso vem formando novos hábitos e diferentes identidades religiosas, mesclando o pentecostalismo das igrejas em suas variadas manifestações e ocasionando o

²⁸ CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995. p. 36-56.

²⁹ ANDRADE, Maristela O. A religiosidade brasileira: o pluralismo religioso, a diversidade de crenças e o processo sincrético. *Revista CSONLINE*, Juiz de Fora, n. 14, p. 106-118, 2009. p. 106-118.

³⁰ ANDRADE, 2009, p. 108-109.

³¹ RUY, Susan G. R. *Religiosidade e educação infantil: um olhar sobre a UMEI Basílio Costalonga, Vila Velha-ES*. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2021. p. 9-20.

³² RUY, 2021, p. 33.

deslocamento do poder religioso em suas representações governamentais, o que provoca debates em torno da religiosidade que permeia a sociedade contemporânea.³³

Retomando o texto de Susan Ruy, a autora aponta para a religiosidade impregnada nas falas dos pais e das mães que questionaram a apresentação cultural na escola, que trazia uma dança africana, intitulada *Toda menina baiana*, de Gilberto Gil, com as meninas vestidas com saias brancas. Esse fenômeno de intolerância religiosa com a música afro-brasileira demonstra o estranhamento da pluralidade cultural. Diante desse quadro, Susan Ruy relata que:

As crianças devem ter sua identidade religiosa preservada e o/a professor/a deve desenvolver um trabalho na perspectiva das Ciências das Religiões, ampliando os saberes da criança e possibilitando preferências religiosas, desobrigando a criança de participar de rituais e celebrações que diferem de sua religião e instruindo a criança e as famílias sobre a pluralidade cultural e religiosa.³⁴

Para a autora, a escola deve proporcionar momentos de diálogos com as famílias das crianças sobre a compreensão do que é a diversidade cultural e o quanto é importante trabalhá-la na infância, pois as crianças são produtoras de sua própria cultura, elas constroem representações de objetos e de pessoas que significam algo para elas. É nesse sentido que ocorrem os processos de construção da identidade e dos fenômenos que cercam as crianças, em que elas passam a conceber, idealizar e experienciar a religiosidade nos espaços onde estão presentes, seja na escola, em casa ou nos mais diversos espaços da sociedade.³⁵

Nesse sentido, a instituição escolar é um espaço de formação de sentidos, mas, não é o único. As crianças que frequentam a Educação Infantil pertencem a uma sociedade, ocupam um espaço geográfico, possuem uma linguagem própria, reproduzem padrões familiares, enfim, são cidadãs de pouca idade. Segundo Sônia Kramer, Maria Leite, Maria Nunes e Daniela Guimarães, as crianças são:

Pessoas enraizadas num todo social que as envolve e que nelas imprime padrões de autoridade, linguagem, costumes. Essa visão de quem são as crianças - cidadãos de pouca idade, sujeitos sociais e históricos, criadores de cultura - é condição para que se atue no sentido de favorecer seu crescimento e constituição, buscando alternativas para a educação infantil que reconhecem o saber das crianças (adquirido no seu meio sociocultural de origem) e oferecem atividades significativas, onde adultos e crianças têm experiências culturais diversas, em diferentes espaços de socialização.³⁶

³³ CUNHA, Luiz A.; CAVALIERE, Ana Maria. O ensino religioso nas escolas públicas brasileiras: formação de modelos hegemônicos. In: PAIXÃO, Lea P.; ZAGO, Nadir. (orgs.). *Sociologia da educação: pesquisa e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 63-74.

³⁴ RUY, 2021, p. 34.

³⁵ NEVES, M. A. C. M. Primeiras indagações e a procura do sobrenatural. *Revista Cadernos de Fé e Cultura*, Campinas, n. 47, p. 40-53, 2005. p. 40-53.

³⁶ KRAMER, Sônia; LEITE, Maria I.; NUNES, Maria F.; GUIMARÃES, Daniela. *Infância e educação infantil*. Campinas: Papyrus, 1999. p. 34.

Reconhecer o saber das crianças da Educação Infantil é respeitar e consolidar os direitos que elas possuem de vivenciar as diferentes culturas religiosas, respeitando a laicidade e a identidade religiosa de cada uma delas. Ao assumir essa postura laica, o/a professor/a contribui para que as crianças tenham autonomia de gerir sua própria identidade religiosa, contribuindo para que elas possam construir seus próprios padrões de religiosidade, a partir de suas relações sociais, afetivas e cognitivas.³⁷

No âmbito das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs), o conceito de criança perpassa pela seguinte compreensão:

Entende-se por criança o ‘sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura’.³⁸

As crianças produzem cultura e são sujeitos históricos e de direitos. Por isso, reforça-se que a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica que objetiva contribuir para a formação integral da criança, tendo como foco as aprendizagens por meio das interações e das brincadeiras. Nessa etapa, a criança precisa conhecer os objetivos propostos na BNCC e os direitos de aprendizagens, devendo o currículo dessa etapa de ensino ser pautado nas DCNEIs,³⁹ e na BNCCEI⁴⁰, além das propostas próprias de cada rede de ensino e, conseqüentemente, dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) de cada UMEI.

A concepção de infância como sujeito histórico, integral e de direitos precisa ser apreendida pelos/as professores/as que atuam nessa área de ensino, pois, para muitos desses profissionais, a concepção de infância está pautada em identidades equivocadas a respeito da infância e da criança. Carla Tosatto e Evelise Portilho apontam para a necessidade de respeito do olhar dos/as professores/as da Educação Infantil em relação à identidade das crianças. Segundo as autoras, muitos/as profissionais da Educação Infantil concebem a criança como:

Um ser naturalmente bom; a criança como um ser que vive na fantasia; a criança como um ser que brinca; a criança como um ser que aprende; e a criança como um ser que se desenvolve. Foi possível perceber que prevalece entre as professoras uma imagem idealizada, mitificada, naturalizada e homogênea da criança e da infância que tensiona as suas relações com as crianças na sua concretude. A criança como um ser que brinca ainda é vista de forma mais natural do que social, distanciando-se da concepção da

³⁷ VALENTE, Gabriela A. *Diferentes propostas curriculares para o Ensino Religioso e suas conseqüências para a laicidade do Estado*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 33-48.

³⁸ BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília: CNE; CEB, 2009. p. 35.

³⁹ BRASIL, 2009, p. 36.

⁴⁰ BRASIL, 2018, p. 36-56.

criança como produtora de culturas próprias e singulares que precisam ser consideradas, ampliadas e ressignificadas.⁴¹

Nesse ínterim, a criança deixa de ser vista como um ser histórico, cultural e social pelos/as professores/as e pelo próprio currículo, quando este último chega na escola engessado e pensado por profissionais que não vivenciam na prática as metodologias que envolvem as experiências do cotidiano, e que são trazidas pelas crianças a partir de seu meio social.

No sentido de ampliar o conceito de infância, o currículo do Espírito Santo trás, em seu bojo, o compromisso com a criança em suas diferentes dimensões, promovendo situações que favorecem as aprendizagens, as habilidades e o exercício de sua autonomia.⁴² Esse documento assume que os/as estudantes, desde sua infância, precisam ser compreendidos/as a partir de uma visão plural, singular e integral, considerando-os como sujeitos de aprendizagem e detentores de direitos e deveres, que, por meio do conhecimento, da autonomia e de suas potencialidades, sejam capazes de se realizar em todas as suas dimensões através de processos de construção histórica, cultural, socioeconômica, linguística, étnica, política, religiosa, entre outras, que constituem seu modo de ser, de viver e de estar no mundo, de modo singular, criando novas formas de existir.⁴³ Destaca-se que, para o currículo do Espírito Santo, a Educação Infantil se baseia:

Nos conceitos e nas normativas da BNCC, reconhece os/as professores/as como sujeitos ativos e principais mediadores das aprendizagens da criança. Considera, de acordo com as DCNEI, os eixos norteadores interações e brincadeiras como o centro das práticas pedagógicas da Educação Infantil. Isso quer dizer que as interações e a brincadeira são a base na construção de cada criança como um ser único, sendo formas privilegiadas para ela ampliar seus afetos, suas sensações, percepções, memória, linguagem e sua identidade.⁴⁴

Ou seja, os/as professores/as devem considerar a identidade das crianças, no sentido de promover espaços mediadores, evidenciando a criança como produtora de conhecimento em que suas experiências possam ser relevantes para a construção de cidadãos e cidadãs mais críticos/as, éticos/as e reflexivos/as. A partir dessa reflexão, propõe-se, na última seção deste capítulo, uma abordagem a partir da BNCC-EI, no sentido de referenciar o modo como as Ciências das Religiões podem contribuir para a construção da aprendizagem das crianças, levando-as a compreender que existem diferentes práticas religiosas na sociedade.

⁴¹ TOSATTO, Carla; PORTILHO, Evelise M. L. A criança e a infância sob o olhar da professora de educação infantil. *Revista Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 30, n. 3, p. 153-172, 2014. p. 165.

⁴² CURRÍCULO ES. *Educação Infantil*. [s.d.]. [online]. [n.p.].

⁴³ CURRÍCULO ES, [s.d.], [n.p.].

⁴⁴ CURRÍCULO ES, [s.d.], [n.p.].

1.3 Singularidades da Educação Infantil e da religiosidade

Segundo Moisés Kuhlmann Jr., em meados do século XIX e início do século XX, surgiram as creches e os jardins de infância, que foram organizados por instituições filantrópicas com diferentes tendências, tais como: a jurídico-policial, que tinha seu foco nas crianças moralmente abandonadas; e a medico-higienista e a religiosa, que buscavam combater a mortalidade infantil. Essas instituições filantrópicas dividiram a sociedade, pois, ao mesmo tempo em que determinadas pessoas apostavam nas creches e nos jardins de infância, outras criticavam seus moldes europeus.⁴⁵ Moisés Kuhlmann Jr. destaca que:

Nesse período, foi criado o Instituto de Proteção à Infância do Rio de Janeiro pelo médico Arthur Moncorvo Filho, que tinha como objetivos não só atender às mães grávidas pobres, mas dar assistência aos recém-nascidos, distribuição de leite, consulta de lactantes, vacinação e higiene dos bebês. Foi considerada uma das entidades mais importantes, mormente por ter expandido seus serviços por todo o território brasileiro. Outra instituição importante criada nesse ano foi o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, este precedeu, em 1919, a criação do Departamento da Criança, que tinha como objetivo não só fiscalizar as instituições de atendimento à criança, mas combater o trabalho das mães voluntárias que cuidavam, de maneira precária, dos filhos das trabalhadoras.⁴⁶

Junto aos avanços provocados pelo Instituto de Proteção à Infância, as mães trabalhadoras iniciaram um movimento das operárias, para defender melhores condições de trabalho durante o período industrial. Mas, como alguns ajustes de manobras empresariais foram criados, as creches maternas foram vistas pelos empresários como algo vantajoso, pois, as mulheres, ao terem os filhos por perto, produziam melhor. Ao longo das décadas, outros conflitos garantiram o surgimento das creches e das pré-escolas por parte do Poder Público, não só para as mães trabalhadoras mais para todas as mães. Assim, a Educação Infantil deixou de ser assistencialista para se constituir como educação compensatória, em meados da década de 1970.⁴⁷

Ao discutir esse assunto, Sônia Kramer chama atenção para a concepção que o Poder Público expressa sobre a infância, cuja ideia é de uma infância padronizada e homogênea, ou seja, a concepção é de que as crianças de classe mais pobres são “carentes, deficientes e inferiores, na medida em que não correspondem ao padrão estabelecido faltariam a essas

⁴⁵ KUHLMANN JR., Moisés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998. p. 23-48.

⁴⁶ KUHLMANN JR., 1998, p. 48-58.

⁴⁷ OLIVEIRA, Zilma M. R. *Creches: crianças, faz de conta & Cia*. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 18.

crianças privadas culturalmente determinados atributos ou conteúdo que deveriam ser nelas incutidos”⁴⁸.

Logo, o Poder Público precisa compensar essas crianças e superar as deficiências sanitárias, alimentares e escolares a partir de diferentes propostas com o que foi fundamental para iniciar as transformações que a Educação Infantil precisava conquistar. Mas, essa primeira vitória possibilitou oportunidades educacionais para todas as crianças, independentemente de sua classe social. Sônia Kramer explica o seguinte:

Ambas as funções podem ser desmistificadas. Ao nível da primeira função, considera-se a educação como promotora da melhoria social, o que é uma maneira de esconder os reais problemas da sociedade e de evitar a discussão dos aspectos políticos e econômicos mais complexos. A proposta que ressurgiu, de elaborar programas de educação pré-escolar a fim de transformar a sociedade no futuro, é uma forma de culpar o passado pela situação de hoje e de focalizar no futuro quaisquer possibilidades de mudança. Fica-se, assim, isento de realizar no presente ações ou transformações significativas que visem a atender às necessidades sociais atuais ⁴⁹

Percebe-se que a segregação foi pontual nesse período da história em que as instituições particulares funcionavam apenas por meio período, possibilitando às crianças mais abastadas o convívio familiar e, enquanto estavam nas creches e nas pré-escolas, elas eram estimuladas com atividades direcionadas à socialização e à preparação para o Ensino Fundamental. Ao passo que as crianças de classes menos favorecidas recebiam um atendimento que abordava questões de carência e deficiência. Ou seja, as crianças ricas recebiam uma educação com metodologias criativas e eram levadas a interagir umas com as outras, o que as elevava a um grau de privilégios, enquanto as crianças pobres não recebiam o mesmo atendimento.⁵⁰

Esses fatores provocaram uma preocupação em relação ao atendimento a todas as crianças, por parte de estudiosos/as da infância, da comunidade acadêmica e da sociedade civil, que pressionaram a sociedade e o Poder Público para regulamentar a educação e, assim, equiparar o atendimento com qualidade para todas as crianças. Entretanto, esse fato que só ocorreu após quase um século de lutas, pois, somente com a promulgação da Carta Magna, em 1988, é que as crianças tiveram seus direitos pontuados na legislação brasileira pela primeira vez.

Verifica-se que o esforço coletivo dos diversos segmentos da sociedade culminou nos princípios de obrigações do Estado com as crianças, como está previsto no artigo 208 da Constituição Federal de 1988 (CF). A pressão desses movimentos na Assembleia Constituinte

⁴⁸ KRAMER, Sonia. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995. p. 24.

⁴⁹ KRAMER, 1995, p. 30.

⁵⁰ KRAMER, 1995, p. 41-58.

possibilitou a inclusão da creche e da pré-escola no sistema educativo, ao inserir na CF vigente o dever do Estado para com a educação, garantindo a oferta de creches e de pré-escolas para crianças de 0 a 6 anos. Observe:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009) IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando.⁵¹

A partir da promulgação do referido artigo 208 da CF de 1988, as creches, que anteriormente eram vinculadas à assistência social, passaram a ser de responsabilidade da educação pública, tomando por orientação o princípio de que as instituições não apenas cuidam das crianças, mas devem, prioritariamente, desenvolver um trabalho pedagógico. Dessa forma, a CF vigente representa uma rica contribuição na garantia dos direitos das pessoas, visto que, por fruto de um grande movimento de discussão e participação da população civil e do Poder Público, as crianças tiveram os seus direitos garantidos pela primeira vez na história do Brasil, pois, na realidade, apenas o texto constitucional concebe a criança de 0 a 6 anos como sujeito de direitos e, a partir daí, travaram-se lutas para outras conquistas da infância.⁵²

A primeira delas, após dois anos de promulgação da CF de 1988, foi o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que regulamentou, em seu artigo 227, o direito da criança no mundo dos direitos humanos. De acordo com o artigo 3º, a criança e o adolescente devem ter assegurados os seus direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, para que seja possível o acesso às oportunidades de desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, sem condições de liberdade e dignidade. Veja:

Art. 3º A criança e os adolescentes gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social,

⁵¹ BITTAR, Mariluce; SILVA, J.; MOTA, M. A. C. Formulação e implementação da política de educação infantil no Brasil. In: RUSSEFF, Ivan; BITTAR, Mariluce. (orgs). *Educação infantil, política, formação e prática docente*. Campo Grande: UCDB, 2003. p. 67-89.

⁵² BITTAR; SILVA; MOTA, 2003, p. 85-89.

região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem (incluído pela Lei nº 13.257, de 2016).⁵³

Segundo Maria Ferreira, o ECRIAD é mais do que um simples instrumento jurídico, porque essa legislação:

Inseriu as crianças e adolescentes no mundo dos direitos humanos. OECA estabeleceu um sistema de elaboração e fiscalização de políticas públicas voltadas para a infância, tentando com isso impedir desmandos, desvios de verbas e violações dos direitos das crianças. Serviu ainda como base para a construção de uma nova forma de olhar a criança: uma criança com direito de ser criança. Direito ao afeto, direito de brincar, direito de querer, direito de não querer, direito de conhecer, direito de sonhar. Isso quer dizer que são atores do próprio desenvolvimento.⁵⁴

Outra conquista significativa ocorreu em meados de 1994 e 1996, quando foi publicada, pelo Ministério da Educação (MEC), uma série de documentos importantes sobre a política da Educação Infantil. Esses documentos estabeleceram as diretrizes pedagógicas e os recursos humanos, com o objetivo de expandir a oferta de vagas e, assim, promover a melhoria e a qualidade do atendimento para as crianças brasileiras em idade escolar. Dessa maneira, os documentos elaborados foram denominados como uma Política de Formação Profissional de Educação Infantil, visando a necessidade e a importância de um profissional qualificado minimamente para atuar nas instituições de Educação Infantil e de Educação Infantil Bibliografia Anotada, Propostas Pedagógicas e Currículo Educação Infantil. Esses últimos foram importantes, pois, direcionavam melhorias na organização do trabalho dos/as profissionais da educação no interior das creches e das pré-escolas.⁵⁵

De modo semelhante, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), aprovada em 1996, ao tratar da composição dos níveis escolares, inseriu a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica. O objetivo disso foi promover o desenvolvimento integral da criança de 0 a 6 anos, completando a ação da família e da comunidade. Nesse sentido, o MEC desenvolveu o tratamento dos vários aspectos, tais como, as dimensões de desenvolvimento e as áreas de conteúdos não separadas, o que foi fundamental, pois, evidenciou a necessidade de considerar a criança como um todo para promover o seu desenvolvimento integral e sua inserção na esfera pública. A Lei 9.394/96 preconiza o seguinte:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.
Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes,

⁵³ BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990*. [Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências]. Brasília: Presidência da República. [online]. [n.p.].

⁵⁴ FERREIRA, Maria C. R. *Os fazeres na educação infantil*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 184.

⁵⁵ FERREIRA, 2000, p. 185-190.

para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: I – avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; II – carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional; III – atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral; IV – controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; V – expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.⁵⁶

A inserção da Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica trouxe grandes avanços para a infância, pois, a criança passou a ser vista como sujeito de direito, tendo garantido o seu bem-estar infantil e as condições para o seu desenvolvimento físico motor, emocional, social, intelectual, além da ampliação de suas experiências.

Diante dessa nova perspectiva, três importantes objetivos devem estar necessariamente inseridos na nova modalidade educacional. O primeiro deles é o objetivo social. O segundo é o objetivo educativo. O terceiro e último é o objetivo político. Essas conquistas demonstram a relevância dos artigos 29 e 30, da LDBEN, no sentido de regulamentar o calendário anual das instituições de Educação Infantil, o currículo e a formação dos/as profissionais para atender ao público infantil. Porém, isso não garante o atendimento universal e a qualidade, pois o financiamento para a Educação Infantil continua sendo insuficiente, culminando em infraestrutura física inadequada, ausência de equipamentos, recursos didáticos e profissionais habilitados/as para o atendimento de qualidade para as crianças de 0 a 6 anos.⁵⁷

As lacunas e os desafios que a Educação Infantil ainda precisava romper, após a implementação da LDBEN, foram pontuadas no Plano Nacional da Educação (PNE) de 2001-2010, cujo objetivo consistia em estabelecer e cumprir as metas para todos os níveis de ensino brasileiro. Observe:

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2001- 2010 regulamentado pela lei n.º 10.172, de 09 de janeiro de 2001 definiu diagnósticos, diretrizes e 295 objetivos e metas relacionadas ao conjunto de níveis: educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e educação superior; e modalidades de ensino (Educação de Jovens e Adultos, Educação a Distância e Tecnologias Educacionais, Educação Tecnológica e Formação Profissional, Educação Especial e Educação Indígena), bem como da Formação dos Professores e Valorização do Magistério, do Financiamento e Gestão, além do Acompanhamento e Avaliação do Plano, defendendo a efetivação de

⁵⁶ BRASIL. Casa Civil. *Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996*. [Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional]. Brasília: Presidência da República. [online]. [n.p.].

⁵⁷ KISHIMOTO, Tizuko M. Avanços e retrocessos na formação dos profissionais de educação infantil. In: MACHADO, Maria Lúcia A. (org.) *Encontros e desencontros em educação infantil*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 107-115.

uma gestão descentralizada pela via do regime de colaboração entre os entes federados.⁵⁸

Nesse período, foram delineadas para a Educação Infantil vinte e seis metas, dentre as quais estavam a expansão da oferta de vagas para o público infantil. Segundo Carlos Brandão, as metas nº 1, 18, 22 e 23, do PNE, trataram especificamente sobre essas questões. Logo, a primeira meta trata da ampliação da oferta de atendimento para as crianças de 0 a 6 anos. Mas, dificilmente essa meta será alcançada, haja vista que a elevação do número de vagas exige um investimento financeiro bastante elevado para esse nível de ensino.⁵⁹ Nas palavras de Carlos Brandão:

Tais investimentos teriam que ser feitos nos próximos seis anos, o que, dada a ênfase da política macroeconômica atual, focalizada na realização de um elevado superávit primário para pagamento de juros, encargos e serviços da dívida externa brasileira, torna-se difícil acreditar que os mesmos serão efetivados⁶⁰

O autor assinala a inconsistência orçamentaria e a ausência de políticas públicas pensadas para sanar as desigualdades que marcam a Educação Infantil, mesmo sendo destinado 10%, dos recursos de manutenção e desenvolvimento do ensino não vinculados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF) para a Educação Infantil. Mas, ele ressalta a importância de o sistema educacional elaborar e aprovar um documento político, como o PNE, que buscou, através das vinte seis metas previstas para esse seguimento da educação, garantir o mínimo dos direitos para as crianças de 0 a 6 anos.

Dito isso, após sua vigência e minucioso balanço, um novo PNE começou a ser problematizado e foi aprovado em 2014, após muitas consultas públicas e debates com a sociedade acadêmica. Nesse cenário, a Conferência Nacional de Educação (CONAE) apresentou as prioridades para a Educação Infantil, o que fez com que o atual PNE, com vigência entre 2014 e 2024, mencionasse a Educação Infantil em sua primeira meta: “universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até três anos até o final da vigência deste PNE”⁶¹.

⁵⁸ LEMOS, Carolina O. A implementação da meta 1 do Plano Nacional de Educação na Educação Infantil no município de Santa Maria/RS. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão Educacional) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, Universidade Federal de Santa Maria, 2018. p. 28.

⁵⁹ BRANDÃO, Carlos F. A educação infantil no Plano Nacional de Educação: a questão da oferta e do atendimento. In: PASCHOAL, Jaqueline. D. (org.). *Trabalho pedagógico na educação infantil*. Londrina: Humanidades, 2007. p. 77-86.

⁶⁰ BRANDÃO, 2007, p. 81.

⁶¹ BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. [Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências]. Brasília: Presidência da República. [online]. [n.p.].

O PNE 2014-2024 apresenta dezessete estratégias para a Educação Infantil. Dentre elas, selecionam-se apenas as quatro metas que articulam as políticas e as metodologias curriculares para essa etapa da educação. Desse modo, destaca-se as estratégias 1.1; 1.4; 1.6 e 1.8:

(1.1) definir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais; [...] (1.4) estabelecer, no primeiro ano de vigência do PNE, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches; [...] (1.6) implantar, até o segundo ano de vigência deste PNE, avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes; [...] (1.8) promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior.⁶²

As estratégias supracitadas se destacam das demais que não constam neste estudo, não por serem mais importantes, mas, porque, juntas, elas fornecem informações necessárias para pensar no protagonismo infantil e entender as questões que, muitas vezes, geram dificuldades de acesso à educação desse público infantil e barreiras para a construção de currículos e de metodologias que possam estimular a criatividade e a criticidade desde a infância.

Cabe ressaltar que as metas e estratégias previstas no PNE são fiscalizadas e acompanhadas pelo Fórum Nacional de Educação (FNE), e que cada Estado e seus respectivos municípios possuem seus PNEs e seus FNEs, de acordo com as legislações em vigor.⁶³

Como se vê, os dispositivos legais e as lutas por uma Educação Infantil que compreenda a criança na perspectiva dos direitos humanos levou a criação de documentos norteadores que foram um marco para a Educação Infantil. Dessa forma, o Conselho Nacional de Educação (CNE), de acordo com as atribuições que lhe foram conferidas, aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), com a Resolução CNE/CEB nº 1, de 07 de abril de 1999. Essas diretrizes:

Constituem a doutrina sobre princípios, fundamentos e procedimentos da educação básica, definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que orientarão as instituições de educação infantil dos sistemas brasileiros de ensino, na organização, na articulação, no desenvolvimento e na avaliação de suas propostas pedagógicas.⁶⁴

⁶² BRASIL, 2014, [n.p.].

⁶³ FERREIRA, 2010, p. 25-38.

⁶⁴ FILHO, Aristeo G. L.; NUNES, Maria F. Direitos da criança à Educação Infantil: reflexões sobre a história e a política. In: KRAMER, Sonia; NUNES, Maria F.; CARVALHO, Maria C. (orgs.). *Educação Infantil: formação e responsabilidade*. Campinas: Papirus, 2013. p. 77.

Esse importante documento sofreu revisões significativas através da Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Nessa resolução da Educação Básica, implementaram-se novos objetivos para orientar as políticas públicas e a elaboração de planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares para Educação Infantil. Essa emenda constitucional também abordou a oferta e a gratuidade da Educação Infantil e da creche, assim como a valorização do magistério.⁶⁵

Outra novidade proposta por essa resolução foi a revisão do FUNDEF para o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), ou seja, os recursos para o financiamento educacional, que antes ocorriam através do FUNDEF, passaram a acontecer através do FUNDEB, ampliando, assim, o financiamento para a Educação Infantil.⁶⁶

Dentro desse contexto, pode-se dizer que a Educação Infantil, ao longo dos anos até a contemporaneidade, sofreu um processo longo de construção de sua história, em que foi possível revisar as concepções e as definições de diretrizes que procuraram sempre superar as características de uma educação assistencialista e compensatória, produzindo um currículo articulado com e pela criança, no sentido de desenvolver uma educação crítica e reflexiva, como propõe a BNCC, aprovada em dezembro de 2017.⁶⁷

A BNCC é o mais novo documento lançado pelo Governo Federal, no sentido de garantir as orientações curriculares para nortear a Educação Básica. Desse modo, a BNCC propõe um conjunto de orientações que visam articular o currículo, a formação dos/as profissionais, os recursos e as metodologias de aprendizagem para Educação Básica. Ou seja, a BNCC contempla a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio e, nesse documento, a Educação Infantil tem como principal objetivo o brincar e o cuidar, através das interações e das experiências infantis. No Ensino Fundamental, a revisão dos Componentes Curriculares destaca as habilidades e os conteúdos para cada uma das disciplinas que, agora, passam a ser chamadas de Componentes Curriculares, assim como no Ensino Médio.⁶⁸

Para a Educação Infantil, a BNCC apresenta os direitos de aprendizagens como um marco para a construção do currículo. Esses direitos de aprendizagem remetem ao debate sobre as aproximações entre as conquistas da Educação Infantil e suas peculiaridades. A BNCC-EI enfatiza os seis direitos de aprendizagens, assim como o desenvolvimento e os campos de experiência. Observe:

⁶⁵ FILHO; NUNES, 2013, p. 77-82.

⁶⁶ VIEIRA, Sofia L. A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 88, n. 219, p. 291-309, 2007. p. 294.

⁶⁷ VIEIRA, 2007, p. 294.

⁶⁸ FILHO; NUNES, 2013, p. 35-47.

Conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. E com relação aos campos de experiências: O eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.⁶⁹

Esses campos de experiências permitem dialogar com as crianças de maneira crítica, na perspectiva da cultura religiosa, sobre a religiosidade que elas trazem nos momentos de *fala* nas brincadeiras e nas relações umas com as outras, durante as aulas. Desse modo o/a professor/a da Educação Infantil precisa ter interesse em conhecer o ER para dialogar com as crianças a respeito de suas práticas religiosas, ensinando-as o respeito em relação às práticas religiosas dos/as colegas. Desse modo, é necessário conhecer a complexidade do ER e sua trajetória para não desenvolver um trabalho com as crianças, falando de sua própria identidade religiosa e tentando influenciá-las. Assim como a Educação Infantil, o percurso do ER, no Brasil, também passou por desenvolvimentos visíveis relacionados à implementação de uma educação reflexiva e crítica.

Pode-se afirmar que para o ER também não foi diferente sua trajetória na legislação, pois, esse Componente Curricular sofreu ao longo das décadas passadas sérios embates políticos e sociais para que sua identidade pedagógica pudesse ser reformulada, levando os/as profissionais da educação, a sociedade e o Poder Público a entender que, na educação brasileira, não cabe mais o ensino confessional.⁷⁰ Ao contrário, o que se busca no atual cenário educacional é uma educação reflexiva que respeite a laicidade do Estado e que produza e/ou promova atitudes de tolerância para com as outras pessoas. Desse modo, prossegue-se para o segundo capítulo, em que a abordagem de laicidade e da diversidade constitui o bojo das discussões que se seguem sobre a laicidade, o pluralismo cultural e a Festa da Penha, com o objetivo de trazer autores/as que fundamentam os conceitos que serão abordados nesta etapa da pesquisa.

⁶⁹ BRASIL, 2017, p. 48.

⁷⁰ SILVEIRA, Emerson S.; JUNQUEIRA, Sérgio. *O Ensino Religioso na BNCC: teoria para o Ensino Fundamental*. Petrópolis: Vozes, 2020. p. 23-53.

2 LAICIDADE, PLURALIDADE RELIGIOSA E FESTA DA PENHA

Neste segundo capítulo, apresenta-se uma discussão sobre a laicidade, compreendendo-a como a liberdade para se conviver e viver com toda e qualquer religião, ou mesmo a ausência da crença, respeito às escolhas e opiniões das diferentes pessoas, o que infelizmente nem sempre é possível na sociedade atual. Logo, abordam-se as discussões sobre o pluralismo religioso, enfatizando a importância de se trabalhar com um currículo ativo, crítico e lúdico, sempre embasado em teorias que fundamentam as identidades culturais, conforme destaca Tomaz da Silva, em sua obra *Documentos de Identidades*. Ao trabalhar e discutir as diferentes identidades culturais e religiosas presentes nas escolas de Educação Infantil, escolhe-se para abordar, na última seção deste capítulo, o maior evento religioso do Estado Espírito Santo, a Festa da Penha. Esse evento constitui uma festa religiosa anual, que acolhe adeptos/as de diferentes religiões, evidenciando não o pluralismo cultural e religioso como o sincretismo religioso, demonstrando que é possível exercer a tolerância e o respeito em relação à diversidade cultural e religiosa.

2.1 Concepções de laicidade, diversidade e pluralidade religiosa

A laicidade é um dos pontos que geram muitos conflitos entre a religião e o Estado, desde os séculos passados. Segundo Gabriela Valente, o conceito de laicidade brasileiro, assim como o conceito francês, chama a atenção para a necessidade da separação real entre o Estado e a religião no Brasil.⁷¹ Nas palavras dessa autora:

O modelo republicano francês contemporâneo prevê três espaços em uma sociedade. O primeiro é o espaço privado, de foro íntimo. O segundo é o público, intimamente ligado com a questão política, no qual se encontra o Estado laico. O terceiro é também um espaço público, mas é civil ou comunitário, regado pela secularização.⁷²

Para Gabriela Valente, é fundamental que o Estado preserve a laicidade, garantindo os direitos de fórum íntimo e coletivo de todo/a cidadão/ã. Para Gustavo Lacerda, as discussões sobre o pluralismo religioso que surgiu na Europa em meados do século XVI, a partir do processo de nacionalização das igrejas e da Reforma Protestante, culminaram em diferentes situações positivas e negativas para as pessoas da sociedade, pois, ao mesmo tempo em que esse pluralismo oportunizou a identidade religiosa e cultural de muitas delas, também provocou

⁷¹ VALENTE, 2010, p. 35-70.

⁷² VALENTE, 2010, p. 35-70.

atitudes de discriminação e desrespeito, principalmente para as pessoas que constituíam as classes minoritárias ou as sem religião.⁷³

No Brasil, o pluralismo constitui a matriz religiosa da nação a partir das religiões dos povos africanos, europeus imigrantes e da fé indígena, e seus resultados não foram diferentes, pois, com o crescimento e com o surgimento de diferentes religiões, surgiram muitos movimentos de intolerância religiosa e discriminação.⁷⁴ Essa diversidade religiosa também é concebida como fato cultural, que culminou em diversas situações de intolerância e de preconceitos religiosos nos diferentes contextos da sociedade. No entanto, a ampliação do pluralismo religioso que provocou as discussões e o surgimento do Estado laico promoveu a identidade religiosa como fórum íntimo de cada pessoa.⁷⁵ Segundo Edin Abumanssur:

No passado, foi a emergência do pluralismo religioso que provocou os debates e, finalmente, a separação entre o Estado e a Igreja como forma de garantir o direito de cada cidadão professar a fé que melhor lhe conviesse. E foi assim que a fé se tornou uma questão privada, de foro íntimo. E para evitar os conflitos sociais por razões de fé, seu papel na esfera pública foi limitado.⁷⁶

Mesmo após ser limitada, a religião e seus valores sempre estiveram presentes nas relações sociais e políticas, ou seja, a igreja sempre exerceu poder sobre o Estado, pois, com o desenvolvimento do pluralismo religioso, como já dito anteriormente, houve um crescimento de diferentes denominações e seguimentos religiosos, que impulsionaram tensões em relação ao ER confessional imposto pela Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR), e ao desenvolvimento da laicidade na atual sociedade, pois as diferenças entre os interesses sociais, culturais e políticos geram questões que dificultam a aplicação da laicidade nos espaços coletivos, tais como, o espaço escolar, mesmo esse espaço sendo um local de formação universal.

É no sentido de compreender a relevância da laicidade para diminuir as tensões entre as diferentes pessoas da sociedade que Tália Santos apresenta as concepções de laicidade e direitos humanos. Para ela, a liberdade religiosa é um dos princípios da liberdade humana.⁷⁷ O artigo 18 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), das Nações Unidas, declara que:

⁷³ LACERDA, Gustavo B. Sobre as relações entre igreja e estado: conceituando a laicidade. *In: CNMP [Site institucional]. [s.d.]. [online]. [n*

⁷⁴ LACERDA, [s.d.], [n.p.].

⁷⁵ LACERDA, [s.d.], [n.p.].

⁷⁶ ABUMANSSUR, Edin S. Religião e democracia, questões à laicidade do estado. *In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA [Site institucional]. [s.d.]. [online]. [n.p.].*

⁷⁷ SANTOS, Tália A. S. *Laicidade do Estado e Ensino Religioso no Brasil: trajetórias, desafios e perspectivas.* Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. p. 10-25.

Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; esse direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.⁷⁸

No entanto, esse princípio nem sempre é aplicado. Cada vez mais, estão sendo noticiadas situações de discriminação religiosa e de diferentes tentativas de dominação religiosa, o que demonstra ser relevante e atual o estudo da laicidade nesta pesquisa, para compreender a urgência em ampliar as possibilidades de as crianças poderem falar e expressar suas experiências com e sobre os fenômenos religiosos, independentemente de sua identidade religiosa.

Outro fator de relevância para se estudar a laicidade nesta pesquisa é a posição do Estado em que outrora tutelou o monopólio da religião e, atualmente, enfrenta conflitos jurídicos a respeito do equilíbrio ou desequilíbrio entre Estado, igrejas e sociedade. O mesmo Estado que no passado se preocupou tanto com a religião e que a tomou como guarda em outro momento, a exclui da esfera estatal.⁷⁹ Entretanto, não conseguiu se desvincular de suas raízes, pois, mesmo garantindo nos documentos legais a liberdade religiosa, na prática, o Estado não garante a implementação que citam os direitos fundamentais das pessoas em relação à liberdade religiosa, porque, em muitos momentos, o Estado se abstém das interferências por ser um direito individual e não se posiciona frente às questões de intolerância religiosa nos espaços públicos.⁸⁰

Sabe-se que o Estado não pode destacar ou privilegiar ideologias religiosas em detrimento de outras, porém, esse mesmo Estado é administrado por pessoas que possuem natureza religiosa marcante e, muitas vezes, burlam a legislação e acabam induzindo ou provocando atos violentos e discriminatórios. Por isso, torna-se muito importante refletir sobre a laicidade do Estado e sobre o que essa laicidade representa para a sociedade de fato.

Tália Santos destaca que o Estado laico é aquele que se coloca em posição neutra ao se discutir os fenômenos religiosos, não assumindo funções espirituais e não se identificando com qualquer confissão religiosa. O Estado laico é aquele que proporciona o papel político e crítico, sem hierarquizar o poder religioso nas demandas sociais.⁸¹ Segundo a autora, no Brasil, a expressão laicidade foi usada pela primeira vez em 1871, na defesa do ensino laico, a partir de uma concepção de que o Estado se abstém de influenciar os assuntos religiosos. Ou seja,

⁷⁸ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos. *In*: UNICEF [Site institucional]. 1948. [online]. [n.p.].

⁷⁹ SILVEIRA; JUNQUEIRA, 2020, p. 150-165.

⁸⁰ CECCHETTI, Elcio. *A laicização do ensino no Brasil (1889-1934)*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. p. 39-75.

⁸¹ SANTOS, 2019, p. 20-34.

naquele momento, era a tradução de um ensino livre da tutela religiosa com a atuação separada entre Estado e igrejas, assegurando a cada pessoas suas garantias individuais.⁸²

Entretanto, somente após a Revolução Francesa foi possível a separação, de fato, entre o Estado e a igrejas. A partir daí, a laicidade vem assumindo um termo político vinculado ao esforço da separação entre igreja e Estado, na defesa da neutralidade das instituições estatais, de modo a assegurar o tratamento igualitário a todas as pessoas, conforme demonstra Elcio Cecchetti.⁸³

Assim, definir as concepções de laicidade não é algo simples, pois, esse termo reflete a compreensão de diferentes ideologias ao longo do processo histórico brasileiro. Neste estudo, toma-se a compreensão de que a laicidade não pode ser restrita às confissões religiosas que atuam somente nos espaços privados, ela deve ir além e participar da sociedade, expressando suas atividades variadas, inclusive, manifestando em público suas posições frente às diferentes religiões.⁸⁴ Nesse sentido, a laicidade promove a liberdade de expressão para que suas respectivas finalidades, desde que respeitem às legislações que tratam ou estabelecem o respeito aos direitos humanos. Dessa forma, a laicidade se constitui com uma autonomia recíproca entre Poder Público e religioso.⁸⁵

No Brasil, a laicidade é vista como a necessidade de construir e assumir princípios de liberdade e de convivência social, um princípio fundamental para o exercício do governo democrático, pois, o Estado, que é de todos/as, não pode favorecer doutrinas em detrimento de outras. Essa perspectiva se evidencia nas palavras de Elcio Cecchetti:

Diante da persistência da incompreensão e hostilidade que marcam as relações humanas, e das práticas discriminatórias e preconceituosas, a que indivíduos religiosos e não religiosos são submetidos na atualidade, a laicidade assume uma importância capital na promoção de sociabilidades que aprendam, acolham, colaborem e respeitem as diferenças. Daí decorre a importância do Estado laico contribuir na construção de uma cidadania que habilite as pessoas a conviverem com convicções de mundo distintas e a adotarem como legítimos alguns princípios básicos para vida coletiva.⁸⁶

Percebe-se que a laicidade é um princípio fundamental para que o governo democrático assumira sua neutralidade de maneira crítica e reflexiva. Dessa forma, é possível haver igualdade no tratamento e o apreço à diversidade e à liberdade de pensamento, destacando a soberania do povo, mesmo essa relação não sendo isenta de tensões, de interesses e de resistências.

⁸² SANTOS, 2019, p. 44-40.

⁸³ CECCHETTI, 2016, p. 58.

⁸⁴ CECCHETTI, 2016, p. 58.

⁸⁵ CECCHETTI, 2016, p. 58-67.

⁸⁶ CECCHETTI, 2016, p. 62.

Nessa esteira, cabe ressaltar que uma sociedade pode se diferenciar no que tange às concepções de laicidade de uma cultura para outra, considerando outros regimes laicos, com sentidos e implicações diversos, além do que, até mesmo no interior da sociedade, o seu significado pode ser concebido de maneira diferente, cabendo às pessoas da sociedade civil e aos governantes um contínuo processo de discussões para garantir a implementação da laicidade em seu sentido pleno, que é a liberdade de expressão religiosa sem prejuízos, em todos os setores do Estado. Desse modo, a escola tem um papel fundamental, pois a formação integral das pessoas garante sua participação ética, crítica e reflexiva na sociedade em seus diferentes aspectos.

Nessa direção, Maria Mazuco, em sua dissertação de mestrado, defendeu a laicidade na perspectiva da CF brasileira frente aos preconceitos das famílias das crianças da Educação Infantil em relação à Festa Junina. A autora concluiu que o diálogo reflexivo entre a democracia e o ER se fortalece e se torna possível por meio da aprovação e da implementação da BNCC para a educação, garantindo à criança o direito ao conhecimento, às interações e à escolha por sua identidade religiosa e cultural.⁸⁷ Assim, na próxima seção, a abordagem sobre a laicidade continua na perspectiva da BNCC, pensando como esse documento orienta o exercício da laicidade na aquisição do conhecimento escolar.

2.2 Educar para a diversidade cultural e religiosa

Nas palavras de Mario Cortella, a criança, mesmo não compreendendo a religião de forma racional com seus dogmas e valores, demonstra um sentimento religioso, de acordo com seu imaginário. A partir de seu desenvolvimento cognitivo, a criança consegue articular sua identidade religiosa, ou de sua família, com suas experiências, atrelando o mundo imaginário com as sensações, emoções e com os direcionamentos dos/as professores/as e dos familiares, o que, muitas vezes, pode não ser algo tão positivo para a criança.⁸⁸

Mario Cortella explica que a compreensão da temática da religiosidade e da diversidade está presente em todas as sociedades. Em suas palavras:

Se [...] a religião está presente em todas as sociedades e momentos da história, fica evidente que ela não pode ausentar-se da vida de uma criança. Remarquemos: independentemente de seguir uma religião formal ou não, todos os seres humanos têm

⁸⁷ MAZUCO, Maria C. A. *Ensino religioso e democracia: expressões religiosas das festas juninas na educação infantil pública de Vila Velha-ES*. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2021. p. 20-70.

⁸⁸ CORTELLA, Mario S. Educação, Ensino Religioso e formação docente. In: SENA, Luzia. (org.) *Ensino religioso e formação docente*. São Paulo: Paulinas, 2006. p. 11-19.

o que chamamos de religiosidade, ou seja, um sentimento que questiona ou crê sobre forças superiores e anteriores que nos podem auxiliar, proteger, punir, apoiar ou castigar.⁸⁹

Um dos grandes desafios da contemporaneidade é saber respeitar a espiritualidade, ou seja, a religiosidade de qualquer pessoa, independentemente de seus valores, idade, gênero ou classe social. Por isso, a educação tem um papel de suma importância para possibilitar à criança o conhecimento a partir do exercício da laicidade, dando voz à diversidade cultural e religiosa, incluindo essa temática no currículo escolar, desde a Educação Infantil.

Ressalta-se a necessidade da construção de uma Educação Infantil que deve garantir que se cumpra plenamente a função política, social e pedagógica, tal como descrito no inciso V: “construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com [...] o rompimento de relações de dominação [...] religiosa”⁹⁰. É importante, de igual modo, estimular a criança a conviver de maneira pacífica, tolerante e respeitosa em uma sociedade que seja possível a leitura da diversidade cultural e religiosa, promovendo a superação da exclusão e das diferentes formas de discriminação.

Para Edile Rodrigues e Sérgio Junqueira, a compreensão de preservação do direito da manifestação da diversidade religiosa e cultural deve ser construída a partir do exercício do diálogo com o diferente, compreendendo as relações entre passado e futuro e viabilizando a convivência harmoniosa e a resolução de conflitos, uma vez que, cotidianamente, as pessoas esbarram em diferentes desafios que as levam a tensões entre a realidade vivida e o transcendente, tais como, as relações entre vida e morte, ganhar e perder, amor e as mais diversas relações entre emoções, razões e saberes, que são mobilizadas a partir das diferentes aprendizagens. Ou seja, trata-se de “um processo significativo e complexo que envolve o indivíduo na sua totalidade e ainda aponta para a experiência religiosa”⁹¹. Essa experiência pode ser adquirida na família, na escola e nos diferentes espaços em que as crianças estão inseridas, ampliando a concepção das crianças, não apenas para o conhecimento holístico, mas, para sua leitura e compreensão do mundo.

Jordana Branco apresenta uma pesquisa de campo realizada com crianças em idade entre 4 e 5 anos, regularmente matriculadas na rede de ensino do Rio de Janeiro-RJ. A pesquisa dela teve como suporte teórico a sociologia e a antropologia da infância, ao lado dos estudos sobre

⁸⁹ CORTELLA, 2006, p. 17.

⁹⁰ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. *Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009*. [Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil]. Brasília: CNE; CEB. [online]. [n.p.].

⁹¹ RODRIGUES, Edile; JUNQUEIRA, Sérgio; MARTINS FILHO, L. J. “Desenvolvimento Religioso”. In: JUNQUEIRA, Sérgio R. A.; BRANDENBURG, Laude; KLEIN, Remi. *Compêndio do Ensino Religioso*. São Leopoldo; Petrópolis: Sinodal; Vozes, 2017. p. 207-209.

a religião na escola pública e sobre a Educação Infantil. Foi indicada a presença da religião no ambiente escolar diário e a diferença religiosa como uma temática constantemente discutida pelas crianças, sendo que, em alguns momentos, foi necessária uma mediação dos adultos nos conflitos.⁹² Segundo a autora, as crianças expressam sua religiosidade através da linguagem como elemento articulador dos saberes entre elas e os adultos, indicando que a criança aprende e demonstra essa aprendizagem copiando, modificando e recriando o conhecimento adquirido no ambiente escolar.⁹³

Dessa forma, entende-se que as manifestações religiosas estão vinculadas ao currículo escolar por se constituírem como parte dos contextos culturais das diferentes sociedades e devem ser mediadas no ambiente escolar, desde a Educação Infantil, de maneira que respeite a diversidade e promova atitudes de tolerância e respeito ao outro. Ao mesmo tempo, a Festa da Penha, por exemplo, faz parte da história não só do Espírito Santo, mas da cidade de Vila Velha-ES, município em que se localiza a escola pesquisada neste estudo e, por isso, é importante que as crianças conheçam esse evento como parte do seu contexto cultural.

As religiosidades devem ser abordadas na Educação Infantil de maneira a respeitar e conhecer a pluralidade cultural existente no país. No entanto, a educação no Brasil foi construída ao longo dos anos de forma não crítica e pluralista, por isso, a escola não consegue, em muitos momentos, exercer sua função social com plenitude e acaba reproduzindo conteúdos ao invés de possibilitar conhecimentos, refletindo de forma plural as representações culturais e religiosas existentes no calendário civil. É importante afirmar que todas as tradições culturais e religiosas necessitam de ter o seu espaço reflexivo no currículo escolar. Não se pode privilegiar uma cultura ou uma tradição religiosa. As crianças aprendem no processo de socialização com outras crianças, na convivência, na brincadeira, na participação, na fala, na escuta e nos movimentos.

De acordo com Enilza Costa, as manifestações religiosas, a partir dos feriados sacros previstos no calendário federal, estadual ou municipal, que fazem menção à cultura religiosa, devem ser analisadas nas propostas escolares, não no sentido de comemorá-las, pois isso já é obsoleto, mas no sentido de dialogar com as crianças de forma crítica, fazendo menção a diversidade cultural e religiosa. A autora mencionada deu ênfase à laicidade defendida na CF e

⁹² BRANCO, Jordanna C. *A presença do discurso religioso em uma Escola de Educação Infantil da rede pública de ensino do município de Duque de Caxias*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. p. 55-57.

⁹³ BRANCO, 2012, p. 55-57.

à liberdade das diversas religiões presentes no Brasil.⁹⁴ Para ela, há uma insegurança política e jurídica acerca da garantia da laicidade no ambiente escolar, principalmente na Educação Infantil. Desse modo, o/a educador/a ainda se perde ao tentar expressar os conceitos de religião e sua essência, e acaba negligenciando a religião ou a fé da criança.⁹⁵

Nessa busca para compreender a questão da diversidade cultural e religiosa na Educação Infantil, pretende-se contribuir com os/as professores/as a partir das abordagens sobre as datas festivas no calendário civil, na seção subsequente.

2.3 Religiosidade, calendário civil e a Festa da Penha

Ao estudar os documentos norteadores do currículo, como a BNCC-EI, foi possível constatar que não existem orientações contra ou favor da aplicação ou da contextualização das datas comemorativas no processo de escolarização das crianças. A BNCC-EI aponta para os direitos de aprendizagem e para o desenvolvimento na Educação Infantil. Observe:

Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas. Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando. Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia. Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens. Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.⁹⁶

Porém, o mesmo documento ressalta a relevância de se considerar a criança como protagonista de sua aprendizagem. Nesse sentido, é comum e corriqueiro as crianças expressarem interesse e entusiasmo com os fenômenos culturais que ficam em evidência através

⁹⁴ COSTA, Enilza S. G. *A presença dos feriados religiosos nos calendários e a laicidade brasileira*. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências das Religiões) – Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2017. p. 52-58.

⁹⁵ COSTA, 2017, p. 60.

⁹⁶ BRASIL, 2018, p. 38.

de algumas datas comemorativas. Logo, os/as professores precisam estar prontos/as para ampliar seus saberes e compartilhá-los com as crianças, especialmente quando esses sujeitos trouxeram para a sala de aula suas dúvidas, opiniões, hipóteses e descobertas.⁹⁷

Portanto, é necessário ter claro uma “intencionalidade educativa crítica”⁹⁸. Com efeito, ao direcionar o olhar para as interpretações acerca dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos presentes no calendário civil que interferem no calendário escolar, tais como o dia mundial de Ação de Graças, o Carnaval, a Páscoa, o dia de Finados, o dia de Nossa Senhora Aparecida, o dia de Nossa Senhora da Penha, o dia da Consciência Negra e o Dia dos Povos Originários, entende-se que essas manifestações de cultura e de religiosidade devem ser utilizadas no sentido de desenvolver competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares de vida, exercitando o respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias, de acordo com as legislações vigentes e proporcionando à criança o exercício do pensamento crítico.⁹⁹

O calendário civil é um documento que agrega construções sociais, históricas, econômicas, culturais e religiosas a partir dos entrelaçamentos das decisões humanas. As datas do calendário são caracterizadas por dias, meses e anos, ressaltando as datas que visam à economia social e política, como o pagamento de impostos e as comemorações religiosas e culturais. Dessa maneira, o calendário pode ser considerado um documento cultural e social.¹⁰⁰ Nesse direcionamento:

As comemorações costumam ter um sentido civil, que orienta os padrões de conduta e cidadania valorizados em uma época e/ou um sentido religioso, que assinalam datas significativas para religiões de ampla abrangência social e também podem se relacionar aos padrões de civilidade e sociabilidade. Essas datas ajudam a demarcar e manter a memória coletiva, que, é um elemento essencial do que é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje.¹⁰¹

O calendário civil amplia a abrangência da cultura e da religião no âmbito da sociedade, demarcando a identidade de cada grupo, sendo necessário compreender a dialética que permite lidar com a complexidade em torno da religiosidade presente no calendário civil, que acaba por ser transposto para o calendário escolar.¹⁰²

⁹⁷ BRASIL, 2018, p. 38-49.

⁹⁸ BRASIL, 2018, p. 38-49.

⁹⁹ COSTA, 2017, p. 20-73.

¹⁰⁰ MAIA, Marta N. V. G. Datas Comemorativas: uma construção ideológica que persiste na Educação Infantil. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED (ANPED), XXXVIII, 2017, São Luís. *Anais...* São Luís: ANPED, 2017. [pdf]. p. 6-15.

¹⁰¹ MAIA, 2017, p. 3-37.

¹⁰² MAIA, 2017, p. 37-68.

Na direção deste estudo, destaca-se no calendário civil do Estado do Espírito Santo as datas referentes à Festa da Penha, por ser um evento que ganha notoriedade também no calendário escolar das escolas públicas e particulares do município de Vila Velha- ES. A Festa da Penha em Vila Velha/ES, acontece como uma celebração religiosa e cultural que atravessa as experiências das famílias e das crianças, considerando que o Convento da Penha é um espaço turístico e religioso com grande circulação de pessoas no ano inteiro. Entende-se que o ambiente escolar, inclusive a Educação Infantil, necessita de uma configuração, como um momento democrático sólido que promova os diferentes saberes sobre os fenômenos religiosos e culturais que constituem esse evento tradicional de grande repercussão social no Estado do Espírito Santo.

A dinâmica da Festa da Penha, em Vila Velha-ES, sob a perspectiva das crianças da Educação Infantil, certamente demonstra aspectos da identidade do currículo local. As festividades ocorrem anualmente, durante nove dias, e ocupam diversos espaços e edificações, tanto no município de Vila Velha-ES, onde fica localizado o Convento da Penha, local em que a Festa inicia e se encerra, mas, também, de forma indireta, envolve todo o Estado do Espírito Santo.

O Convento da Penha é considerado um patrimônio histórico, cultural e religioso do Espírito Santo. Em virtude de ter sido construído em um monte, o Convento da Penha pode ser visualizado de diferentes pontos da cidade de Vila Velha-ES e de Vitória-ES. Ele também é considerado um patrimônio paisagístico da cidade, e os chamados “cones de visualização” são protegidos por Lei Municipal do Plano Diretor Urbano de Vitória.¹⁰³ Confira:

O Convento da Penha abre ao público todos os dias, com horários específicos da rotina religiosa, como missas, confissões e novenas. O portão principal durante a semana abre às 05h30 e aos domingos às 04h30. Fica aberto ao público durante todo o dia para visitas, geralmente até às 16h30. O Convento conta com uma estrutura direcionada para receber um público turístico, que procura o Convento por ser um dos pontos turísticos mais conhecidos do estado e em busca da experiência da vista que se tem de parte da Grande Vitória. De qualquer ponto da cidade de Vitória, Vila Velha e até mesmo alguns pontos de Cariacica e Serra, é possível visualizar a construção mesmo a quilômetros de distância.¹⁰⁴

O Santuário de Nossa Senhora da Penha, comumente chamado de Convento da Penha, é um empreendimento arquitetônico que ocupa cerca de 150 metros de altitude, a leste da

¹⁰³ VITÓRIA (Cidade). Câmara Municipal. *Lei nº 6.705*. [Institui o Plano Diretor Urbano do Município de Vitória e dá outras providências]. Vitória: Prefeitura Municipal. [online]. [n.p.].

¹⁰⁴ SILVA, Luciane F. *Da patrimonialização de celebrações católicas no âmbito do IPHAN à construção de memórias orais: o caso da Festa da Penha em Vila Velha/ES*. Vila Velha: IPHAN, 2020. p. 16-17.

Prainha.¹⁰⁵ Segundo a historiografia oficial, o Convento foi construído pelo Frei Pedro Palácios, que chegou em Vila Velha-ES no ano de 1558. Acredita-se que ele se abrigou primeiramente em uma gruta de pedra, ao pé do morro, atualmente, denominada Gruta do Frei Pedro Palácios, que também compõe o Santuário.¹⁰⁶ Observe as figuras abaixo:

Figura 1. Convento da Penha: vista externa¹⁰⁷



Figura 2. Convento da Penha: vista interna¹⁰⁸



¹⁰⁵ GARCIA, Daniele G. Configuração urbana do município de Vila Velha/ES: reflexões sobre os espaços livres e áreas ambientalmente fragilizadas. *In: QUAPA-SEL* [site institucional]. 18 nov. 2011. [online]. [n.p.].

¹⁰⁶ Ver, entre outros, a inscrição nos Livros de Tombo do Iphan (Tombamento em 21/09/1943 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Inscrições no Livro do Tombo Histórico, sob nº 224, folhas 37 e no Livro do Tombo das Belas Artes, sob o nº 290-A, folhas 61) e o site: CONVENTO DA PENHA [Site institucional]. [s.d.]. [online]. [n.p.].

¹⁰⁷ Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

¹⁰⁸ Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

Segundo Vanessa Silva, em 1562, o Frei Pedro Palácios teria construído uma capela dedicada a São Francisco de Assis, no local hoje denominado Largo do Convento ou Campinho, e, em 1568, foi edificada, no cume do penhasco, a capela que recebeu a imagem de Nossa Senhora da Penha vinda de Portugal, no ano seguinte.¹⁰⁹

Ao longos dos anos, a Capela de Nossa Senhora da Penha sofreu várias ampliações e um anexo foi construído em várias etapas, juntamente com o prédio do museu que já abrigou a Casa dos Romeiros.¹¹⁰ O espaço do Convento da Penha possui outras edificações, tais como: o antigo portão, que foi construído no século XVIII e está localizado ao lado da Gruta do Frei Pedro Palácios, possibilitando o acesso à Ladeira das Sete Voltas – ou Ladeira da Penitência –, considerado o primeiro caminho para o alto da montanha; o portão principal de acesso; a sala dos milagres, em que estão exibidas as doações e os votos à Nossa Senhora da Penha – compostos por fotografias, vestimentas, esculturas, próteses; e as ruínas das antigas senzalas, cuja pedra fundamental data supostamente de 1650.¹¹¹ De acordo com Vanessa Silva:

O Convento e Igreja de Nossa Senhora da Penha, incluídos seus acervos, são bens tombados como patrimônio nacional pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), estando inscritos tanto nos Livros de História como nos de Belas Artes. Esta legitimação da importância do lugar se reforça também com a proclamação de Nossa Senhora da Penha como Padroeira do Estado do Espírito Santo. Em sua homenagem foi instituído um feriado estadual, celebrado anualmente no Convento e em seu entorno (região da Prainha) durante a Festa da Penha, que se inicia no domingo de páscoa e estende-se por oito dias. A festa é considerada uma das maiores celebrações religiosas católicas do país, atraindo milhares de devotos de todos os lugares. Outro importante aspecto relacionado ao Convento da Penha é sua relevância enquanto símbolo turístico do Espírito Santo. Além de figurar em grande parte das campanhas de divulgação do Estado, é um ponto que atrai grande volume de visitantes, não apenas os católicos.¹¹²

Pode-se dizer, com essas informações, que o Convento da Penha se legitima como patrimônio religioso, histórico, artístico, cultural e turístico que reforça a importância histórica e cultural dos povos portugueses, dos escravos e de milhares de brasileiros e brasileiras que visitam a Festa da Penha todos os anos.

Nessa delimitação de se compreender a Festa da Penha também como um mecanismo de cultura, Luciene Silva destaca que a festa realizada há mais de 400 anos, envolvendo atrações culturais, tais como, teatros, *shows* e missas, demonstrando elementos importantes para a

¹⁰⁹ SILVA, Vanessa G. *Geografias polifônicas: o perigo da história única da invenção do lugar*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade federal do Espírito Santo, 2016. p. 40-48.

¹¹⁰ SILVA, 2016, p. 40-48.

¹¹¹ GOMES, Helder J. S. *Convento da Penha: a manifestação do Sagrado delineando paisagens religiosas e culturais no Espírito Santo*. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2012. p. 83-88.

¹¹² SILVA, 2016, p. 50-52.

identidade, religiosidade e cultural do povo capixaba. A festa é reconhecida pela mídia e pelos religiosos como a terceira maior Festa Mariana do Brasil, que, durante nove dias, iniciando no Domingo de Páscoa, movimenta o espaço do Convento e todo seu entorno de forma significativa. É a maior festa religiosa do Estado.¹¹³

Vanessa Silva relata que o dia de Nossa Senhora da Penha foi consagrado como feriado no âmbito municipal, atribuído por meio da Lei nº 7, de 12 de novembro de 1844. No ano de 2019, o governador em exercício sancionou a Lei nº 11.010, de 03 de julho de 2019, declarando como data Magna do Estado do Espírito Santo o dia dedicado à sua Padroeira, sendo esse dia considerado feriado estadual. Veja:

Art. 1º Fica declarado Data Magna do Estado do Espírito Santo o dia dedicado à Padroeira do Estado, Nossa Senhora da Penha, sendo considerado feriado estadual. Parágrafo único. A comemoração da Data Magna a que se refere o caput será sempre na segunda-feira, oitavo dia posterior ao domingo de Páscoa. Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.¹¹⁴

A comemoração será sempre na segunda-feira, oitavo dia posterior ao domingo de Páscoa.¹¹⁵ Durante a festividade, há a Romaria dos Homens, ocasião em que os homens católicos andam por 14 quilômetros até o Convento da Penha, que fica localizado num morro e apresenta uma bela vista para o mar. Desde 1995, também é realizada a Romaria das Mulheres, que tem um percurso diferente, além de diversas atrações culturais, como: a apresentação de congo, de capoeira e de músicas de diferentes estilos intercalados com as missas.

Ao se pensar na riqueza cultural e religiosa que a Festa da Penha reflete, destacam-se algumas experiências que validam a compreensão de religião e pluralismo religioso expressadas por meio das características do sincretismo religioso evidenciados nas falas de pessoas que participaram da Festa da Penha neste ano de 2022, e que foram entrevistadas pelo jornal A Gazeta, um veículo de comunicação de grande circulação no Estado do Espírito Santo. A reportagem teve por título: *Do turismo ao sincretismo, o encanto pelo convento de quem tem outra fé*, e as pessoas entrevistadas eram: uma espírita kardecista, um candomblecista, um evangélico e uma agnóstica, que falaram sobre a admiração pelo Convento, seja como cartão-postal, seja com a Festa da Penha.

O primeiro depoimento que a reportagem apresentou foi o da professora de Arte, que se declarou espírita kardecista. Ela disse o seguinte para o jornal A Gazeta:

¹¹³ SILVA, 2020, p. 56-67.

¹¹⁴ ESPÍRITO SANTO (Estado). Poder Executivo. *Lei nº 11.010, de 03 de julho de 2019*. [Declara data magna o dia dedicado à Padroeira do Estado, Nossa Senhora da Penha]. Vitória: Governo do Estado. [online]. [n.p.].

¹¹⁵ SILVA, 2020, p. 50-56.

É de encher os olhos. Sou espírita kardecista, e a Festa da Penha me emociona muito. Já fui às Romarias dos Homens e das Mulheres. Só nas últimas edições é que não pude comparecer. Quando a pandemia acabar, creio que posso voltar a frequentar. Meu filho, também espírita, já foi a dez edições antes da pandemia.¹¹⁶

O músico e produtor capixaba, Fábio Carvalho, de 51 anos, também movido pela fé, declarou que sua religião é *ser brasileiro*, em tom de brincadeira e prosseguiu: “sou devoto de Nossa Senhora da Penha. Tenho a imagem dela. No meu altar, tem santos católicos e tem orixás”¹¹⁷, afirmou ele, que, ao ser perguntado sobre a sua religião, respondeu: “sou brasileiro e também adepto do candomblé”¹¹⁸. Veja a figura abaixo:

Figura 3. Festa da Penha na Prainha¹¹⁹



A reportagem divulgada pelo jornal A gazeta enfatiza que Fábio Carvalho tem forte ligação com a Festa da Penha, e que ele já marcou presença em várias edições da Romaria dos Homens. Nos dias da apresentação dos grupos de congo, ao longo da programação, o entrevistado sobe a ladeira com a banda Mestre Honório, na qual toca tambor.¹²⁰ Foi interessante conhecer a história de fé de Fábio Carvalho. Em fevereiro de 2019, ele postou uma publicação em suas redes sociais, em tributo à padroeira do Estado pela saúde de sua filha. Ele relatou o seguinte:

¹¹⁶ A GAZETA [Site institucional]. [s.d.]. [online]. [n.p.].

¹¹⁷ A GAZETA, [s.d.], [n.p.].

¹¹⁸ A GAZETA, [s.d.], [n.p.].

¹¹⁹ A GAZETA, [s.d.], [n.p.].

¹²⁰ A GAZETA, [s.d.], [n.p.].

Conseguimos trazer ao Convento a nossa Maria Flor para agradecermos juntos pela vida desta pequena guerreira que nasceu de sete meses [...]. Ficou 49 dias na UTIN, em meio a várias complicações. [...] Obrigado a Deus, a Nossa Senhora da Penha das Alegrias, a Mamãe Oxum, a São Benedito, a todos os orixás e a todos vocês que torceram e torcem pela nossa Flor.¹²¹

Fábio Carvalho, que já frequentou as Romarias da Festa da Penha e também é adepto do Candomblé, foi ao Convento agradecer pela vida da filha, que nasceu prematura, reforçando o que ele disse: “Minha religião é ser brasileiro”¹²².

Outro depoimento interessante nessa reportagem foi da jovem Whitne Fernanda Alves da Silva Santos, de 32 anos. A reportagem informa o seguinte:

Paulista então recém-chegada ao Estado, Whitne Fernanda Alves da Silva Santos, 32, logo foi atraída pela curiosidade em torno da Festa da Penha e pelo aspecto sociológico que a cercava. Afinal, qual a aura que envolvia o evento? Indagava-se ela, que naquela ocasião era estudante de Ciências Sociais. Também queria ver se ainda havia a pegada religiosa, achei que seria uma coisa mais turística. Fui com dois colegas católicos. Já na concentração no Centro de Vitória, veio o choque com a quantidade enorme de gente. Quando cheguei perto da imagem da Nossa Senhora da Penha, fiquei muito comovida e emocionada com a reação dos fiéis, principalmente porque havia vários idosos, e pro meu espanto, muitos jovens.¹²³

Segundo o jornal A Gazeta, a socióloga Whitne Fernanda, que se declarou agnóstica, em meio à multidão da Romaria dos Homens, ficou encantada, pois, outra cena que a impactou foi a presença de várias pessoas com necessidades especiais. Ela disse o seguinte: “recordo-me que o que mais me marcou foi poder sentir a fé das pessoas, e olha que eu sempre fui muito cética, mas ali senti o quão bem os fiéis estavam se sentindo”¹²⁴. Nessa época, ela afirmou ser agnóstica, ou seja, não acreditava que a existência divina pudesse ser provada, mas também não a negava.

O último depoimento tão relevante quanto os demais foi a visão do evangélico, adepto da Igreja Batista, que destacou a beleza ambiental e cultural do Convento da Penha. Fernando Macedo Rodrigues, de 56 anos, declarou para o jornal A Gazeta que a vista proporcionada lá de cima do campinho é o que o atrai. Protestante e batista, o motorista de carreta, sempre que pode, visita o principal cartão-postal do Estado do Espírito Santo. Ele relatou o seguinte:

Não vejo nenhum problema em ser evangélico e visitar um ponto turístico que pertence a outra religião. Vou ao campinho com bastante frequência e também levo parentes ou amigos de outras cidades para visitá-lo. O Convento é o primeiro lugar que faço questão de leva-los. A visita e a vista são deslumbrantes!¹²⁵

¹²¹ A GAZETA, [s.d.], [n.p.].

¹²² A GAZETA, [s.d.], [n.p.].

¹²³ A GAZETA, [s.d.], [n.p.].

¹²⁴ A GAZETA, [s.d.], [n.p.].

¹²⁵ A GAZETA, [s.d.], [n.p.].

Como se pode observar, assim como o evangélico, Fernando Macedo, visita o campinho para curtir as belas imagens lá de cima, outras pessoas evangélicas também vão ao Convento da Penha, durante as festas, para acompanhar seus familiares e ouvir os cânticos de louvores. Isso foi possível constatar em uma conversa informal com amigos/as e colegas de trabalho.

Diante do quadro apresentado, observa-se que céticos, espíritas, candomblecistas, evangélicos, protestantes e tantos outros adeptos das mais diversas religiões não deixam seus credos interferirem na apreciação e contemplação da Festa da Penha e de suas atrações, demonstrando respeito e acolhimento aos fenômenos religiosos presentes nesse evento. Desse modo, no intuito de colaborar com a motivação do conhecimento a partir das experiências que as próprias crianças trazem de suas vivências e leituras do mundo em que estão inseridas, apresenta-se o cotidiano das turmas de cinco anos, em que as crianças, após o evento da Festa da Penha, trazem para a sala de aula suas construções por meio de desenhos, relatos e discussões que envolvem suas concepções em relação ao evento e, principalmente, em relação ao que elas entendem sobre religiosidade, ainda que de forma simples e singela, uma vez que, para as crianças de cinco anos, a religiosidade se manifesta de maneira mais concreta do que abstrata.

Desse modo, os caminhos percorridos para apresentar as estratégias metodológicas do próximo capítulo abordam a pesquisa bibliográfica e documental, seguida de um estudo de caso, considerando a legislação educacional brasileira, os documentos norteadores e demais fontes necessárias para esta pesquisa. Esses são elementos que garantem a veracidade dos fatos e propõem provocações investigativas que contribuem para a ampliação do conhecimento.

Assim, o último capítulo deste estudo se compromete não somente com as análises dos dados revelados, mas com a elaboração de um plano de aula com a temática da Festa da Penha, para auxiliar os/as professores/as na mediação com as crianças, a partir de suas próprias percepções, ao abordarem questões que envolvam a religiosidade e a cultura, pressupondo que esse empreendimento pode ampliar o conhecimento e a compreensão do processo histórico da humanidade.

3 O QUE AS CRIANÇAS FALAM SOBRE A FESTA DA PENHA

Este último capítulo aborda os percursos metodológicos da pesquisa, apresentando as falas e as compreensões das crianças em relação à Festa da Penha. Nesse percurso, observações e entrevistas são caminhos para compreender as formas de interação e as ações dos sujeitos da pesquisa, constituindo desafios que caracterizaram a observação com as crianças em um olhar comprometido em reconhecer sua inteireza enquanto sujeitos de suas ações, ou seja, observá-las como indivíduos que não somente são influenciados, mas que também são influenciadores dos diálogos.

3.1 Construção da pesquisa

A construção desta pesquisa se dá através do percurso metodológico que se constitui em um movimento de análise documental, observação, roda de conversa e entrevistas, buscando uma aproximação dos sentidos produzidos nesse cotidiano, de modo a possibilitar a compreensão das concepções de religião e de religiosidade que as crianças mobilizam em suas ações nos diferentes contextos em torno da Festa da Penha.

A premissa é ver e ouvir as crianças com uma escuta sensível e um olhar atento para observar suas interações com seus pares, com as imagens e o espaço escolar, considerando que o estudo dessas relações contribuirá para conhecer a visão das crianças em relação à cultura e à religiosidade.¹²⁶ Na direção de encontrar respostas para a questão problema desta pesquisa – que busca respostas sobre Como as Ciências das Religiões podem contribuir com as mediações pedagógicas em relação aos relatos das crianças ao abordarem a Festa da Penha na escola na UMEI Pedro Pandolfi –, Marli André e Menga Lüdke apresentam a riqueza de desenvolver uma pesquisa a partir dos estudos dos documentos. Para as autoras:

Entre suas principais vantagens, está o fato de os documentos se constituírem em uma fonte estável e rica, da qual se podem extrair fortes evidências, com um custo baixo e serem encontrados quando o acesso ao sujeito é impraticável e, principalmente, indicar problemas iniciais e/ou complementar às fontes obtidas por outras técnicas.¹²⁷

Conforme André Castanha, ao analisar documentos não basta fazer uma interpretação simplista, ou seja:

¹²⁶ ANDRÉ, Marli; LÜDKE, Menga. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1995. p. 45-46.

¹²⁷ ANDRÉ; LÜDKE, 1995, p. 45-46.

Não basta interpretar a lei pela lei, é preciso compreender as várias dimensões e analisar as ações dos elementos envolvidos no processo de discussão, aprovação e execução. daí a importância de se fazer a devida contextualização, levando em conta os aspectos, políticos, econômicos, sociais, culturais, religiosos, morais etc.¹²⁸

Com efeito, o estudo dos documentos precisa estar alinhado às técnicas e aos procedimentos que garantem a contextualização do objeto de pesquisa e as informações. Por isso, optou-se em realizar o estudo de caso com entrevistas abertas com as crianças, pois, esses procedimentos técnico-metodológicos sustentam os dados necessários e a validade do assunto abordado neste estudo. Antônio Gil orienta o seguinte:

O entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada. Percebe-se que nesta técnica, o pesquisador não pode se utilizar de outros entrevistadores para realizar a entrevista, mesmo porque, faz-se necessário um bom conhecimento do assunto.¹²⁹

As questões elaboradas para instigar as crianças a refletirem sobre a Festa da Penha possuem o caráter investigativo, no intuito de identificar quais são as concepções que as crianças trazem a respeito da Festa da Penha, em suas narrativas expressas por meio de desenhos e fala espontânea durante a roda de conversas, na qual as crianças relatam como foi seu final de semana, destacando suas prioridades e experiências vivenciadas.

Para a coleta de dados, utilizou-se os formulários elaborados pela autora desta pesquisa para que as crianças elaborassem os desenhos direcionados. A observação participante consta em registros realizados no diário de bordo, fotografias e gravações que serão transcritas posteriormente.

No momento da pesquisa, também realizou-se uma reunião de pais, mães e responsáveis para responderem a um questionário com o intuito de realizar a identificação das crianças participantes da pesquisa. De modo que eles e elas assinaram as devidas autorizações consoantes com as orientações que explicavam as dimensões da presente pesquisa. Para Antônio Gil: “a observação consiste na participação real do pesquisador na vida da comunidade, da organização ou do grupo em que é realizada a pesquisa. O observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de membro de grupo”¹³⁰.

O fato de ser professora de uma das turmas de 5 anos na escola onde a pesquisa foi realizada aproxima e permite que a pesquisadora atue de maneira reflexiva, compreendendo todo o contexto e o cotidiano das crianças em relação à Festa da Penha. No turno matutino,

¹²⁸ CASTANHA, André P. O uso da legislação educacional como fonte: orientações a partir do marxismo. *Revista HISTEDBR*, Campinas, v. 11, n. 41, p. 309-331, 2011. p. 318.

¹²⁹ GIL, 2002, p. 120.

¹³⁰ GIL, 2002, p. 121.

essas perguntas e observações certamente possibilitaram respostas para o desenvolvimento da questão problema: como as Ciências das Religiões podem contribuir com as mediações pedagógicas em relação aos relatos das crianças ao abordarem a Festa da Penha na UMEI Pedro Pandolfi?

Após apresentar as análises dos dados coletados a partir dos relatos das crianças, pretende-se demonstrar como o conhecimento na área das Ciências das religiões pode contribuir com as práticas pedagógicas dos/as professores/as, auxiliando-os/as no sentido de estimular o conhecimento e conduzindo à reflexão sobre os diferentes saberes que podem ser sistematizados nos moldes de um currículo que vislumbre a experiência da criança como objetivo metodológico para que o conhecimento de fato ocorra.

Desse modo, a familiarização com o universo da pesquisa se constitui critério básico numa pesquisa de mestrado profissional. Sendo assim, a escolha do *locus* da investigação teve como critério de validade o local de trabalho em que a pesquisadora deste estudo atua como professora estatutária da Educação Infantil, desde 2004.

3.2 O campo, o objeto e seus contextos

Segundo Manuel Sarmiento, propor a escola como campo de pesquisa requer um olhar e um estudo interpretativo, ao lado de uma compreensão da sua singularidade. A partir disso, compreendê-la pelo seu contexto, no qual a diversidade e a individualidade estão presentes, evoca um pensamento ético e leva a questionar: para onde caminha a educação das crianças? Por outro lado, a busca por compreendê-la enquanto uma instituição social responsável pela formação dos sujeitos e que tem como um de seus papéis fundamentais a transmissão da cultura e do conhecimento, leva em conta os estudos que apresentam a escola partir das perspectivas históricas, sociais, políticas, econômicas e culturais.¹³¹

Logo, ao relacionar a religião com as questões do cotidiano escolar das crianças da Educação Infantil, a escuta, a presença e o olhar sensível emergem como caminhos possíveis para a sua abordagem e como uma questão de pesquisa que envolve tensões e dilemas. Dessa maneira, o campo da pesquisa se constitui na UMEI Pedro Pandolfi, que está situada na Rua Boapaba, S/N – Rio Marinho, Vila Velha-ES, CEP: 29112-430. A escola foi escolhida por ser o local em que a pesquisadora atua como professora de Educação Infantil estatutária, sendo esse

¹³¹ SARMENTO, Manuel J. O Estudo de caso etnográfico em Educação. In: ZAGO, N.; CARVALHO, M. P.; VILELA, R. A. T. (orgs.). *Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. p. 137-179.

um dos requisitos para ser mestranda no curso de mestrado profissional em Ciências das Religiões.

A UMEI Pedro Pandolfi tem como entidade mantenedora a Prefeitura Municipal de Vila Velha (PMVV), sendo administrada pela Secretaria de Municipal da Educação de Vila Velha-ES. Nos termos da legislação em vigor regidos pelo Regimento Escolar, a escola tem por finalidade atender ao disposto nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica do Município e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Em 2013 a UMEI Pedro Pandolfi foi construída, após a mobilização dos/as moradores/as junto à PMVV. A escola foi inaugurada em julho de 2013, porém, sua estrutura física permaneceu incompleta, aguardando reformas e ampliação, para atender as demandas de vagas para a comunidade escolar de 0 a 5 anos, conforme consta no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.¹³²

A UMEI Pedro Pandolfi recebeu esse nome em homenagem a um importante líder comunitário do bairro Rio Marinho, em Vila Velha-ES. O líder comunitário, Sr. Pedro Pandolfi, nasceu em 17 de julho de 1948, na cidade de Colatina-ES. No bairro Rio Marinho, ele iniciou sua trajetória social, engajando-se em projetos de melhorias – organizou a primeira instalação de manilhas nas ruas, cujo esgoto era a céu aberto, liderou o processo de rede de água tratada e implantou a horta comunitária –, ajudando na regularização jurídica da região, que foi implantada em área rural. Pedro Pandolfi faleceu em 31 de março de 2008.¹³³

Após a conquista do Sr. Pandolfi e demais moradores da região, a escola atualmente contempla as crianças tanto do bairro Rio Marinho quanto dos demais bairros, tais como: Vale Encantado, Jardim do Vale, Santa Clara, Cobilândia, Jardim Marilândia, Araçás, Portal das Garças, dentre outros. Destaca-se que a UMEI Pedro Pandolfi pertence à classe social baixa.¹³⁴ A escola oferece material didático, uniforme e merenda escolar com recursos específicos da educação.

A UMEI Pedro Pandolfi funciona em prédio próprio, em uma área de terreno com 1.250m². A escola possui capacidade para atender 198 crianças, de zero a três anos, e 435 crianças, de quatro a cinco anos. As matrículas das crianças que constituem o público-alvo da Educação Infantil passaram, a partir de 2017, a ser realizadas pelo Sistema Geral de Matrículas (SGE). Assim, os/as alunos /as são matriculados por meio de um sistema eletrônico que

¹³² UNIDADE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PEDRO PANDOLFI (UMEI PEDRO PANDOLFI). *Projeto Político Pedagógico*. Vila Velha: UMEI Pedro Pandolfi, 2020. p. 12-18.

¹³³ UMEI PEDRO PANDOLFI, 2020, p. 19.

¹³⁴ VILA VELHA [Site institucional]. [s.d.]. [online]. [n.p.].

direciona as matrículas, de acordo com a oferta e com a demanda, não sendo mais necessário que os pais e as mães durmam em filas para conseguir uma vaga para os/as seus/suas filhos/as.¹³⁵

A UMEI Pedro Pandolfi está organizada em dois turnos: matutino e vespertino. De acordo com a Portaria 01/2020 que regulamenta o ano letivo de 2020, os horários foram estabelecidos da seguinte forma: matutino, com entrada às 07h e saída às 11h e 20min; vespertino, com entrada às 13h e saída às 17h e 20min. No período matutino, a escola oferta 13 turmas distribuídas da seguinte forma: 1 turma de crianças com 2 anos; 4 turmas de crianças com 3 anos; 4 turmas de crianças com 4 anos; e 4 turmas de crianças com 5 anos.¹³⁶

Figura 4. Vista interna da UMEI Pedro Pandolfi durante as aulas de cantiga de roda com a professora Tânia¹³⁷



No período vespertino, a escola oferta 13 turmas distribuídas da seguinte forma: 1 turma de 2 anos; 3 turmas de 3 anos; 5 turmas de 4 anos; e 4 turmas de 5 anos. O atendimento aos/as alunos/as com necessidades especiais é feito pelo/a professor/a colaborador de Educação Especial, em dias estabelecidos, de acordo com o cronograma de horário. Para atender à

¹³⁵ VILA VELHA, [s.d.], [n.p.].

¹³⁶ UMEI PEDRO PANDOLFI, 2020, p. 19.

¹³⁷ Elaboração própria, dados inéditos, 2023.

crecente demanda da Educação Especial, a escola irá inaugurar uma Sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), em breve.

Quanto ao espaço físico para o desenvolvimento das atividades, é possível evidenciar que a estrutura da escola é composta por salas de aulas apropriadas ao atendimento de crianças pequenas, de zero a 5 anos, com instalações que atendem às demandas a favor da mobilidade física. Na UMEI Pedro Pandolfi, atuam trinta e um profissionais, incluindo professores/as, coordenadores/as de turno, pedagogos/as, auxiliares de secretaria e auxiliares administrativos, tais como, merendeiras, porteiros, auxiliar de serviços gerais, etc.

Figura 5. Vista externa da UMEI Pedro Pandolfi¹³⁸



Além dessa descrição, vale destacar que a UMEI Pedro Pandolfi está localizada no município mais antigo do Estado do Espírito. Vila Velha está localizada a 5 km da capital do Estado e possui 218 km². Seu território é recortado pelo litoral, cujas praias constituem importantes ícones turísticos e paisagísticos, como a Praia da Costa, a Praia de Itapuã, a Barra do Jucú e a Praia de Itaparica, dentre outras. Por ser a cidade mais antiga do Estado, Vila Velha exhibe construções do século XVI, tais como: o Convento da Penha e a Igreja do Rosário; do século XVII, como o Forte de São Francisco Xavier; e do século XIX, como o Farol de Santa

¹³⁸ Elaboração própria, dados inéditos, 2023.

Luzia.¹³⁹ A cidade possui 106 escolas municipais distribuídas nas etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.¹⁴⁰

Para uma melhor localização, ressalta-se que a UMEI Pedro Pandolfi está localizada no bairro Rio Marinho. Esse bairro está incluído na região 5 do município de Vila Velha-ES. A lei nº 4.707, de 10 de setembro de 2008, dispõe sobre: a institucionalização dos bairros nas Regiões Administrativas, os limites, a denominação deles e os critérios para organização e criação de bairros. No perímetro urbano do município, estabeleceu as denominações das cinco Regiões Administrativas do Município de Vila Velha-ES, sendo a Região IV denominada Grande Cobilândia e composta pelos bairros: Cobilândia; Alecrim; Alvorada; Cobi de Baixo; Cobi de Cima; Industrial; Jardim do Vale; Jardim Marilândia; Nova América; Planalto; Rio Marinho; Santa Clara; São Torquato; Vale Encantado; Polo Empresarial Novo México – incluído pela Lei nº 4.991/2010.¹⁴¹

Segundo Camila de Moraes, o bairro Rio Marinho, no qual está inserida a UMEI em análise, surgiu no final da década de 1950, após o loteamento da Fazenda Rio Marinho, pertencente à Família Laranja. O bairro foi ocupado nas décadas de 1960 e 1970, e, com o passar dos anos, foi recebendo infraestrutura mínima: água encanada e energia elétrica. Até o ano de 2008, o município de Vila Velha-ES não possuía uma lei específica que tratava da delimitação dos bairros.¹⁴²

O bairro Rio Marinho, em Vila Velha-ES, é o mais populoso de sua regional, contando com 11.377 habitantes, de acordo com último Censo, numa área de 158 hectares, representando uma densidade demográfica de 72,00 hab/ha. No ano de 2010, o bairro possuía 2.348 residências, 625 terrenos baldios, 92 pontos de comércio e serviço registrados e 11 estabelecimentos como igrejas e associações.¹⁴³ O bairro faz limite ao norte com os bairros Cobilândia e Jardim Marilândia, ao sudeste com o bairro Vale Encantado, a oeste com o bairro Bandeirante, no município de Cariacica-ES. Os bairros Rio Marinho de Vila Velha-ES e de Cariacica-ES não são limítrofes, porém, ambos possuem o canal do Rio Marinho como um de seus limites.¹⁴⁴

¹³⁹ BARROS, Ana M. L. *A cidade sob o olhar da periferia: aspectos do cotidiano dos moradores do morro dos alagoanos*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010. p. 78-81.

¹⁴⁰ MORAIS, Camila C. *Vazios urbanos no município de Vila Velha/ES: estudo de caso da área do entorno da Rodovia Darly Santos*. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. p. 23-78.

¹⁴¹ MORAIS, 2015, p. 23-78.

¹⁴² MORAIS, 2015, p. 23-78.

¹⁴³ MORAIS, 2015, p. 23-78.

¹⁴⁴ IBGE. *Censo Demográfico: 2010*. [s.d.]. [online]. [n.p.].

De acordo com Camila de Moraes, em 1777, os holandeses desembarcaram em Vitória-ES em busca de água para beber. Eles foram tratados como invasores pela população local. Muitos deles foram mortos e apenas três sobreviveram, tornando-se prisioneiros. Após algum tempo, eles foram libertados para ajudar a combater os índios. Um dos holandeses, Henrique Orange, recebeu como pagamento pelas lutas um pequeno exército de 30 homens armados e uma extensão de terra chamada de “Sapa”, terra esta cortada pelo Rio Marinho, um rio de águas clara e cristalina. Henrique Laranja transformou as terras recebidas em uma fazenda que passou a se chamar Fazenda Rio Marinho e, com o passar dos anos, Henrique Laranja nacionalizou seu sobrenome, passando de Orange para Laranja.¹⁴⁵

Camila de Moraes relata que, em 1829, Henrique Laranja faleceu e sua Fazenda foi desmembrada para seus herdeiros, sendo um deles o Coronel Antônio Gonçalves Laranja, que, por sua vez, deu o nome às suas terras de Fazenda Cobi, pelo fato de existir em grande parte delas uma espécie de Árvore nativa chamada de Cobi, própria de solos úmidos, abundantes naquela época.¹⁴⁶

Com o passar dos anos, em 16 de setembro de 1951, inaugurou-se a Rodovia Carlos Lindemberg com a venda dos primeiros lotes de terras provenientes do projeto de urbanização da Fazenda Cobi, pelo então herdeiro da família Laranja, o Sr. Benício Gonçalves. Com isso, a Fazenda Cobi se tornou um bairro e passou a se chamar Cobilândia. Em 1959, a fazenda foi dividida entre os filhos Henrique e Alice Laranja. O bairro Rio Marinho coube à Inácia Madalena Laranja, uma das filhas.¹⁴⁷

A partir das décadas de 1960 e 1970, o bairro Rio Marinho começou a ser ocupado por moradores/as que vieram do Estado da Bahia para trabalhar nas grandes obras de infraestrutura que o Estado do Espírito Santo estava promovendo, tais como, rodovias e grandes empresas, mas, pelo custo de moradia próximo dessas obras ser muito alto, acabava ocupando as áreas do bairro. Nesta época, as águas do bairro eram usadas pelos/as moradores/as mais antigos para a pescaria, lavar roupas e irrigar as hortaliças que eles/as plantavam em casa.¹⁴⁸ Atualmente, o bairro Rio Marinho se encontra totalmente poluído.

Em termos educacionais, o bairro Rio Marinho sofreu por longos anos com a falta de acesso a vagas para matricular as crianças na Educação Infantil. Na atualidade, a maioria das crianças na faixa etária de 0 a 6 anos se encontram matriculadas, porém, ainda existe uma

¹⁴⁵ MORAIS, 2015, p. 24-85.

¹⁴⁶ MORAIS, 2015, p. 24-85.

¹⁴⁷ MORAIS, 2015, p. 24-85.

¹⁴⁸ IJSN [Site institucional]. [s.d.]. [online]. [n.p.].

demanda cadastrada, aguardando vagas para ingressar na UMEI.¹⁴⁹ Após apresentar detalhadamente o campo da pesquisa, passa-se a apresentar os sujeitos deste estudo.

As crianças matriculadas na UMEI Pedro Pandolfi pertencem a famílias trabalhadoras. Parte considerável delas possuem famílias constituídas por tios, avós e apenas um dos pais – na maioria das vezes, só a mãe. Muitas dessas crianças são cuidadas pelos irmãos, ainda menores de idade, enquanto os pais ou os responsáveis trabalham o dia inteiro. Algumas dessas crianças presenciam situações de violência doméstica e alcoolismo em casa e, por isso, são acompanhadas pelo Conselho Tutelar e recebem benefícios e auxílios federais, o que faz com que a assiduidade das crianças na escola seja satisfatória. Diante desse quadro, a escola está sempre propondo projetos que envolvem a presença das famílias na escola.

Após alguns diálogos com a equipe pedagógica da escola, acordou-se que as turmas de 5 anos seriam as turmas mais adequadas para a pesquisa, por já terem o vocabulário mais ampliado em relação às turmas de crianças menores. Assim, as famílias das turmas das crianças de 5 anos, dos turnos matutino e vespertino, foram reunidas para explicar sobre a temática da pesquisa. Durante a reunião com os pais, mães e com os responsáveis, a avó de uma das crianças perguntou: “as crianças vão aprender sobre a Festa da Penha ou sobre a Igreja Católica? Elas vão ter que fazer catequese lá na igreja?”¹⁵⁰.

Diante dessa pergunta, novamente foi esclarecido aos ouvintes da reunião que, durante o ano letivo, abordou-se um pouquinho de cada religião a partir das denominações que elas fazem parte e que, nesse momento, não seriam aprofundados os fundamentos da ICAR, mas seria enfatizada a importância do Convento da Penha, quem são os padres, os frades e as freiras, por exemplo. Assim, após as explicações e os esclarecimentos, os/as presentes assinaram a lista de autorização e de uso de imagem.

3.3 Observar, ouvir e registrar: a pesquisa com as crianças

Para analisar os dados referentes às crianças, utiliza-se o relato de experiência. Ressalta-se que o cenário da pesquisa é envolvente e motivador, porque contempla as considerações que envolvem os valores éticos, o respeito e a valorização da diversidade e a identidade cultural, previstos nos campos de aprendizagem que constam nas DCNEIs. Observe:

Art. 7º Na observância destas Diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função

¹⁴⁹ UMEI PEDRO PANDOLFI, 2020, p. 20-26.

¹⁵⁰ Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

sociopolítica e pedagógica: I – oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais; II - assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias; III - possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto a ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas; IV - promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância.¹⁵¹

Para ampliar os saberes e os conhecimentos de diferentes naturezas, é necessário promover o acesso aos bens culturais e aos direitos de aprendizagem da criança, buscando subsídios para demonstrar, por meio das análises dos dados que foram coletados neste estudo, como os/as professores/as podem trabalhar a pluralidade cultural e religiosa a partir das expressões que as crianças trazem sobre a Festa da Penha para a escola, sem enfatizar a religião católica apostólica romana e, ao mesmo tempo, valorizando o que as crianças trazem em seu repertório sobre as igrejas as quais pertencem e sobre a temática deste estudo: a Festa da Penha.

Nessa direção, ao observar, ouvir e registrar o que as crianças expressam nas diferentes linguagens que as mobilizam como as falas, as brincadeiras, as músicas e os vídeos relacionados à Festa da Penha, o modo como os/as professores/as agem e reagem às manifestações das crianças foi um movimento ético e estético da pesquisa que exigiu a observação, a roda de conversa e as entrevistas abertas de forma espontânea, porém, intencional, em busca de uma aproximação dos sentidos produzidos nas falas, nas práticas e nos comportamentos, abrindo possibilidades para os dados coletados.

Estar todos os dias no campo da pesquisa oportunizou diferentes movimentos e observações. Mas, nada substitui uma observação planejada e pensada para compreender as experiências das crianças. Dessa maneira, estar com elas durante a pesquisa foi uma experiência imensurável do ponto de vista das emoções.

Nessa direção, apresenta-se as principais observações do turno matutino. Após solicitar, através de ofício autorização da diretora e equipe responsável da UMEI Pedro Pandolfi, as crianças foram convidadas para uma roda de conversa, em que se realizou uma sondagem dos conhecimentos prévios sobre o Convento da Penha. A conversa iniciou com a exposição de imagens de fotografias do Convento da Penha, que circularam nas mãos das crianças que apreciaram com encantamento e curiosidade. Além disso, exibiu-se um vídeo no momento da roda de conversa, retratando a Festa da Penha.

Após a exibição do vídeo, abordaram-se questões como: o nome do lugar; se conhecem; se já foram nesse lugar, com que foram; o que fizeram e o que viram; como se chega no

¹⁵¹ BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília: CNE; CEB, 2010. p. 25-26.

Convento da Penha. As respostas foram as seguintes: “é Vila Velha”, “já apareceu na TV”, é o “Convento, tem uma igreja”. Nesse momento, as crianças ficaram eufóricas, falando que gostam de ir na igreja.¹⁵² Algumas mencionaram, espontaneamente, o nome das igrejas que pertencem: Igreja Batista, Maranata e Assembleia de Deus. Outras disseram apenas que vão à igreja, mas, não souberam identificá-las. Com o objetivo de explorar um pouco mais sobre a tradição religiosa das crianças, perguntou-se se eles/elas vão à igreja? As respostas foram estas: “vou na igreja do meu pai”; “na igreja do pastor”; “igreja de Jesus”; “igreja do avô e da avó”; “igreja cantante”; “Igreja casa de Oração Evangélica Vale Encantado”; “igreja de Jesus Cristo”.

Essas respostas demonstram a ausência de uma identidade religiosa nas crianças que não se afirmam em uma única tradição religiosa, porque muitas famílias ora são membros de igrejas renovadas, localizadas no bairro em que a escola está inserida, ora frequentam outras denominações e até mesmo religiões. Muitas vezes, as famílias frequentam os espaços religiosos em busca de apoio espiritual, mas também em busca de alimentos ou cestas básicas, como apontam o diagnóstico das características da comunidade escolar no PPP da escola, e também durante as brincadeiras e diálogos com as crianças sobre o que elas fazem no final de semana.

Enquanto assistiam ao vídeo, uma criança, identificada como E.G, relatou que havia visitado o Convento e narrou com riqueza de detalhes as características do local. Essa criança mencionou que foi com a família e que foi muito legal: “eu vi uma vista toda, tinha prédio, praia, muitas casas, carros passando na pista. Fui andando a pé e vi pelo caminho uma van e muitas curvas, tinha mico (macaquinho) e passarinhos”.

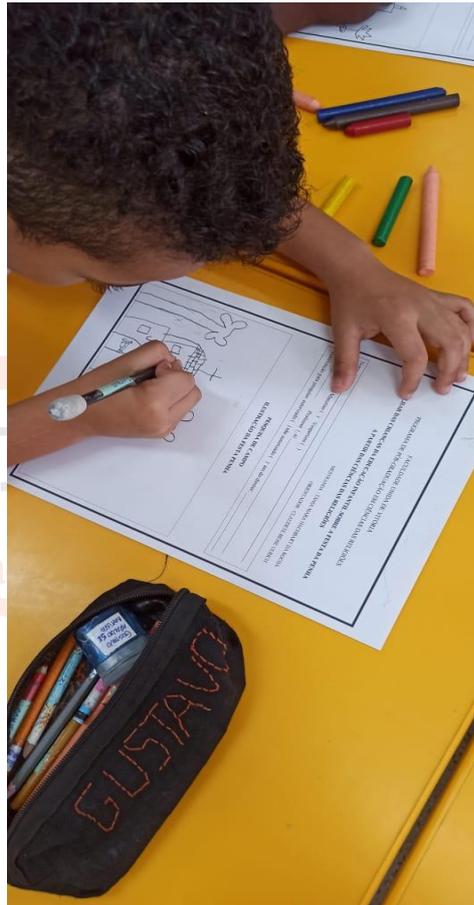
A fala de K.H despertou curiosidade sobre as características do Convento, porque as crianças ficaram encantadas com as imagens dos animais comendo frutas e com a floresta. No momento de apresentação das imagens da Festa da Penha, a aluna S.L disse, em tom agitado; “tia, eu fui nessa festa! Meu pai foi lá pra Vitória com uma vela pra acender, dentro da garrafa de Coca Cola, e eu, minha mãe e minha vó, fomos de carro lá pra pista onde passam os ônibus para ver um monte de gente passando pra ir vem a santa”. S.L relatou ainda que essa experiência foi “muito legal, e que o convento é muito lindo”.

Após o momento de falas dessas duas crianças em relação à Festa da Penha, as demais que ainda não conhecem o Convento da Penha começaram a dizer que também já foram com os avós, as mães, etc., e todas elas disseram que gostariam de visitá-lo novamente. Após os diálogos tecidos com as crianças, foi entregue uma folha de A4, lápis coloridos e giz de cera,

¹⁵² Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

em seguida, elas foram convidadas para fazer um desenho sobre a Festa da Penha, a partir do que elas acharam sobre a história que aprenderam sobre o Convento da Penha, sem perder de vista as experiências, as imagens e o vídeo do Convento da Penha. Durante a realização dos desenhos, algumas crianças ficaram concentradas na tarefa enquanto outras conversavam e trocavam ideias de como iriam elaborar os seus desenhos. Veja a figura a seguir:

Figura 6. Momento de elaboração do desenhos na sala de aula – matutino¹⁵³



Para uma releitura do desenho de E.G, vale mostrar o que ele disse enquanto o elaborava:

Tia Tania, quando fui lá no convento, bem lá no alto tem uma pedra com uma grade, delá da pra gente ver a ponte em cima da praia e os carros passam nelas eu ví um muitos carros passando na ponte e do outro lado ví a igreja. A igreja do convento é branca , é bem bonita e perto dela tem muitas árvores.¹⁵⁴

Além desse desenho, observe o seguinte:

¹⁵³ Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

¹⁵⁴ Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

Figura 7. Desenhos elaborados na sala de aula – matutino ¹⁵⁵

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

**O OLHAR DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A FESTA DA PENHA
A PARTIR DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES**

MESTRANDA : TÂNIA MARA HACHBART DA ROCHA
ORIENTADOR : CLAUDETE BEISE ULRICH

Nome da Escola: <u>UMEI "Pedro Pandolfi"</u>	
Turno de Trabalho: Matutino (X) Vespertino ()	
Turma: <u>Infantil 5</u>	Professor (a) <u>Elizabeth Pereira Gonçalves</u>
Autorização para pesquisa: autorizado (X) não autorizado () ass.do diretor: <u>[assinatura]</u>	

**PESQUISA DE CAMPO
ILUSTRAÇÃO DA FESTA PENHA**

Para M.F., o Convento da Penha é um local com árvores grandes. Ele explica que “lá tem a cara de Jesus, e as mulheres vão lá para tirar foto e orar. Eu fui lá um dia, com minha avó Tereza. Lá é bonito, tem muitas plantas e bichos, mas, não pode dar comida aos bichos. Mas, tia, no dia da Festa, eu não fui lá no Convento”¹⁵⁶.

Observe ainda outro desenho:

¹⁵⁵ Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

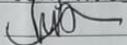
¹⁵⁶ Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

Figura 8. Desenhos elaborados na sala de aula – matutino ¹⁵⁷

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

**O OLHAR DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A FESTA DA PENHA
A PARTIR DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES**

MESTRANDA : TÂNIA MARA HACHBART DA ROCHA
ORIENTADOR : CLAUDETE BEISE ULRICH

Nome da Escola: <u>UMEI "Pedro Pandolfi"</u>	
Turma de Trabalho: Matutino (X) Vespertino ()	
Turma: <u>Infantil 5</u>	Professor (a) <u>Elizabeth Pereira Gonçalves</u>
Autorização para pesquisa: autorizado (X) não autorizado () ass.do diretor: 	

**PESQUISA DE CAMPO
ILUSTRAÇÃO DA FESTA PENHA**



A criança S.L., no momento de elaboração do desenho acima, disse: “eu desenhei as pessoas indo pra Festa da Penha, e também fiz a praia, porque eu amo a praia e vi na TV que lá tem praia, bem lá em baixo do Convento, e também tem um parquinho com muitas barraquinhas que vende água e pipoca”¹⁵⁸. O desenho de S.L. está se referindo ao espaço da Prainha onde, recentemente, a PMVV realizou uma obra de reestruturação com parque para crianças, barracas de comidas e artesanatos, incentivando o turismo e o comércio local.

A próxima figura apresenta ainda mais um dos desenhos elaborados pelas crianças em sala de aula. Observe:

¹⁵⁷ Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

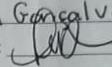
¹⁵⁸ Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

Figura 9. Desenhos elaborados na sala de aula – matutino ¹⁵⁹

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

**O OLHAR DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A FESTA DA PENHA
A PARTIR DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES**

MESTRANDA : TÂNIA MARA HACHIBART DA ROCHA
ORIENTADOR : CLAUDETE BEISE ULRICH

Nome da Escola: <u>UMEI "Pedro Pandolfi"</u>	
Turno de Trabalho: Matutino <input checked="" type="checkbox"/> Vespertino ()	
Turma: <u>Infantis</u>	Professor (a) <u>Elizabeth Pereira Gonçalves</u>
Autorização para pesquisa: autorizado <input checked="" type="checkbox"/> não autorizado () ass.do diretor: 	

**PESQUISA DE CAMPO
ILUSTRAÇÃO DA FESTA PENHA**



De modo geral, as crianças do turno matutino, durante as observações, demonstraram grande interesse pela fauna e flora do Convento da Penha. Elas demonstraram que, por meio de seus relatos, que gostariam de visitar o local com os/as amigos/as da escola. Durante a pesquisa realizada, foi possível observar que elas sempre vão aos eventos religiosos acompanhadas de seus pais, mães, tios e avós. Geralmente, as crianças vestem sua melhor roupa para irem às missas ou aos cultos, principalmente nas igrejas evangélicas e protestantes. Nas reuniões espíritas,¹⁶⁰ as crianças não são muito assíduas. Mas, observa-se, de modo geral, uma maior simplicidade da indumentária no centro espírita em relação à ICAR e às igrejas evangélicas.

¹⁵⁹ Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

¹⁶⁰ MORAIS, 2015, p. 24-85.

Quanto à concepção de religiosidade, foi possível perceber que as crianças do turno matutino da UMEI Pedro Pandolfi não estão preocupadas com a questão das práticas religiosas que ocorrem no Convento ou na Festa da Penha. Para elas, o Convento da Penha é uma *igreja*, que fala de Jesus, e isso é suficiente. Na verdade, elas demonstram grande interesse em conhecer os espaços e a natureza do local, ou seja, as crianças não percebem a religiosidade presente na Festa da Penha, de forma antropológica.

Quanto aos relatos das experiências com o turno vespertino, vale destacar que foram tomadas todas as providências em relação à autorização da diretora e da professora, que atuam na escola e na turma do infantil 5, respectivamente. Essa turma é composta por 20 crianças, mas, por ter sido uma semana com chuvas, estiveram presente apenas dez crianças. Então, após as conversas iniciais, as crianças foram convidadas para formarem uma roda de conversa, no chão da sala. Utilizou-se um *notebook* para conversar sobre a pesquisa e a temática da Festa da Penha.

As imagens e o vídeo do Convento da Penha foram exibidos. Nesse momento, explicou-se que a Festa da Penha é uma festa da ICAR, que recebe muitas pessoas da nossa cidade, Estado e até de outros lugares, apresentando para eles/elas as fotos do Convento da Penha cheio de pessoas durante as missas. As crianças começaram a participar dizendo que não conheciam e que não foram nessa festa. Entretanto, nesse momento, um aluno relatou o seguinte: “eu conheço essa igreja, é lá no morro. Eu, meu pai e meu primo, a gente foi”¹⁶¹. A pesquisadora perguntou para esse aluno: o que você viu lá? E ele respondeu: “eu vi quadros, vi o Convento de longe, no parque da Prainha”¹⁶².

Outra criança relatou que o pai e o tio foram à noite, e que eles estavam vendendo água. Outra criança disse que o nome do lugar não é Convento, é Castelo Branco. Ao mencionar o nome Convento da Penha, as crianças falaram o nome das igrejas que frequentam, que são: Maranata, Assembleia de Deus, Casa Missionária, igreja do meu avô, igreja evangélica, igreja da pastora, igreja do pastor. Além disso, três alunos/as relataram que não conhecem nenhuma igreja.¹⁶³

Destaca-se que uma criança relatou ter visitado o Convento da Penha. Ela realizou a atividade, desenhando o local com riqueza de detalhes, principalmente aqueles que envolvem a vista do Convento em que se observa a Prainha. As demais crianças elaboram seus desenhos a

¹⁶¹ Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

¹⁶² Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

¹⁶³ Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

partir das referências das imagens e do vídeo apresentados durante a observação participante na sala de aula.

Vale ressaltar que, no turno vespertino, foi possível perceber alguns olhares e gestos de professores/as evangélicos/as, demonstrando que não estavam de acordo com a pesquisa, pelo principal fato de estar abordando o tema do Convento da Penha. Entretanto, como esse não é o foco da pesquisa, esse detalhe não será aprofundado. Além disso, entende-se que muitos/as profissionais da educação ainda precisam compreender que os fenômenos religiosos e a cultura religiosa brasileira, de forma crítica, desde a Educação Infantil. Dessa forma, iniciaram-se os relatos das crianças do turno vespertino. Veja:

Tia Quando fui lá no Convento com meu pai eu subi as escadas e ví a casa de Jesus, lá é a igreja de Jesus. O céu estava azul e sol estava quente, lá eu ví muitos pés de côco e de lá de cima dá pra ver muitas casas. As pessoas tiravam fotos e de lá de cima da pedra dá pra ver a cidade. Os prédios, as casas ,meu pai falou que dá pra ver até a fabrica de chocolates garoto. Também vi a ponte e um navio passando embaixo dela. Foi muito legal.¹⁶⁴

Observe o desenho abaixo:



¹⁶⁴ Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

Figura 10. Desenhos elaborados na sala de aula – vespertino¹⁶⁵

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

O OLHAR DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A FESTA DA PENHA
A PARTIR DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

MESTRANDA : TÂNIA MARA HACHBART DA RÓCHA
ORIENTADOR : CLAUDETE BEISE ULRICH

Nome da Escola: UMEI "Pepeo Pandolfi"
Turno de Trabalho: Matutino () Vespertino (X)
Turma: Infantil 5 Professor (a) Jaqueline Rodrigues de Oliveira Araújo
Autorização para pesquisa: autorizado (X) não autorizado () ass.do diretor: [assinatura]

PESQUISA DE CAMPO
ILUSTRAÇÃO DA FESTA PENHA

Essa criança nunca foi ao Convento da Penha, mas disse que amou a história contada durante a roda de conversa e retratou suas emoções com traços firmes, coloridos e definidos. Ela disse ainda que vai chamar a mãe, o pai e o avô para ir com ela ao Convento da Penha. Veja mais um desenho elaborado no turno vespertino:

¹⁶⁵ Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

Figura 11. Desenhos elaborados na sala de aula – vespertino¹⁶⁶

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

**O OLHAR DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A FESTA DA PENHA
A PARTIR DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES**

MESTRANDA : TÂNIA MARA HACHIBART DA ROCHA
ORIENTADOR : CLAUDETE BEISE ULRICH

Nome da Escola: UMEI "Pedro Pandolfi"
 Turno de Trabalho: Matutino () Vespertino (X)
 Turma: Infantil 5 Professor (a) Jaqueline Rodrigues de Oliveira de Araujo
 Autorização para pesquisa: autorizado (X) não autorizado () ass.do diretor: [assinatura]

PESQUISA DE CAMPO
ILUSTRAÇÃO DA FESTA PENHA

O desenho abaixo representa o que outra criança do turno vespertino compreendeu sobre a Festa da Penha. Ela desenhou várias pessoas de mãos dadas, cantando na festa. A simbologia está representada através da cruz. Além disso, a criança desenhou as igrejas das outras pessoas que vão se divertir na festa. Observe:

¹⁶⁶ Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

Figura 12. Desenhos elaborados na sala de aula – vespertino¹⁶⁷

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

O OLHAR DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A FESTA DA PENHA
A PARTIR DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

MESTRANDA : TÂNIA MARA HACHBART DA ROCHA
ORIENTADOR : CLAUDETE BEISE ULRICH

Nome da Escola: UMEI "Pedro Pandolfi"
Turno de Trabalho: Matutino () Vespertino (X)
Turma : Infantis Professor (a) Jaqueline Rodrigues de Oliveira de Araújo
Autorização para pesquisa: autorizado (X) não autorizado () ass.do diretor: *JR*

PESQUISA DE CAMPO
ILUSTRAÇÃO DA FESTA PENHA

O desenho abaixo foi realizado pela criança E. Essa criança não conhece o Convento da Penha e fez uma releitura do local, através das imagens que apresentadas ao longo do estudo de caso. Destaca-se que as fotografias utilizadas no estudo de caso durante a observação participante são as mesmas inseridas nos textos ao longo dos capítulos desta dissertação.

O fato de a criança não conhecer pessoalmente o Convento da Penha não limitou sua criatividade e alegria ao desenhar, de forma tão detalhada, as características desse local. Outro ponto a ser considerado neste desenho é o reconhecimento de Jesus como um a ser sagrado. Para essa criança, “a cruz é de Jesus, e o convento também! Tia, todas as igrejas são de Jesus”¹⁶⁸. Veja o desenho abaixo:

¹⁶⁷ Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

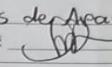
¹⁶⁸ Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

Figura 13. Desenhos elaborados na sala de aula – vespertino¹⁶⁹

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

**O OLHAR DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A FESTA DA PENHA
A PARTIR DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES**

MESTRANDA : TÂNIA MARA HACHBART DA ROCHA
ORIENTADOR : CLAUDETE BEISE ULRICH

Nome da Escola: UMEI "Pedro Pandolfi"
 Turno de Trabalho: Matutino () Vespertino (X)
 Turma: Infantil 5 Professor (a) Jaqueline Rodrigues de Araujo
 Autorização para pesquisa: autorizado (X) não autorizado () ass.do diretor: 

**PESQUISA DE CAMPO
ILUSTRAÇÃO DA FESTA PENHA**



A análise dos desenhos e dos relatos das crianças partiu das orientações da BNCC para justificar a relevância deste estudo de caso, em que as crianças, de forma simples e realista, demonstraram seu interesse em conhecer as manifestações culturais e religiosas da Festa da Penha, pois essa festa é um evento que perpassa as vivências delas todos os anos, durante o mês de abril. Assim, apresentam-se as seguintes orientações segundo a BNCC:

- a) Proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos educandos; b) Propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença, no constante propósito de promoção dos Direitos Humanos; c) Desenvolver competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares de vida, exercitando o respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias, de acordo com a Constituição Federal; d) Contribuir para que os educandos construam seus sentidos pessoais de vida a partir de valores, princípios éticos e da cidadania.¹⁷⁰

¹⁶⁹ Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

¹⁷⁰ BRASIL, 2018, p. 436.

Neste estudo de caso, foi possível desenvolver com as crianças um processo de construção coletiva envolvendo novas aprendizagens em relação aos conhecimentos religiosos, a partir das manifestações religiosas percebidas durante os diálogos e a elaboração dos desenhos, que, de certa forma, representam a realidade das crianças, tanto daquelas que conhecem o Convento da Penha quanto aquelas que passaram a conhecer através da proposta e das interações realizadas.

Percebeu-se, ainda, que as crianças tiveram liberdade para falar sobre sua identidade religiosa. Nesse momento do estudo, compreendeu-se que, ao se trabalhar a identidade das crianças e do bairro – um dos conteúdos da Educação Infantil –, ampliou-se o vocabulário delas, auxiliando-as na identificação das denominações que elas frequentam e relacionando com outros elementos existentes na comunidade.

Aferiu-se, também, que o presente estudo propiciou o desenvolvimento de competências e de habilidades para o diálogo entre as perspectivas religiosas e seculares de vida, que estão presentes no cotidiano das crianças, sem perder de vista o exercício do respeito à liberdade e ao pluralismo religioso. Entende-se que isso contribui para que as crianças construam seus sentidos pessoais a partir dos valores éticos, estéticos e críticos que conhecem na escola.

Frente ao exposto, concorda-se com a BNCC no sentido de que trabalhar a religiosidade e o ER, na perspectiva das Ciências das Religiões, com as crianças contribui para o processo de desenvolvimento integral da criança, bem como proporciona situações e experiências que permitem que elas vejam o mundo de diferentes formas. Ao mesmo tempo, as crianças são despertadas para uma convivência saudável com as diferenças, respeitando-as e valorizando-as, tendo como resultado a compreensão do seu relacionamento com sua dimensão religiosa e a do outro. Finaliza-se esta seção, sugerindo à equipe pedagógica da UMEI Pedro Pandolfi – em que a autora desta pesquisa participa – um projeto bimestral, a ser trabalhado entre os meses de março e abril, para que as crianças conheçam a história desse importante patrimônio religioso e cultural, culminando nas discussões sobre a Festa da Penha no município de Vila Velha-ES.

3.4 Projeto interdisciplinar na Educação Infantil: a literatura infantil e a Festa da Penha

O público alvo dessa proposta são crianças da Educação Infantil. O período proposto é bimestral, com os seguintes objetivos: conhecer o livro de literatura infantil *Uma casinha lá no alto*, no sentido de apresentar a história de Vila Velha-ES e as características históricas e culturais do Convento da Penha; identificar se nas igrejas que as crianças frequentam se comemora o

aniversário das igrejas e, através desse diálogo, inserir uma abordagem sobre a Festa da Penha; apresentar para as crianças a fauna e a flora no espaço do Convento da Penha; valorizar a cultura africana na construção do Convento da Penha; investigar se, durante o projeto, surgirá abordagens preconceituosas e conflitos.

Para tanto, propõe-se uma conversa com as crianças para contar a história narrada na obra *Uma casinha lado alto*, convidando o autor capixaba Ivan Filho para visitar a escola e participar dessa conversa com as crianças. Com isso, pretende-se elaborar um formulário de atividade de pesquisa, com espaço para escrita e elaboração de desenhos sobre o livro trabalhado na escola, solicitando nessa atividade que os pais, as mães e/ou os responsáveis pelas crianças contem a história do Convento da Penha, de acordo com suas memórias para elas.

Sugere-se, ainda, uma visita mediada pela escola – um passeio escolar – no Convento da Penha com as crianças. Nesse evento, elas deverão levar cartolinas e giz de cera para que possam, durante a visita, produzir desenhos coletivos a partir da releitura sobre suas experiências no local. Ao retornar para escola, pretende-se convidá-las para falar sobre o que viram e o que sentiram, construindo com elas um texto coletivo ilustrado.

Além disso, é importante ouvir o que as famílias das crianças pensam sobre a Festa da Penha, destacando suas experiências positivas e negativas, através de contação de histórias e da oferta de um lanche coletivo no pátio da escola, com a presença das famílias. Será proposta uma lista de nomes e características dos animais, tais como: pássaros, macaquinhos e bichos preguiça que, certamente, as crianças terão a oportunidade de conhecer no Convento da Penha.

De igual modo, será proposta a construção de jogos de memória e dominó, com as imagens do Convento da Penha e com materiais de sucata. Essa construção será elaborada com as famílias das crianças. Além disso, pretende-se assistir vídeos com reportagens sobre as celebrações da Festa da Penha, no intuito de, *a posteriori*, elaborar um texto com a listagem dos eventos que as crianças reconhecem como legais e interessantes durante a Festa da Penha.

O projeto tem uma proposta de avaliação, que consiste na elaboração de um livro com tecidos, em que cada família poderá desenhar e pintar em algodão cru – pedaços com 20 cm e tintas de tecidos – fornecidos pela escola. Nessa ocasião, cada família deverá retratar as festas de sua tradição religiosa, bem como suas respectivas denominações religiosas. Esse material será exposto no dia *Mostra Cultural*, que ocorre sempre no final de cada semestre na UMEI Pedro Pandolfi. Trata-se, portanto, de um projeto a ser desenvolvido na escola investigada com a participação das crianças e de suas famílias.

CONCLUSÃO

Refletiu-se, neste estudo, que as Ciências das Religiões não trabalham com a hipótese de uma essência do sagrado imune ao tempo e ao espaço. Trabalhou-se com a concepção de que esse campo de estudos investiga as diversidades, desfazendo ideias e preconceitos. Por isso, a pesquisa se apoiou nos métodos dos estudos dos fenômenos religiosos e culturais para abordar a Festa da Penha e suas características transversais para a religião, para a cultura e para o meio ambiente, possibilitando, assim, que as crianças tenham acesso ao conhecimento sobre esse fenômeno religioso de maneira crítica, lúdica e autônoma.

O primeiro capítulo discorreu sobre os elementos que possibilitaram as discussões sobre as Ciências das Religiões, religião e a religiosidade na Educação Infantil, com o objetivo de esclarecer que as crianças podem conhecer sobre os fenômenos religiosos sem ferir sua infância e sua identidade religiosa. O segundo capítulo aguçou a abordagem da religiosidade na Educação Infantil, apontando para a beleza e para o encantamento presente na Festa da Penha, em que as ideias e as diferentes crenças religiosas, culturais e ambientais foram evidenciadas pelas pessoas de diferentes religiões que participaram da referida Festa, e que deixaram suas contribuições sobre suas interpretações em relação à pluralidade religiosa por meio de entrevistas públicas em jornais de grande circulação.

Logo, o terceiro capítulo se consolidou nos procedimentos da pesquisa, através de um estudo documental e de caso, em que foi possível analisar as legislações em torno da Educação Infantil e do ER. Os documentos normativos como a BNCC, além das obras citadas ao longo do texto, possibilitaram a realização deste estudo. Através do estudo de caso, aplicou-se a observação participante, pela qual percebeu-se o encantamento das crianças em relação ao Convento da Penha, mesmo tendo apenas duas crianças que sabiam sobre a Festa da Penha. Após a aplicação dos vídeos e das histórias, as crianças conseguiram transferir suas emoções para os desenhos e para os relatos destacados nesta etapa da pesquisa.

Ao final, sugeriu-se um projeto interdisciplinar sobre a literatura infantil e a Festa da Penha, em que as crianças precisam realizar atividades lúdicas e criativas na sala de aula com suas famílias. Além disso, elas receberam a visita de um escritor capixaba, que fala sobre a história do município de Vila Velha-ES e sobre a relação dessa história com o Convento da Penha. A culminância desse projeto consiste no fato de que as crianças farão um livro de tecido – colcha de retalhos – com seus familiares, retratando as festividades de sua religião, o qual será exposto no dia da Mostra Cultural da UMEI Pedro Pandolfi.

Para finalizar, vale refletir sobre os processos e os movimentos que os currículos da Educação Infantil precisam estar inseridos, concebendo às crianças a oportunidade de dialogar sobre suas experiências religiosas e sua identidade, de modo que sua integridade emocional esteja resguardada no sentido de a elas serem apresentados e esclarecidos os fenômenos religiosos. É importante considerar nesse empreendimento que cada criança tem sua espiritualidade e alteridade, muitas vezes herdadas de seus familiares. Mas, aprendendo a dialogar sobre essa diversidade, desde pequenas, elas podem aprender a se relacionar com o outro e consigo mesma, de forma acolhedora e respeitosa.



REFERÊNCIAS

- A GAZETA [Site institucional]. [s.d.]. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/>. Acesso em: 21 jan. 2022.
- ABUMANSUR, Edin S. Religião e democracia, questões à laicidade do estado. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA [Site institucional]. [s.d.]. Disponível em: <http://www.crsp.org/fotos/pdf-2016-06-21-18-16-42.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2022.
- ALBUQUERQUE, Eduardo B. Ensino Religioso: oficial e textualidade. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE RELIGIÓN Y ETNICIDAD (CLARE), XI, 2006, São Bernardo do Campo. *Anais...* São Bernardo do Campo: CLARE, 2006. [pdf].
- ANDRADE, Maristela O. A religiosidade brasileira: o pluralismo religioso, a diversidade de crenças e o processo sincrético. *CAOS –Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, Juiz de Fora, n. 14, p. 106-118, 2009. <https://periodicos.ufpb.br/index.php/caos/article/view/46956/28199>. Acesso em: 28 mar. 2023.
- ANDRÉ, Marli; LÜDKE, Menga. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1986.
- AQUINO, Maurício. O ensino religioso no século XXI: religiosidade, laicidade e diversidade cultural. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá, n. 17, p. 117-132, 2003.
- ARROYO, Miguel G. *Indagações sobre currículo: educandos e educadores, seus direitos e o currículo*. Brasília: MEC; SEB, 2008.
- BARROS, Ana M. L. *A cidade sob o olhar da periferia: aspectos do cotidiano dos moradores do morro dos alagoanos*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.
- BITTAR, Mariluce; SILVA, J.; MOTA, M. A. C. Formulação e implementação da política de educação infantil no Brasil. In: RUSSEFF, Ivan; BITTAR, Mariluce. (orgs). *Educação infantil, política, formação e prática docente*. Campo Grande: UCDB, 2003. p. 67-89.
- BRANCO, Jordanna C. *A presença do discurso religioso em uma Escola de Educação Infantil da rede pública de ensino do município de Duque de Caxias*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- BRANDÃO, Carlos F. A educação infantil no Plano Nacional de Educação: a questão da oferta e do atendimento. In: PASCHOAL, Jaqueline. D. (org.). *Trabalho pedagógico na educação infantil*. Londrina: Humanidades, 2007. p. 77-86.
- BRANDENBURG, Laude E. A epistemologia do Ensino Religioso, suas limitações e abrangências: a confluência da Educação e da Religião na escola. *Revista Interações – Cultura e Comunidade*, Belo Horizonte, v. 8, n. 14, p. 221-229, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3130/313031536003.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2023
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular: educação é a base*. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. [Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências]. Brasília: Presidência da República. Disponível em: www.planalto.org.br. Acesso em: 15 mai. 2022.

BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990*. [Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências]. Brasília: Presidência da República. Disponível em: www.planalto.org.br. Acesso em: 20 mai. 2022.

BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996*. [Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional]. Brasília: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 20 mai. 2022.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília: CNE; CEB, 2009.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília: CNE; CEB, 2010.

CAMURÇA, Marcelo A. Por uma perspectiva simétrica entre o saber e o religioso e o das Ciências da Religião. In: SILVEIRA, Emerson J. S. (org.). *Como estudar as religiões: metodológicas e estratégicas*. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 7-40.

CASTANHA, André P. O uso da legislação educacional como fonte: orientações a partir do marxismo. *Revista HISTEDBR*, Campinas, v. 11, n. 41, p. 309-331, 2011.

CECCHETTI, Elcio. *A laicização do ensino no Brasil (1889-1934)*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

CORTELLA, Mario S. Educação, Ensino Religioso e formação docente. In: SENA, Luzia. (org.) *Ensino religioso e formação docente*. São Paulo: Paulinas, 2006. p. 11-19.

COSTA, Enilza S. G. *A presença dos feriados religiosos nos calendários e a laicidade brasileira*. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências das Religiões) – Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2017.

CUNHA, Luiz A.; CAVALIERE, Ana Maria. O ensino religioso nas escolas públicas brasileiras: formação de modelos hegemônicos. In: PAIXÃO, Lea P.; ZAGO, Nadir. (orgs.). *Sociologia da educação: pesquisa e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 63-74.

CURRICULO ES. *Educação Infantil*. [s.d.]. Disponível em: <https://curriculo.sedu.org.br>. Acesso em: 8 jul. 2022.

ELIADE, Mircea. *Origens: perspectivas do homem*. Lisboa: Edições 70, 1989.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Poder Executivo. *Lei nº 11.010, de 03 de julho de 2019*. [Declara data magna o dia dedicado à Padroeira do Estado, Nossa Senhora da Penha]. Vitória: Governo do Estado. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/250139362/does-normal-04-07-2019-pg-9>. Acesso em: 25 ago. 2022.

FERREIRA, Maria C. R. *Os fazeres na educação infantil*. São Paulo: Cortez, 2000.

FILHO, Aristeo G. L.; NUNES, Maria F. Direitos da criança à Educação Infantil: reflexões sobre a história e a política. In: KRAMER, Sonia; NUNES, Maria F.; CARVALHO, Maria C. (orgs.). *Educação Infantil: formação e responsabilidade*. Campinas: Papirus, 2013. p. 75-88.

FORUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO (FONAPER). *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Religioso*. 2. ed. São Paulo: Ave Maria, 1997.

G1. *Festa da Penha comemora 445 anos de história no Espírito Santo*. [s.d.]. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/festa-da-penha/2016/noticia/2016/03/festa-da-penha-comemora-445-anos-de-historia-no-espírito-santo.html>. Acesso em: 10 Ago 2021.

GIL, Antônio C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, Helder J. S. *Convento da Penha: a manifestação do Sagrado delineando paisagens religiosas e culturais no Espírito Santo*. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2012.

GRESCHAT, Hans Jürgen. *O que é Ciências da Religião?* São Paulo: Paulinas, 2005.

HOCK, Klaus. *Introdução à Ciência da Religião*. São Paulo: Loyola, 2010.

HUFF JR., Arnaldo; PORTELLA, Rodrigo. Ciência da Religião: uma proposta a caminho para consensos mínimos. *Revista Numen*, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 433-456, 2012. pdf

IBGE. *Censo Demográfico: 2010*. [s.d.]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html>. Acesso em: 10 jun. 2022.

IJSN [Site institucional]. [s.d.]. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

ITÓZ, Sonia de; JUNQUEIRA, Sérgio. *Olhares sobre a educação religiosa na educação infantil*. *Revista de Pastoral da Anec*, Ano VI, N. 11/202, p. 10-14. Disponível em: <https://anec.org.br/revistadepastoral/wp-content/uploads/2021/07/2.-Olhares-sobre-a-aprendizagem-religiosa-na-educa%C3%A7%C3%A3o-infantil.pdf>. Acesso em 04 dez. 2022.

KISHIMOTO, Tizuko M. Avanços e retrocessos na formação dos profissionais de educação infantil. In: MACHADO, Maria Lúcia A. (org.) *Encontros e desencontros em educação infantil*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 107-115.

KRAMER, Sonia. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

KRAMER, Sônia; LEITE, Maria I.; NUNES, Maria F.; GUIMARÃES, Daniela. *Infância e educação infantil*. Campinas: Papirus, 1999.

KUHLMANN JR., Moisés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LACERDA, Gustavo B. Sobre as relações entre igreja e estado: conceituando a laicidade. In: CNMP [Site institucional]. [s.d.]. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/>. Acesso em: 20 mai. 2022.

LEMOS, Carolina O. A implementação da meta 1 do Plano Nacional de Educação na Educação Infantil no município de Santa Maria/RS. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão Educacional) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, Universidade Federal de Santa Maria, 2018.

MAIA, Marta N. V. G. Datas Comemorativas: uma construção ideológica que persiste na Educação Infantil. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED (ANPED), XXXVIII, 2017, São Luís. *Anais...* São Luís: ANPED, 2017. [pdf].

MAZUCO, Maria C. A. *Ensino religioso e democracia: expressões religiosas das festas juninas na educação infantil pública de Vila Velha-ES*. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. *Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009*. [Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil]. Brasília: CNE; CEB. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/Downloads/ccs/concurso_2013/PDFs/resol_federal_5_09.pdf. Acesso em: 10 jun. 2022.

MORAIS, Camila C. *Vazios urbanos no município de Vila Velha/ES: estudo de caso da área do entorno da Rodovia Darly Santos*. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

NEVES, M. A. C. M. Primeiras indagações e a procura do sobrenatural. *Revista Cadernos de Fé e Cultura*, Campinas, n. 47, p. 40-53, 2005.

OLIVEIRA, Zilma M. R. *Creches: crianças, faz de conta & Cia*. Petrópolis: Vozes, 1992.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos. In: UNICEF [Site institucional]. 1948. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm. Acesso em: 1 jun. 2022.

PASSOS, João D. Epistemologia do Ensino Religioso: a inconveniência política de uma área de conhecimento. *Revista Ciberteologia*, São Paulo, a. VII, n. 34, p. 118-124, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/26182/18846>. Acesso em: 28 mar. 2023.

RODRIGUES, Edile; JUNQUEIRA, Sérgio; MARTINS FILHO, L. J. “Desenvolvimento Religioso”. In: JUNQUEIRA, Sérgio R. A.; BRANDENBURG, Laude; KLEIN, Remi. *Compêndio do Ensino Religioso*. São Leopoldo; Petrópolis: Sinodal; Vozes, 2017. p. 207-209.

RUY, Susan G. R. *Religiosidade e educação infantil: um olhar sobre a UMEI Basílio Costalonga, Vila Velha-ES*. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2021.

SANTOS, Tália A. S. *Laicidade do Estado e Ensino Religioso no Brasil: trajetórias, desafios e perspectivas*. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

SARMENTO, Manuel J. O Estudo de caso etnográfico em Educação. In: ZAGO, N.; CARVALHO, M. P.; VILELA, R. A. T. (orgs.). *Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. p. 137-179.

SENRA, Flavio. A pós-graduação em Ciência da Religião e Teologia no Quadriênio 2013-2016. *Revista Interações*, Belo Horizonte, v.13, n. 24, p. 526-533, 2018. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/view/19123/14240>. Acesso em: 28 mar. 2023.

SILVA, Vanessa G. *Geografias polifônicas: o perigo da história única da invenção do lugar*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade federal do Espírito Santo, 2016.

SILVEIRA, Emerson S.; JUNQUEIRA, Sérgio. *O Ensino Religioso na BNCC: teoria para o Ensino Fundamental*. Petrópolis: Vozes, 2020.

SILVEIRA, Emerson Sena da; MORAES, Manoel Ribeiro de. *A dimensão teórica dos Estudos da Religião: Horizontes Histórico, Epistemológico e Metodológico nas Ciências da Religião*. São Paulo: Editorial, 2017.

TOSATTO, Carla; PORTILHO, Evelise M. L. A criança e a infância sob o olhar da professora de educação infantil. *Revista Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 30, n. 3, p. 153-172, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/g9ZDwN3mDVcb8VMPTYbjcRH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 mar. 2023.

UNIDADE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PEDRO PANDOLFI (UMEI PEDRO PANDOLFI). *Projeto Político Pedagógico*. Vila Velha: UMEI Pedro Pandolfi, 2020.

VALENTE, Gabriela A. *Diferentes propostas curriculares para o Ensino Religioso e suas consequências para a laicidade do Estado*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010

VIEIRA, Sofia L. A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 88, n. 219, p. 291-309, 2007.

VILA VELHA [Site institucional]. [s.d.]. Disponível em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

VITÓRIA (Cidade). Câmara Municipal. *Lei nº 6.705*. [Institui o Plano Diretor Urbano do Município de Vitória e dá outras providências]. Vitória: Prefeitura Municipal. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso em: 16 jan. 2022.

APÊNDICE B: FORMULÁRIO PARA ILUSTRAÇÃO DA FESTA DA PENHA

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

**O OLHAR DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A FESTA DA PENHA
A PARTIR DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES**

MESTRANDA: TÂNIA MARA HACBART DA ROCHA

ORIENTADORA: CLAUDETE BEISE ULRICH

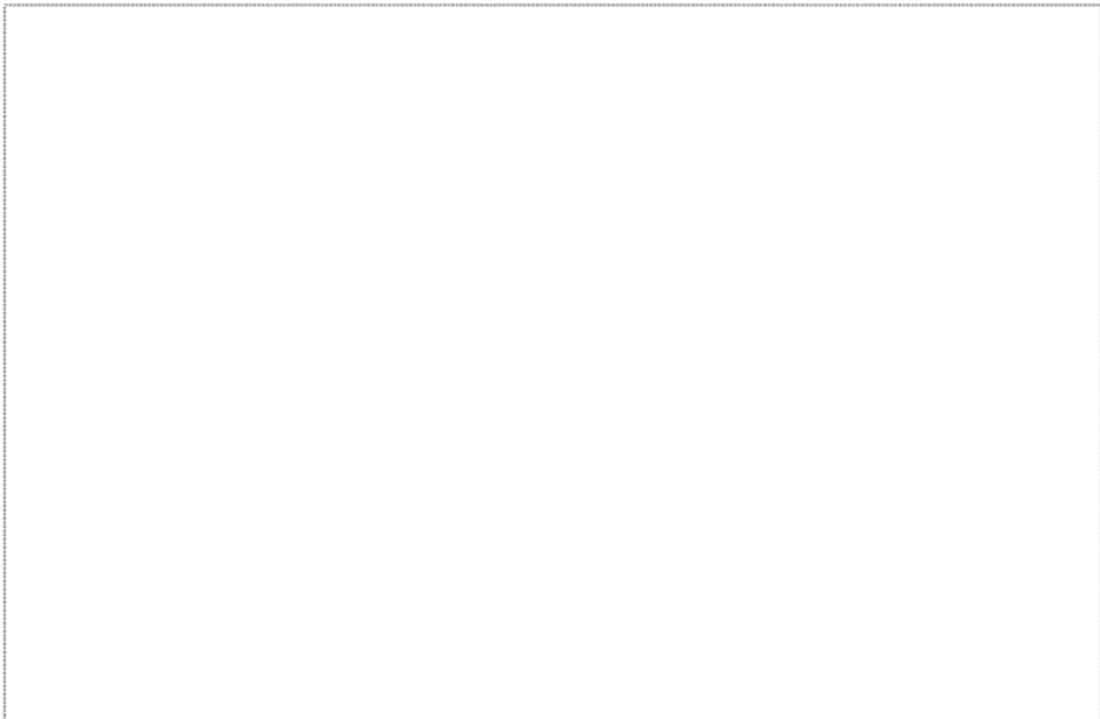
Nome da Escola: _____

Turno de Trabalho: Matutino () Vespertino ()

Turma: _____ Professor (a) _____.

Autorização para pesquisa: autorizado () não autorizado () ass.do diretor: _____

**PESQUISA DE CAMPO
ILISTRAÇÃO DA FESTA PENHA**



ANEXO A: DECLARAÇÃO DE MATRÍCULA NO MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES



Faculdade Unida de Vitória
 Mestrado - Renovação de Reconhecimento
 Portaria nº 543, de 16/06/2020 - DOU de 17/06/2020
 Doutorado – Portaria de Reconhecimento
 Portaria nº 516, de 13/07/2021 - DOU de 14/07/2021



Vitória/ES, 16 de novembro de 2022.



O Coordenador do curso de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória, no uso de suas atribuições regimentais, vem por meio desta apresentar o(a) aluno(a) **TÂNIA MARA HACHBART DA ROCHA** portador(a) do CPF **098.017.567-48**, e regularmente matriculado(a) nesta Instituição de Ensino Superior, neste semestre, sob o número de matrícula **3055931**, no curso de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões.

O(a) aluno(a) é orientando(a) do Professor(a) Dr(a). Claudete Beise Ulrich e sua pesquisa tem como tema: "O olhar das crianças da Educação Infantil sobre a Festa da Penha a partir das Ciências das Religiões". O trabalho se presta a fins acadêmicos.

André Pandoçli
 UMEI PEDRO PANDOÇLI
 Rua Boapaba, s/nº Rio Marinho, Vila Velha/ES
 Ato de Criação Decreto Nº 269/2012
 Tel. (27) 3075-8305 99747-1361
 CNPJ: 17.706.626/0001-10

Oswaldo Luiz Ribeiro
 Oswaldo Luiz Ribeiro
 Coordenador do curso de Mestrado
 Profissional em Ciências das Religiões

ANEXO B: RELATO DE EXPERIÊNCIAS DAS CRIANÇAS DO GRUPO 5 –
VESPERTINO

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

O OLHAR DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A FESTA DA PENHA
A PARTIR DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

MESTRANDA : TÂNIA MARA HACBART DA ROCHA

ORIENTADOR : CLAUDETE BEISE ULRICH

Nome da Escola: UMEI "Pedro Pandolfi"

Turno de Trabalho: Matutino () Vespertino (X)

Turma: Infantil 5 Professor (a) Jaqueline Rodrigues de Oliveira de Araújo

Autorização para pesquisa: autorizado (X) não autorizado () ass.do diretor:

Faculdade Unida de Vitória
Rua Sotúbeiro, s/nº - Rio Vermelho, Vitória - ES
Ato de Criação Decreto nº 289/2012
Tel: (71) 3075-0305 99747-1351
CNPJ: 17.706.625/0001-10

PESQUISA DE CAMPO

RELATO DE EXPERIÊNCIAS DAS CRIANÇAS DO GRUPO 5

Após solicitar a diretora da UMEI Pedro Pandolfi e a professora do Infantil 5, convidei os alunos para uma roda de conversa em sala de aula. Iniciei demonstrando imagens e vídeos do Convento da Penha. Apenas um aluno relatou: "Eu conheço essa igreja, é lá no morro. Eu, meu pai e meu primo a gente foi"...

Perguntei o que ele viu lá: "Eu vi quadros, vi o Convento de longe, no parque da Trainha"...

Outra criança relatou que o pai e o tio foram à noite e estavam vendendo água. Uma criança disse que o nome do lugar é "castelo branco".

Quando falei o nome "Convento da Penha", as crianças falaram o nome das igrejas que frequentam: Marianata, Assembleia, Casa Missionária, igreja do meu avô, igreja evangélica, igreja da pastora, igreja do pastor e três alunos relataram que não conhecem igreja.

O único aluno que relatou ter visitado o Convento, realizou a atividade desenhando o local com riqueza de detalhes principalmente da vista do convento onde observou da Praia. Os demais alunos desenharam com a referência as imagens e vídeos que foram apresentados na roda de conversa.

Resalte aqui o combinado com as crianças de identificarem seus desenhos com a primeira letra do nome.

ANEXO C: RELATO DE EXPERIÊNCIAS DAS CRIANÇAS DO GRUPO 5 – MATUTINO

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

**O OLHAR DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A FESTA DA PENHA
A PARTIR DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES**

MESTRANDA : TÂNIA MARA HACBART DA ROCHA

ORIENTADOR : CLAUDETE BEISE ULRICH

Nome da Escola: UMEJ "Pedro Pandolfi"

Turno de Trabalho: Matutino (X) Vespertino ()

Turma : Infantil 5 Professor (a) Elizabeth Pereira Gonçalves

Autorização para pesquisa: autorizado (X) não autorizado () ass.do diretor: [Assinatura]

PEDRO PANDOLFI
Rua Boagaba, s/nº - Rio Marinho, Vila Iúca
Ato de Criação Decreto nº 2.987/2017
Tel. (27) 3075-0305 - 30747-4131
CNPJ: 17.705.525/0001-16

PESQUISA DE CAMPO

RELATO DE EXPERIÊNCIAS DAS CRIANÇAS DO GRUPO 5

Após solicitar através de ofício a autorização da diretora e professora do Infantil 5 da UMEJ "Pedro Pandolfi", convidei as crianças para uma roda de conversa, onde realizei uma sondagem dos conhecimentos prévios sobre o Convento da Penha. Iniciei a conversa com a exposição de uma imagem e um vídeo do Convento e abordei questões como: o nome do lugar; se conhecem; se já foram no lugar e com quem; o que fizeram e o que viram; como se chega no convento. As respostas foram: "É Itala Telha", "já apareceu na TV", "é o convento, têm uma igreja lá".

Neste momento ficaram eufóricos falando que gostam de ir na igreja.

Um dos dez alunos presentes em sala, apenas um havia visitado o Convento e narrou com riqueza de detalhes as características do local. Essa criança, relatou que foi com a família e que foi muito legal: ... "Eu vi uma vista toda, tinha prédio, praia, muitas casas, carros passando na pista. Fui andando a pé e vi pelo caminho uma Van e muitas curvas, tinha mico (macaquinho) e passarinhos."

Quando perguntei para as crianças se elas vão na igreja, responderam respectivamente: ... vou na igreja do meu pai... "na igreja do pastor"... "igreja de Jesus"... "igreja do avô e da avó"... "igreja cantante"; "Igreja Para de Oração Evangélica Tale Encantado"... "igreja de Jesus Cristo". Após o momento de conversa com os alunos, dei às crianças para desenharem o que ficou marcado da nossa conversa através das experiências, imagens e vídeos do Convento. No decorrer da atividade, observei que a criança que havia passado pela experiência de conhecer o Convento, se destacou na quantidade de informações representadas no desenho. Os demais alunos usaram a visualização das imagens na tela para representar o local. Ressalto que o combinado com as crianças de identificarem seus desenhos com a primeira letra do nome.

ANEXO D: DESENHOS MATUTINO

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

O OLHAR DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A FESTA DA PENHA
A PARTIR DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

MESTRANDA : TÂNIA MARA HACHBART DA ROCHA

ORIENTADOR : CLAUDETE BEISE ULRICH

Nome da Escola: UMEI "Pedro Pandolfi"
 Turno de Trabalho: Matutino (X) Vespertino ()
 Turma: Infantis Professor (a) Elizabeth Pereira Gonçalves
 Autorização para pesquisa: autorizado (X) não autorizado () ass.do diretor: [Assinatura]

PESQUISA DE CAMPO
ILUSTRAÇÃO DA FESTA PENHA

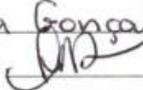


FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

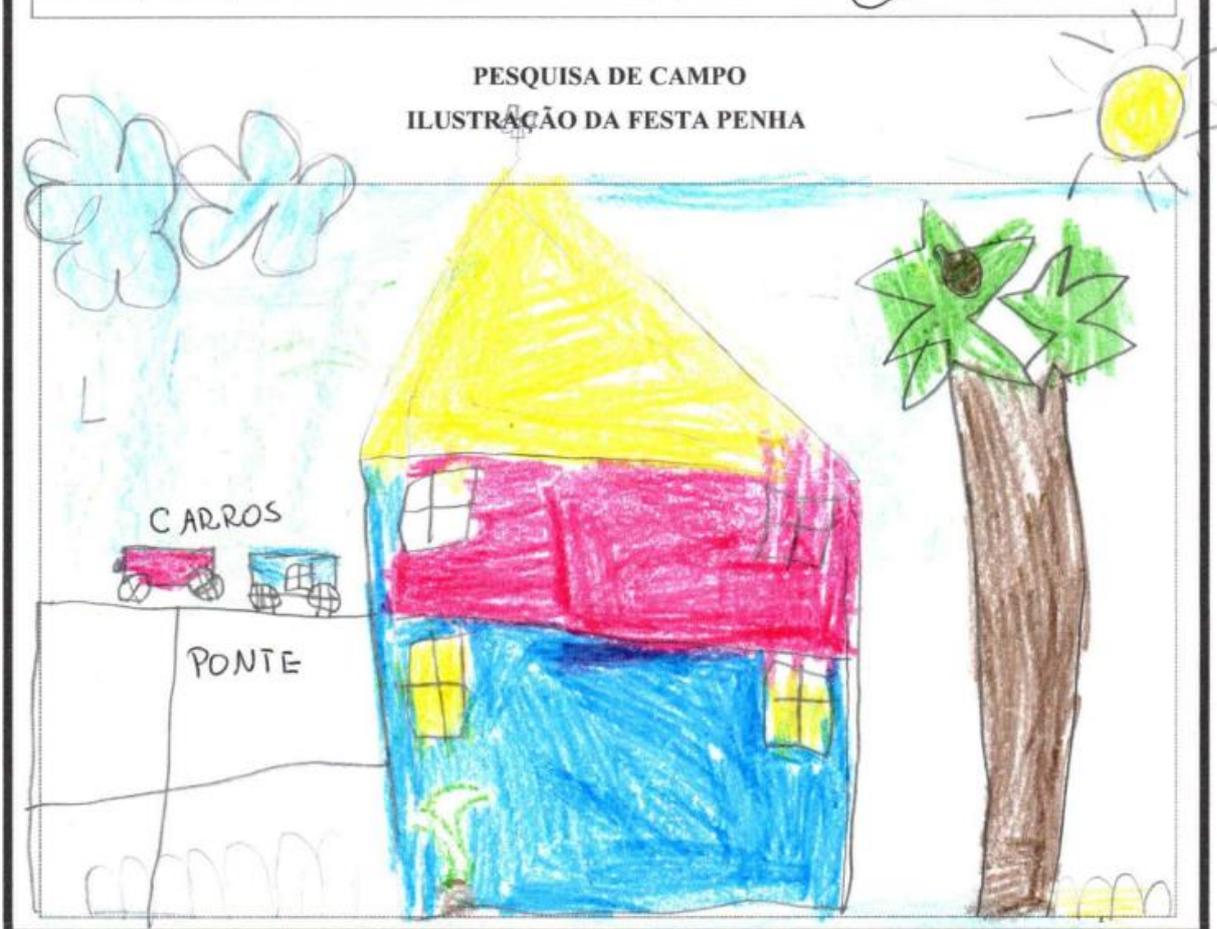
**O OLHAR DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A FESTA DA PENHA
A PARTIR DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES**

MESTRANDA : TÂNIA MARA HACHBART DA ROCHA

ORIENTADOR : CLAUDETE BEISE ULRICH

Nome da Escola: UMEI "Pedro Pandolfi"
 Turno de Trabalho: Matutino () Vespertino ()
 Turma: Infantis 5 Professor (a) Elizabeth Pereira Gonçalves
 Autorização para pesquisa: autorizado () não autorizado () ass.do diretor: 

**PESQUISA DE CAMPO
ILUSTRAÇÃO DA FESTA PENHA**

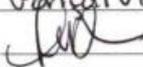


FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

O OLHAR DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A FESTA DA PENHA
A PARTIR DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

MESTRANDA : TÂNIA MARA HACHBART DA ROCHA

ORIENTADOR : CLAUDETE BEISE ULRICH

Nome da Escola: UMEI "Pedro Pandolfi"
Turno de Trabalho: Matutino (X) Vespertino ()
Turma: Infantis Professor (a) Elizabeth Pepeira Gonçalves
Autorização para pesquisa: autorizado (X) não autorizado () ass.do diretor: 

PESQUISA DE CAMPO
ILUSTRAÇÃO DA FESTA PENHA



FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

O OLHAR DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A FESTA DA PENHA
A PARTIR DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

MESTRANDA : TÂNIA MARA HACHBART DA ROCHA

ORIENTADOR : CLAUDETE BEISE ULRICH

Nome da Escola: UMEI "Pedro Pandolfi"
Turno de Trabalho: Matutino (X) Vespertino ()
Turma : Infantil 5 Professor (a) Elizabeth Pereira Gonçalves
Autorização para pesquisa: autorizado (X) não autorizado () ass.do diretor: [assinatura]

PESQUISA DE CAMPO
ILUSTRAÇÃO DA FESTA PENHA

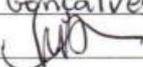


FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

**O OLHAR DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A FESTA DA PENHA
A PARTIR DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES**

MESTRANDA : TÂNIA MARA HACHBART DA ROCHA

ORIENTADOR : CLAUDETE BEISE ULRICH

Nome da Escola: UMEI "Pedro Pandolfi"
Turno de Trabalho: Matutino (X) Vespertino ()
Turma : Infantil 5 Professor (a) Elizabeth Pereira Gonçalves
Autorização para pesquisa: autorizado (X) não autorizado () ass.do diretor: 

**PESQUISA DE CAMPO
ILUSTRAÇÃO DA FESTA PENHA**

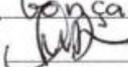


FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

**O OLHAR DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A FESTA DA PENHA
A PARTIR DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES**

MESTRANDA : TÂNIA MARA HACHBART DA ROCHA

ORIENTADOR : CLAUDETE BEISE ULRICH

Nome da Escola: UMEI "Pedro Pandolfi"
Turno de Trabalho: Matutino () Vespertino ()
Turma : Infantil 5 Professor (a) Elizabeth Pereira Gonçalves
Autorização para pesquisa: autorizado () não autorizado () ass.do diretor: 

**PESQUISA DE CAMPO
ILUSTRAÇÃO DA FESTA PENHA**



FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

**O OLHAR DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A FESTA DA PENHA
A PARTIR DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES**

MESTRANDA : TÂNIA MARA HACHBART DA ROCHA

ORIENTADOR : CLAUDETE BEISE ULRICH

Nome da Escola: UMEI "Pedro Pandolfi"
 Turno de Trabalho: Matutino Vespertino ()
 Turma : Infantil 5 Professor (a) Elizabeth Pepeira Gonçalves
 Autorização para pesquisa: autorizado (x) não autorizado () ass.do diretor: [assinatura]

**PESQUISA DE CAMPO
ILUSTRAÇÃO DA FESTA PENHA**



FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

**O OLHAR DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A FESTA DA PENHA
A PARTIR DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES**

MESTRANDA : TÂNIA MARA HACHBART DA ROCHA

ORIENTADOR : CLAUDETE BEISE ULRICH

Nome da Escola: VMEI "Pedro Pandolfi"
 Turno de Trabalho: Matutino (X) Vespertino ()
 Turma : Infantil 5 Professor (a) Elizabeth Pereira Gonçalves
 Autorização para pesquisa: autorizado (X) não autorizado () ass.do diretor: [Assinatura]

**PESQUISA DE CAMPO
ILUSTRAÇÃO DA FESTA PENHA**



ANEXO E: DESENHOS VESPERTINO

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

O OLHAR DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A FESTA DA PENHA
A PARTIR DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

MESTRANDA : TÂNIA MARA HACHBART DA ROCHA

ORIENTADOR : CLAUDETE BEISE ULRICH

Nome da Escola: UMEI "Pedro Pandolfi"

Turno de Trabalho: Matutino () Vespertino (X)

Turma: Infantil 5 Professor (a) Jaqueline Rodrigues de Oliveira de Araújo

Autorização para pesquisa: autorizado (X) não autorizado () ass.do diretor: [Assinatura]

PESQUISA DE CAMPO
ILUSTRAÇÃO DA FESTA PENHA



FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

O OLHAR DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A FESTA DA PENHA
A PARTIR DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

MESTRANDA : TÂNIA MARA HACHBART DA ROCHA

ORIENTADOR : CLAUDETE BEISE ULRICH

Nome da Escola: UMEI "Pedro Pandolfi"
 Turno de Trabalho: Matutino () Vespertino (X)
 Turma: Infantil 5 Professor (a) Jaqueline Rodrigues de Oliveira Araujo
 Autorização para pesquisa: autorizado (X) não autorizado () ass.do diretor: [assinatura]

PESQUISA DE CAMPO
ILUSTRAÇÃO DA FESTA PENHA



FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

O OLHAR DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A FESTA DA PENHA
A PARTIR DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

MESTRANDA : TÂNIA MARA HACHBART DA ROCHA

ORIENTADOR : CLAUDETE BEISE ULRICH

Nome da Escola: UMEI "Pedro Pandolfi"
Turno de Trabalho: Matutino () Vespertino (X)
Turma: Infantil 5 Professor (a) Jaqueline Rodrigues de Oliveira Araújo
Autorização para pesquisa: autorizado (X) não autorizado () ass.do diretor: [assinatura]

PESQUISA DE CAMPO
ILUSTRAÇÃO DA FESTA PENHA



FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

**O OLHAR DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A FESTA DA PENHA
A PARTIR DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES**

MESTRANDA : TÂNIA MARA HACHBART DA ROCHA

ORIENTADOR : CLAUDETE BEISE ULRICH

Nome da Escola: UMEI "Pedro Pandolfi"
 Turno de Trabalho: Matutino () Vespertino (X)
 Turma: Infantil 5 Professor (a) Jaqueline Rodrigues de Araújo
 Autorização para pesquisa: autorizado (X) não autorizado () ass.do diretor: [assinatura]

**PESQUISA DE CAMPO
ILUSTRAÇÃO DA FESTA PENHA**



FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

O OLHAR DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A FESTA DA PENHA
A PARTIR DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

MESTRANDA : TÂNIA MARA HACHBART DA ROCHA

ORIENTADOR : CLAUDETE BEISE ULRICH

Nome da Escola: UMEI "Pedro Pandolfi"
 Turno de Trabalho: Matutino () Vespertino (X)
 Turma: Infantil 5 Professor (a) Jaqueline Rodrigues de Oliveira de Araújo
 Autorização para pesquisa: autorizado (X) não autorizado () ass.do diretor: [assinatura]

PESQUISA DE CAMPO
ILUSTRAÇÃO DA FESTA PENHA

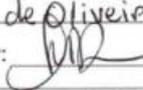


FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

O OLHAR DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A FESTA DA PENHA
A PARTIR DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

MESTRANDA : TÂNIA MARA HACHBART DA ROCHA

ORIENTADOR : CLAUDETE BEISE ULRICH

Nome da Escola: UMEI "Pedro Pandolfi"
 Turno de Trabalho: Matutino () Vespertino (X)
 Turma: Infantil 5 Professor (a) Jaqueline Rodrigues de Oliveira de Araújo
 Autorização para pesquisa: autorizado (X) não autorizado () ass.do diretor: 

PESQUISA DE CAMPO
ILUSTRAÇÃO DA FESTA PENHA



FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

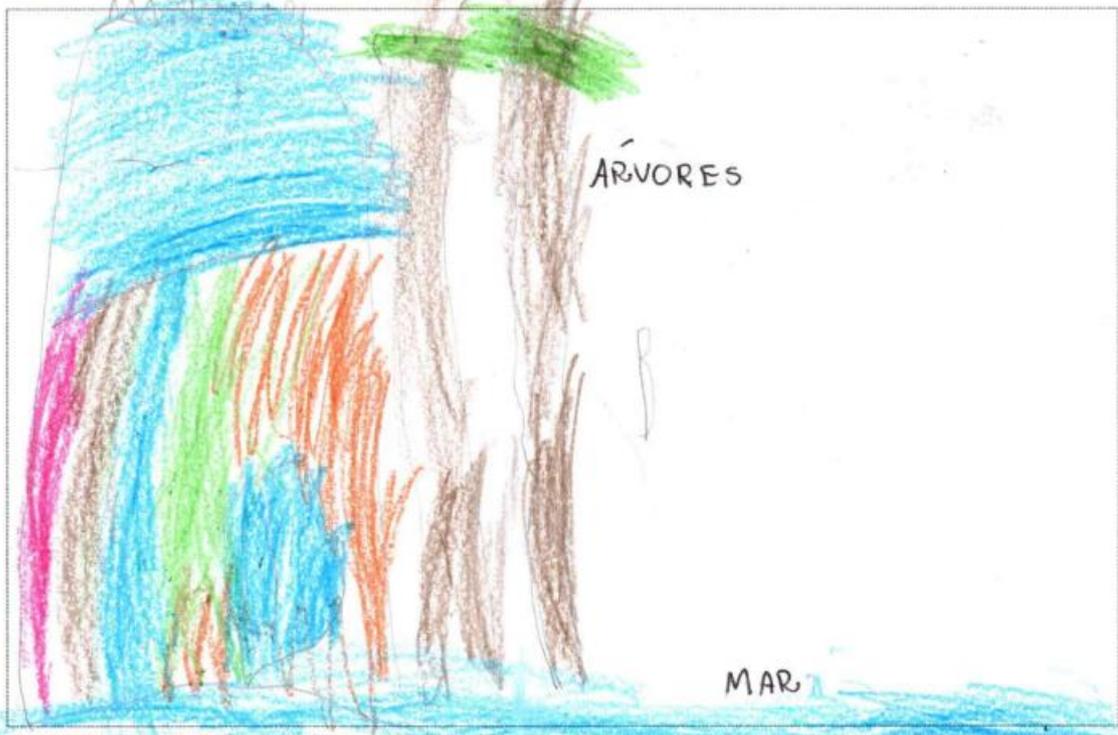
**O OLHAR DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A FESTA DA PENHA
A PARTIR DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES**

MESTRANDA : TÂNIA MARA HACHBART DA ROCHA

ORIENTADOR : CLAUDETE BEISE ULRICH

Nome da Escola: UMEI "Pedro Pandolfi"
 Turno de Trabalho: Matutino () Vespertino (X)
 Turma: Infantil 5 Professor (a) Jaqueline Rodrigues de Oliveira de Araújo
 Autorização para pesquisa: autorizado (X) não autorizado () ass.do diretor: [assinatura]

**PESQUISA DE CAMPO
ILUSTRAÇÃO DA FESTA PENHA**



FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

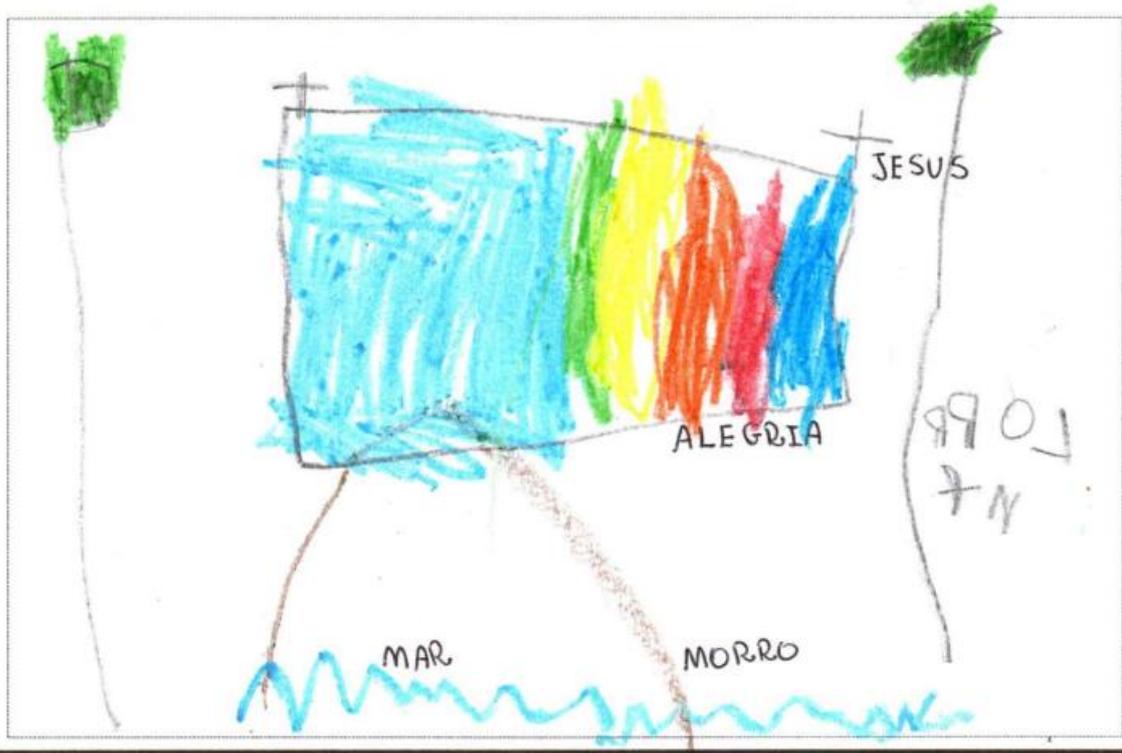
O OLHAR DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A FESTA DA PENHA
A PARTIR DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

MESTRANDA : TÂNIA MARA HACHBART DA ROCHA

ORIENTADOR : CLAUDETE BEISE ULRICH

Nome da Escola: UMEI "Pedro Pandolfi"
 Turno de Trabalho: Matutino () Vespertino (X)
 Turma: Infantil 5 Professor (a) Jaqueline Rodrigues de Oliveira de Araújo
 Autorização para pesquisa: autorizado (X) não autorizado () ass.do diretor: [assinatura]

PESQUISA DE CAMPO
ILUSTRAÇÃO DA FESTA PENHA



FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

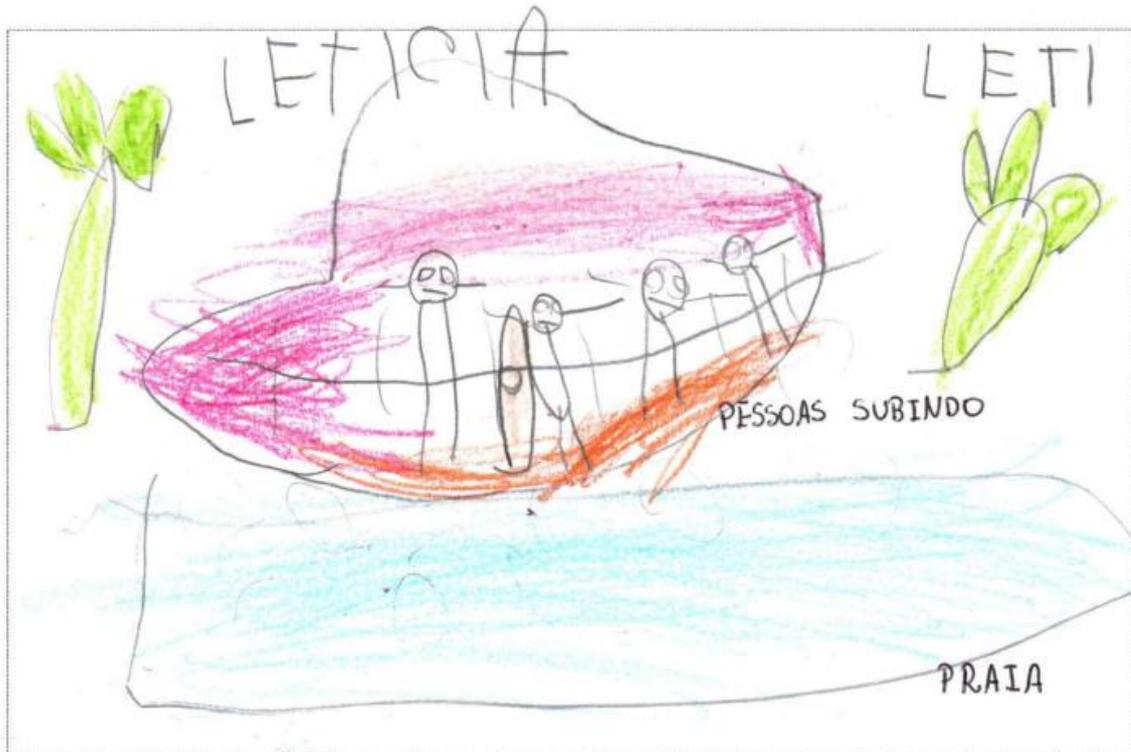
**O OLHAR DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A FESTA DA PENHA
A PARTIR DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES**

MESTRANDA : TÂNIA MARA HACHBART DA ROCHA

ORIENTADOR : CLAUDETE BEISE ULRICH

Nome da Escola: UMEI "Pedro Pandolfi"
Turno de Trabalho: Matutino () Vespertino (X)
Turma: Infantil 5 Professor (a) Jaqueline Rodrigues de Oliveira de Araújo
Autorização para pesquisa: autorizado (X) não autorizado () ass.do diretor: [assinatura]

**PESQUISA DE CAMPO
ILUSTRAÇÃO DA FESTA PENHA**



FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

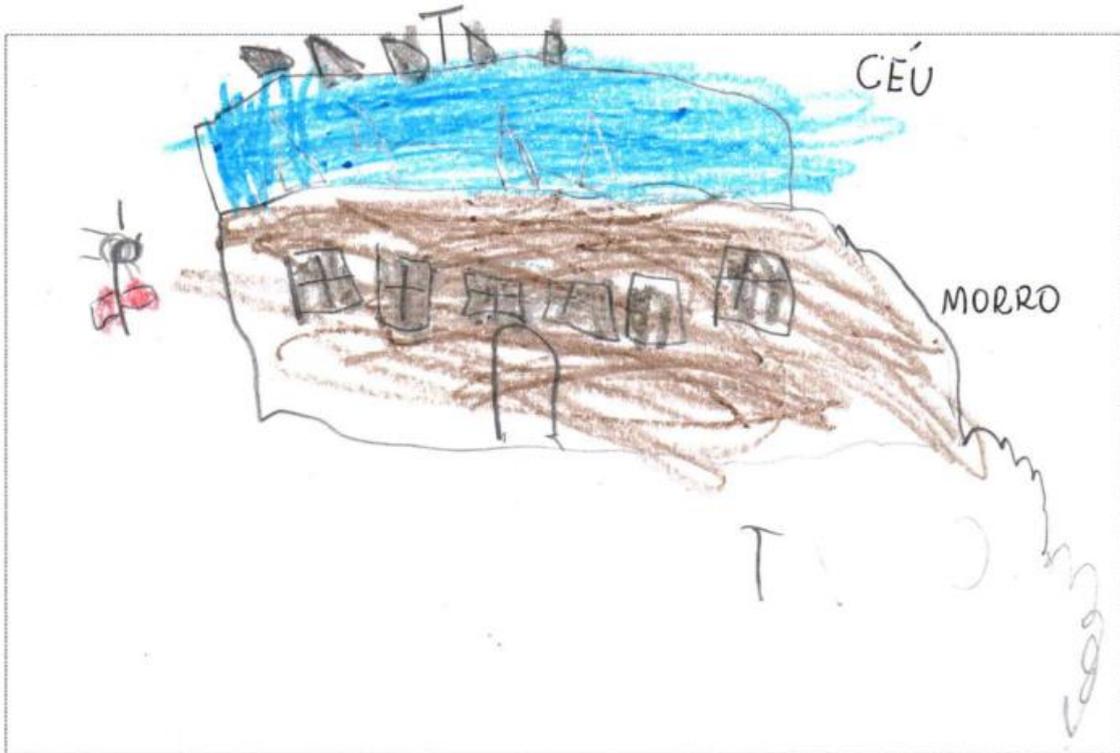
**O OLHAR DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A FESTA DA PENHA
A PARTIR DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES**

MESTRANDA : TÂNIA MARA HACHBART DA ROCHA

ORIENTADOR : CLAUDETE BEISE ULRICH

Nome da Escola: UMEI "Pedro Pandolfi"
Turno de Trabalho: Matutino () Vespertino (X)
Turma: Infantil 5 Professor (a) Jaqueline Rodrigues de Oliveira de Araújo
Autorização para pesquisa: autorizado (X) não autorizado () ass.do diretor: JM

**PESQUISA DE CAMPO
ILUSTRAÇÃO DA FESTA PENHA**



FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

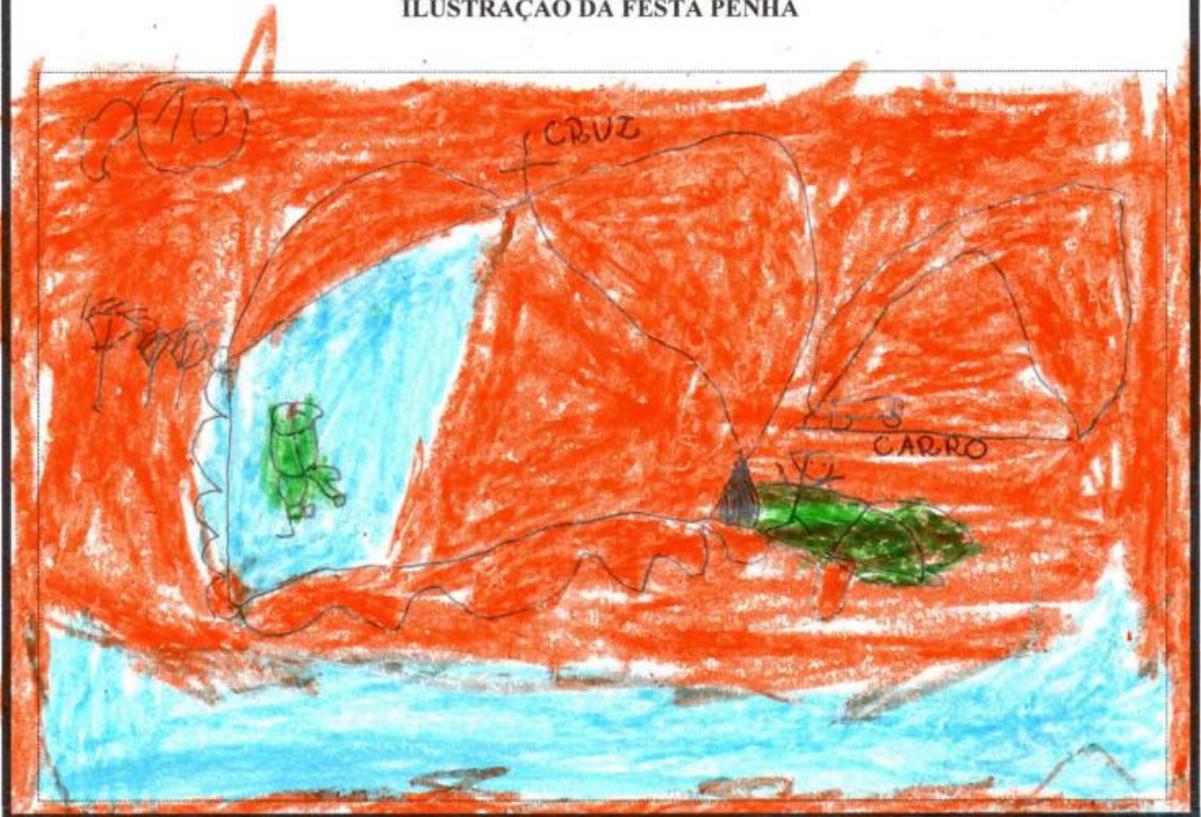
**O OLHAR DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A FESTA DA PENHA
A PARTIR DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES**

MESTRANDA : TÂNIA MARA HACHBART DA ROCHA

ORIENTADOR : CLAUDETE BEISE ULRICH

Nome da Escola: UMEI "Pedro Pandolfi"
Turno de Trabalho: Matutino () Vespertino (X)
Turma: Infantil 5 Professor (a) Jaqueline Rodrigues de Oliveira de Araújo
Autorização para pesquisa: autorizado (X) não autorizado () ass.do diretor: [assinatura]

**PESQUISA DE CAMPO
ILUSTRAÇÃO DA FESTA PENHA**



FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

**O OLHAR DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A FESTA DA PENHA
A PARTIR DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES**

MESTRANDA : TÂNIA MARA HACHBART DA ROCHA

ORIENTADOR : CLAUDETE BEISE ULRICH

Nome da Escola: UMEI "Pedro Pandolfi"
Turno de Trabalho: Matutino () Vespertino (X)
Turma: Infantil 5 Professor (a) Jaqueline Rodrigues de Oliveira de Araújo
Autorização para pesquisa: autorizado (X) não autorizado () ass.do diretor: [assinatura]

**PESQUISA DE CAMPO
ILUSTRAÇÃO DA FESTA PENHA**



FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

**O OLHAR DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A FESTA DA PENHA
A PARTIR DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES**

MESTRANDA : TÂNIA MARA HACHBART DA ROCHA

ORIENTADOR : CLAUDETE BEISE ULRICH

Nome da Escola: UMEI "Pedro Pandolfi"
 Turno de Trabalho: Matutino () Vespertino (X)
 Turma: Infantil 5 Professor (a) Jaqueline Rodrigues de Oliveira de Araújo
 Autorização para pesquisa: autorizado (X) não autorizado () ass.do diretor: [assinatura]

**PESQUISA DE CAMPO
ILUSTRAÇÃO DA FESTA PENHA**



FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

**O OLHAR DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A FESTA DA PENHA
A PARTIR DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES**

MESTRANDA : TÂNIA MARA HACHBART DA ROCHA

ORIENTADOR : CLAUDETE BEISE ULRICH

Nome da Escola: UMEI "Pedro Pandolfi"
 Turno de Trabalho: Matutino () Vespertino (X)
 Turma: Infantil 5 Professor (a) Jaqueline Rodrigues dos Oliveira de Araújo
 Autorização para pesquisa: autorizado (X) não autorizado () ass.do diretor: [Assinatura]

**PESQUISA DE CAMPO
ILUSTRAÇÃO DA FESTA PENHA**

